

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**TECENDO A CARIDADE: O ASSOCIATIVISMO
KARDECISTA DA CLASSE TRABALHADORA
BANGUENSE NO ALVORECER DA REPÚBLICA
(1901-1918)**

Sérgio de Jesus Siqueira Filho

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TECENDO A CARIDADE: O ASSOCIATIVISMO KARDECISTA DA CLASSE
TRABALHADORA BANGUENSE NO ALVORECER DA REPÚBLICA
(1901-1918).**

SÉRGIO DE JESUS SIQUEIRA FILHO

Sob a orientação do Professor Doutor
Álvaro Pereira do Nascimento

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre **em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

Seropédica - Rj

Outubro, 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS110t Siqueira, Sérgio de Jesus Filho, 1990-
 Tecendo a caridade: o associativismo kardecista da
 classe trabalhadora banguense no alvorecer da
 República (1901-1918). / Sérgio de Jesus Filho
 Siqueira. - Rio de Janeiro, 2023.
 131 f.: il.

 Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento .
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História
 História , 2023.

 1. trabalhadores . 2. Fábrica Bangu . 3.
 Kardecismo . 4. Bangu . 5. Operários. I. Nascimento ,
 Álvaro Pereira do , 1964-, orient. II Universidade
 Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
 Graduação em História- História III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



TERMO Nº 1247 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.075924/2023-97

Seropédica-RJ, 17 de novembro de 2023.

Nome do(a) discente: SÉRGIO DE JESUS SIQUEIRA FILHO

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 03 de outubro de 2023

Banca Examinadora:

Dr. DEIVISON GONÇALVES AMARAL, PUC - RJ Examinador Externo à Instituição

Dra. RENATA FIGUEIREDO MORAES, UERJ Examinadora Externa à Instituição

Dr. ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 17/11/2023 11:03)

ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1542358

(Assinado digitalmente em 17/11/2023 17:41)

RENATA FIGUEIREDO MORAES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 095.780.767-89

(Assinado digitalmente em 17/11/2023 11:58)

DEIVISON GONÇALVES AMARAL
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 054.664.046-08

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1247**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **17/11/2023** e o código de verificação: **b06b9967ba**

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Neste momento de realização é importante que a comemoração não seja solitária. O processo de pesquisa já faz isso conosco. Por isso, gostaria de agradecer à algumas pessoas que fizeram parte desta árdua caminhada.

A professora Renata Moraes, que no dia da formatura já alertava para continuidade dos estudos e os debates do grupo de estudos poderiam gerar frutos no mestrado. Ela estava certa. Muito obrigado pela confiança no trabalho.

Ao meu orientador Álvaro Nascimento, agradeço a compreensão com a rotina intensa de aulas, arquivos fechados. Muito obrigado também por cada sugestão e reflexão inspiradora ao longo do processo de pesquisa. Saudações Rubro negras!

Aos colegas de trabalho que vi tão pouco nessa pós-graduação completamente atípica devido ao contexto pandêmico. Adalto, Larissa, Fernanda, Adonias. Cada aflição, fonte, aplicativos para pesquisa compartilhados valeu demais! Thompson, muito obrigado pelo carinho e paciência e por cada orientação.

É claro que não posso esquecer da própria Universidade Federal Rural, que me acolheu tão bem.

Agradeço aos meus pais, por sempre estarem ao meu lado.

Mariana, mais uma vez, eu agradeço a você por tudo que sempre fez e faz por mim. Nesses dois anos crescemos bastante. Eu aprendo com você todos os dias sobre tudo. Nesse tempo de pós, eu pude aprender mais um pouquinho sobre a Rural. Sem o seu apoio, certamente, esta caminhada seria impossível. É lindo demais viver a vida com você. Amo-te! Vamos juntos por mais!

*Quando escutar esse som
Não mude de assunto
Comemore sua vitória!
É o hino do triunfo.*

(Alessandro Léccas)

RESUMO

FILHO, Sérgio de Jesus Siqueira. **Tecendo a caridade: o associativismo kardecista da classe trabalhadora banguense no alvorecer da República (1901 – 1918)**. 2023. 125p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

Esta dissertação busca analisar as experiências dos operários espíritas do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor, em Bangu, entre 1901 e 1918. Observa-se a assistência social prestada por esses indivíduos e as redes de solidariedades formadas na localidade e em outras áreas do subúrbio carioca. Dessa forma, a finalidade é observar como que a doutrina religiosa se forma no bairro e se torna parte integrante da cultura de parte dos trabalhadores da fábrica de tecidos Bangu. O ponto principal do objeto é de que a organização, através dos atendimentos médicos e farmacêuticos, acaba exercendo uma função crucial na região, em um contexto de negligência do Estado em relação a saúde pública. Acaba, por isso, aglutinando os trabalhadores locais, devidos as suas experiências em comum. Nesse sentido, procura-se também apresentar a inserção do kardecismo no bairro a partir de suas raízes operárias. Na pesquisa, experiência, assistência social, caridade e trabalho são os pontos que irão auxiliar na investigação do objeto de estudo.

Palavras-chave: fábrica Bangu; kardecismo; trabalhadores; operários.

ABSTRACT

FILHO, Sérgio de Jesus Siqueira. **Tecendo a caridade: o associativismo kardecista da classe trabalhadora banguense no alvorecer da República (1901 – 1918)**. 2023. 125p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

This essay seeks to analyze the experiences of the kardecists Workers of the Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor, in Bangu, between 1901 and 1918. It is observed the social assistance provided by these individuals and the solidaraty network formed in the locality and in Other áreas of the suburbs of Rio de Janeiro. In this way, the purpose is to observe how the religious doctrine takes shape in the neighborhood and becomes na integral parto f the culture of a portion of the workers at the the Bangu textile factory. The main focus of the study is that the organization, through medical and Pharmaceutical care, ends up playing a crucial role in the region, in a context of State neglect regarding public health. Consequently, it brings together local workers due to their shared experiences. In this sense, the research also seeks to presente the incorporation of Kardecism in the neighborhood, stemming from its working-class origins. In the study, experience, social assistance, Charity, and labor are the key points that will aid in the investigation of the subject.

Keywords: Bangu factory; Kardecism; Workers; Laborers

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As Freguesias do Rio de Janeiro em fins do Século XIX.....	p.48
Figura 2: Segunda assembleia geral de 9 de março de 1918.....	p.49
Figura 3: Os fundadores do espiritismo em Bangu em 1901.....	p.53
Figura 4: Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.....	p.53
Figura 5: Ruas com mais membros inscritos no Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.....	p.58
Figura 6: Alterações realizadas em “Traços Biográficos de Francisco Solano de Araújo”:	p.68
Figura 7: “Francisco Maia Braga e família”:	p.70
Figura 8: Escola Rodrigues Alves. Revista da Semana. 21 de novembro de 1909.....	p.77
Figura 9: Sede do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor em construção.....	p.81
Figura 10: Sede do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. Aproximadamente em 1913.....	p.82
Figura 11: “As nossas necessidades: Água!”. Bangu-Jornal. 25 de agosto de 1918...p.86	p.86
Figura 12: Os auxílios da Bangu. Gazeta de Notícias. 26 de outubro de 1918.....	p.93
Figura 13: Reaparecendo... Bangu-jornal. 24 de abril de 1919.....	p.95
Figura 14: A epidemia no Bangu. Gazeta de Notícias. 9 de novembro de 1918.....	p.96
Figura 15: A fome nos meios operários. Gazeta de Notícias. 25 de novembro de 1918.....	p.97

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Número de associados no Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor entre 1901 e 1911.....p.54
- Gráfico 2:** Número de associados do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor entre 1912 e 1919.....p.55
- Gráfico 3:** Número de associados do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor por idade entre 1914 e 1915.....p.60
- Gráfico 4:** Número de associados do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor por idade entre 1918 e 1919.....p.60
- Gráfico 5:** Número total de mulheres associadas ao Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor por profissão.....p.62
- Gráfico 6:** Número de mulheres inscritas no Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor por profissão entre 1901 e 1913.....p.63
- Gráfico 7:** Número de mulheres inscritas no Grêmio de Propaganda Espírita Luz e amor entre 1914 e 1919.p.64
- Gráfico 8:** Número de filiados no Grêmio de Propaganda Escrita Luz e Amor por profissão entre 1910 e 1914.....p.66
- Gráfico 9:** Número de filiados no Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor por profissão entre 1915 e 1919.....p.66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ruas com maior número de membros do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor e a proximidade com a sede da organização.....p.57

Tabela 2: Número de associados no Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor por sexo.....p.61

Tabela 3: Número de Operários analfabetos contratados entre 1907 e 1918.....p.78

Tabela 4: Receita da FEB em outubro de 1918.....p.103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A RELIGIÃO E OS TRABALHADORES	20
1.1 E.P. Thompson e o metodismo nos espaços de trabalho.	20
1.2 As religiões afro-brasileiras e os trabalhadores: Raça, Classe e fê.	22
1.3 Catolicismo, classe trabalhadora e militância católica.	23
1.4 A questão social em Alan Kardek e Leão XIII: Aproximações possíveis.	27
1.4.1. Sociedade corporativa.	28
1.4.2. Defesa da propriedade privada.	29
1.4.3. A visão sobre o trabalho.	30
1.4.4. A crítica à superexploração do trabalho.	30
1.4.5. Educação moral.	31
1.4.6. A caridade como solução.	32
1.4.7. Educação moral, religião e trabalho no caso brasileiro.	34
1.5. O espiritismo kardecista e o auxílio aos necessitados.	39
2 O GRÊMIO DE PROPAGANDA ESPÍRITA LUZ E AMOR NO CONTEXTO OPERÁRIO BANGUENSE.	49
2.1 as bases sociais do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor através das fichas nominativas.	50
2.2 A experiência dos trabalhadores kardecistas em Bangu: das tensões à formação de redes de solidariedade.	68
3 DE NECESSITADO PARA NECESSITADO: A ATUAÇÃO DO GRÊMIO DE PROPAGANDA ESPÍRITA LUZ E AMOR DURANTE A EPIDEMIA DE 1918.	85
3.1 O flagelo nacional: a gripe espanhola nas penas da imprensa da Capital Federal.	89
3.2 A epidemia nos subúrbios e nos meios operários.	91
3.3 A epidemia no bairro proletário de Bangu.	93
3.4. Contra a vaidade e pela caridade: a atuação do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor durante a epidemia de 1918.	101
5.3.2 Forma numérica	43
CONCLUSÕES PRELIMINARES E APONTAMENTOS FUTUROS	112
FONTES	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de dissertação tem o objetivo de compreender as relações entre o espiritismo kardecista e a classe operária em Bangu, Rio de Janeiro, a partir da experiência do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor entre 1901 e 1918. Este recorte é marcado por oscilações e instabilidades particulares à classe trabalhadora, principalmente na década de 1910. Nesse sentido, a pesquisa se concentra em aspectos referentes à chegada da doutrina religiosa na região e sua inserção nos meios operários. Como era a relação entre os trabalhadores espíritas e os de religiões diferentes? Como ocorre a fundação do Luz e Amor em seu contexto operário? Como que estes trabalhadores se relacionavam com a direção da fábrica de tecidos local? Quais as redes de solidariedades criadas entre os membros do grêmio espírita em sentido mais amplo? Qual é o papel político-social da organização na localidade?

A dissertação de mestrado, contudo, faz parte de um esforço que vem sendo feito desde a graduação, feita na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Nela, fiz parte do grupo de estudos sobre os mundos do trabalho no século XIX e início do século XX, criado e coordenado pela professora Renata Figueiredo Moraes. A partir das leituras e debates do grupo e instigado pelas reflexões do Professor Álvaro Pereira do Nascimento surgiram duas inquietações dentro do campo da história social do trabalho: a composição étnica dos trabalhadores brasileiros e a pouca menção às características religiosas dos operários.

Procurei me debruçar sobre a primeira questão durante o Trabalho de Conclusão de Curso. Muito pelo fato de já estar na sala de aula, tive como objetivo analisar as representações do “movimento operário da Primeira República” em três livros didáticos de História do 3º ano do ensino médio. Os livros escolhidos foram aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático – PNLD - e eram utilizados nas escolas estaduais localizadas no bairro de Bangu. Na pesquisa, percebi um desencaixe entre a produção historiográfica sobre o mundo do trabalho e o conteúdo presente nos exemplares. A presença de um proletariado branco e de maioria imigrante e anarquista, algo questionado há certo tempo, era predominante nos livros examinados.

Concluí o trabalho chamando a atenção para os problemas deste desequilíbrio nos manuais. O principal deles é negligenciar o negro enquanto sujeito dentro da classe trabalhadora da primeira república. Com isso, a maioria dos indivíduos que possuem contato com estes exemplares, podem criar um conjunto de referências negativas em relação ao trabalho, com uma suposta “justificativa histórica”. É sempre importante lembrar que, em vários casos, o livro didático é a única oportunidade direta de experiência de leitura da juventude negra e periférica.

Ao repetir este postulado excludente em relação a classe trabalhadora, os livros didáticos acabam reproduzindo arquétipos sociais e não cumprindo, inclusive, o que está estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.¹

Já na pós-graduação, meu objetivo era a segunda preocupação: a experiência religiosa dos trabalhadores. Junto desta empreitada, consegui aglutinar um desejo antigo: estudar o proletariado do bairro onde sou nascido e criado: Bangu. O objetivo inicial da pesquisa submetida ao programa de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro era estudar as perseguições religiosas aos operários da Companhia Industrial Progresso do Brasil – fábrica Bangu². Contudo, o processo de pesquisa acabou trazendo algumas mudanças de percurso. Durante as reuniões de orientação e as disciplinas de tutoria, acabou-se por entender como projeto mais viável o estudo de um dos grupos religiosos. Ou seja, estudar apenas os operários de uma das religiões que compunham a diversidade religiosa da localidade.

Estabeleceu-se como estratégia, a partir de então, a busca por fontes dos diversos grupos religiosos, para que logo em seguida, fosse analisado qual deles forneceria um conjunto documental mais factível para a pesquisa. A pandemia de Covid-19 era parte integrante do contexto desta busca por fontes. No que se refere aos católicos, a imprensa nos forneceu pouco, pensando em uma pesquisa mais ampla, e os arquivos da cúria não estavam abertos.

Em relação aos evangélicos, tive uma postura variada. Isso porque durante a primeira república duas igrejas desta religião se firmaram em Bangu: A Igreja Evangélica Brasileira (1901) e a Igreja Evangélica Congregacional (1918). Ao entrar em contato com a primeira instituição, a resposta que tive era de que “existia a possibilidade de eu querer mudar a história da igreja para fazer a cabeça das pessoas”. Além da pandemia, a pesquisa também sofreu com a intolerância. Já na segunda instituição, a postura foi inversamente proporcional, os líderes da instituição deixaram claro, todavia, que na igreja, não havia, documentação anterior à 1929. Esta documentação está em posse de familiares dos fundadores da igreja.

Com um cenário era difícil em vários sentidos, comecei a procurar as organizações espíritas kardecistas, procurando, sobretudo, aquelas circunscritas ao contexto da primeira república. Era o último dos grupos religiosos com a possibilidade de produção documental. Nessa pesquisa localizei o Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. O presidente da

¹ FILHO, Sérgio J.S. O negro e o movimento operário: livros didáticos e sujeitos ausentes na história da República. Monografia (Graduação)- Departamento de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. p.32.

² FILHO, Sérgio J.S. Laicidade e mundos do trabalho: o controle das práticas religiosas dos trabalhadores da fábrica Bangu (1890-1916). Projeto de Pesquisa. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2020.

organização, Túlio Marcio Motta, informou sobre o arquivo da instituição e o processo de digitalização pelo qual ele passava.

O conjunto de fontes da organização que tivemos acesso é composto pelas fichas de inscrição dos membros entre os anos de 1901 e 1923 e as atas de assembleias da diretoria do Grêmio e assembleias gerais de 1918 e 1919. A partir destes documentos, as fontes da imprensa espírita e leiga se fizeram de grande importância. Assim, foi possível ampliar as experiências sociais, traçar características, ações e pressupostos morais e formas de organizações dos operários banguenses pouco exploradas pelos pesquisadores que se debruçaram em pesquisas sobre os trabalhadores do bairro.

Isso acaba ganhando bastante relevo, se observarmos como se constitui as análises historiográficas sobre Bangu e os seus trabalhadores. Alguns trabalhos sobre a fábrica Bangu são mais concentrados em uma análise do processo Geográfico e econômico de construção e Expansão da CPIB. Fernando Antônio Faria, por exemplo, tinha como objetivo estudar “as origens do capitalismo brasileiro”. Usando Bangu como exemplo, ele conclui seu trabalho dando destaque para a subordinação do capital industrial ao comércio atacadista, tendo em vista que as origens do capital da Bangu estavam associadas, segundo o autor, ao “comércio importador-exportador e os sólidos vínculos com os bancos de praça do Rio de Janeiro e de Londres”.³

Já Marcio Piñon de Oliveira⁴ possui trabalhos em outras áreas, como a geografia. O autor apresentou uma preocupação parecida com Fernando Faria ao enfatizar a formação industrial do Brasil e do Rio de Janeiro. A diferença de Oliveira, contudo, é a sua atenção para a construção do espaço urbano feita pela CPIB, ponto mais direcionado à sua área de atuação. São os trabalhos de Marcio que contribuem para uma melhor compreensão da política de urbanização feita pela patronado banguense. Conforme o autor, esta ação é uma característica fundamental do processo industrial brasileiro, onde o setor industrial, com os seus objetivos específicos, investe na construção do espaço urbano como uma etapa do processo de acumulação de capital.⁵

³ FARIA, Fernando Antônio. Os três apitos: estudo sobre a gênese e a expansão da Companhia Industrial Progresso do Brasil. Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1985. p.167-168.

⁴ OLIVEIRA, Márcio de. Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/ PPGG. 1991. Além desta dissertação, o autor possui sínteses mais recentes sobre o mesmo processo. Ver: OLIVEIRA, Márcio Piñon de. “A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu”. (In) Oliveira, Márcio Piñon de; Fernandes, Nelson da Nobrega; Almir Chaiban El-Karch. (Orgs.) **150 anos do subúrbio carioca**. Lamparina: Editora da UFF. Rio de Janeiro. 2010

⁵ OLIVEIRA, Márcio de. Op. cit. A. p.3.

Os trabalhos de Márcio Piñon de Oliveira e Fernando Antônio Faria possuem alguns aspectos interessantes para o nosso trabalho, mesmo tendo objetivos ligados à História Econômica e a geografia, respectivamente. Muito disso decorre da utilização da documentação da própria companhia, que no momento da produção destes trabalhos, ainda estava disponível para consulta. Essas fontes contidas nestes trabalhos podem nos fornecer dados significativos sobre os trabalhadores da fábrica Bangu.

É na década de 1980 que aparecem os primeiros trabalhos de caráter historiográfico com a finalidade de fazer uma “história do bairro”. Gracilda Alves de Azevedo Silva é entendido como a primeira nesse processo, ao escrever sua dissertação de mestrado⁶, apresentando o desenvolvimento do bairro a partir da criação da companhia Têxtil. O reconhecimento do trabalho de Gracilda vem da própria fábrica Bangu, que na comemoração de seu centenário, convocou a historiadora para escrever o livro do aniversário de “100 anos da fábrica e do bairro”.⁷

Alguns pontos precisam ser considerados sobre a produção de Gracilda Silva. O pioneirismo da autora acabou fazendo com que se cristalizassem alguns pontos sobre a história do bairro. O primeiro deles, é a construção de uma glamourização das relações entre a direção da fábrica e os seus trabalhadores. As ações da fábrica na pesquisa da autora são entendidas, em boa parte dos casos como “benfeitorias” do patronato para os operários. Essa postura fica muito visível no que tange a religião. Isso porque os dois trabalhos da autora valorizam de forma ostensiva a ação da Companhia têxtil na construção da Igreja de São Sebastião e Santa Cecília como exemplo de preocupação com a vida religiosa de seus operários.⁸ Além disso, ao mencionar apenas o catolicismo como “a vida religiosa dos moradores do bairro”, a autora acaba restringindo está experiência à apenas uma forma de fé, algo complicado de se imaginar em um proletariado bastante diverso. A produção de Gracilda acabou, assim como os trabalhos citados anteriormente, acabaram trazendo uma história de Bangu “vista de cima”, orientada sempre pelas ações da fábrica.

Alguns trabalhos procuraram associar o desenvolvimento industrial ocorrido em Bangu com as transformações institucionais brasileiras no início da república. Esse foi o destino dado para o trabalho de Adriana Gomes em *Abalou Bangu: A fábrica Bangu e a República nascente (1889-1914)*. Para a autora, a construção da fábrica e a sua expansão pela região refletiam os

⁶ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. Bangu- a fábrica e o bairro: um estudo histórico, 1889-1930. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1985.

⁷ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989.

⁸ SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. Op. cit. B. p. 90.

ideais de modernidade em voga, no país, naquele contexto. Bangu, então, era o exemplo de uma modernidade que estaria sendo levada para o interior a “vitrine republicana”.⁹ As relações religiosas dos trabalhadores são vistas pela autora com a mesma interpretação de Gracilda, citada nos parágrafos anteriores.

Alguns trabalhos sobre a classe trabalhadora banguense, influenciados pela obra de Edward Palmer Thompson, procuram inverter a lógica de análise. Formulando suas questões a partir do cotidiano dos operários. As pesquisas de Leonardo Afonso Pereira procuram dar ênfase no associativismo carnavalesco. As organizações recreativas acabam se constituindo como espaços onde o compartilhamento de experiências era um traço fundamental para estes indivíduos.¹⁰ Os trabalhos de Leonardo trazem um novo caráter para a análise sobre os mundos do trabalho no bairro. Isso porque as organizações culturais ganham uma dimensão organizativa e “não alienante” do proletariado. Ou seja, os clubes recreativos são a expressão cultural do proletariado local.

Outra dimensão importante de ser tratada é posta por Carlos Molinari. Na sua tentativa de falar do cotidiano dos trabalhadores fabris o autor chamou atenção para as variadas tensões entre os operários. Algumas das rivalidades mais presentes no texto do autor são as de caráter nacional e religioso. Neste último ponto, em particular, a pesquisa de Molinari é a primeira a apresentar as disputas religiosas dos operários. Mostrando, ainda, as íntimas conexões entre a fé e o cotidiano laboral.¹¹

Durante a pesquisa, entendia que as discussões sobre a experiência religiosa dos trabalhadores partiriam do diálogo com Molinari. Já com a pesquisa em estágio avançado, entretanto, encontrei uma monografia sobre “o espiritismo em Bangu”. O Trabalho de Conclusão de Curso foi escrito em 2010 por Antônio de Pádua de Andrade Borges. Nele, o pesquisador pretendia mostrar o desenvolvimento doutrinário do espiritismo em Bangu *apesar da sua população ser majoritariamente operária*, associando tal crescimento ao uso do livre arbítrio da população local. Sobre esta liberdade, o autor deixa explícito que usa como referencial teórico Artur Schopenhauer. Desta forma, Borges se dedica, ao longo de seu texto,

⁹ FREITAS, Adriana Oliveira de. A Fábrica Bangu e a República nascente (1889-1914). Programa de pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2005. p.49.

¹⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: Festa e Identidade nos Clubes Carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922)” In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura. n.14, Rio de Janeiro: 2006. p.177; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “O Prazer das Morenas: bailes ritmos e identidades no Rio de Janeiro da Primeira República” In: Andrea Marzano e Vitor Mello, Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930), Rio de Janeiro, Apicuri, 2010. p.286.

¹¹ SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2015. p.85.

em mostrar que Marx estaria equivocado na frase “a religião é o ópio do povo”¹², usando os trabalhadores da fábrica Bangu como uma suposta comprovação de sua tese.

É partindo deste panorama historiográfico que a presente pesquisa se insere em duas frentes diferentes. A primeira delas diz respeito a sua contribuição para a historiografia sobre o mundo do trabalho e do associativismo dos trabalhadores. Já a segunda frente possui um diálogo estabelecido com o trabalho de Antônio Pádua, onde serão feitos alguns apontamentos da natureza teórico-metodológica. Adentrando nestas questões, observaremos as linhas traçadas por historiadores que estudaram a chegada do espiritismo no Brasil e a sua inserção em diferentes grupos sociais.

Entre eles está o trabalho de Sylvia Damázio, que faz um diagnóstico importante nesta direção. Segundo ela, “é o serviço de assistência aos necessitados sendo a ponte entre a elite dirigente da FEB e as massas populares”.¹³ É partindo das suas reflexões que observaremos como o kardecismo chega em Bangu, quais são os fatores que levam a sua expansão e, através da contraposição com as fontes do Luz e Amor, estabelecer aproximações e afastamentos com o paradigma estabelecido por Damázio. Muito desta assistência citada pela autora possui relação com o conceito de caridade espírita. Reginaldo Prandi em esforço de fazer “uma introdução” ao espiritismo destacou, ao falar deste conceito, de sua importância “através das relações sociais no mundo material e organizações de alcance coletivo”.¹⁴ Isso pode auxiliar na observação da ação dos operários do Luz e Amor dentro do recorte do presente trabalho.

O espiritismo Kardecista possui uma relação íntima com a ideia de que o letramento e a alfabetização são a chave para o progresso. Laura Maciel trás em seus trabalhos algumas contribuições importantes se examinar o espiritismo entre a classe trabalhadora. Principalmente porque esta doutrina religiosa pode ser inserida no contexto de “ampliação dos círculos letrados no Rio de Janeiro que acaba por criar novos públicos leitores”.¹⁵ Assim sendo, a pesquisa se utilizará da autora, em diálogo com as fontes, para perceber até que nível a doutrina religiosa é uma “porta de entrada” para o contato com a leitura entre os trabalhadores do bairro e quais são as relações estabelecidas pelo grupo com outros círculos de letrados da região.

¹² BORGES, Antônio de Pádua de A. O espiritismo em Bangu – RJ, no século XX: Desenvolvimento e fê num bairro Operário. Monografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro. 2010. p.41.

¹³ DAMAZIO, Silvia. Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.p.128

¹⁴ PRANDI, Reginaldo. **Os mortos e os vivos**: uma introdução ao espiritismo. São Paulo: Três estrelas, 2012. p.59

¹⁵ MACIEL, Laura Antunes. “De “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra”. (In) MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p.281.

Sendo uma pesquisa que versa sobre o associativismo da classe trabalhadora, as obras de Claudio Henrique de Moraes Batalha sobre o tema se fazem necessárias. A noção de cultura associativa do autor apresenta

“[...]não apenas a produção cultural, no sentido de peças de teatro, conferências, música, mas a celebração, os costumes, as normas que regem as associações operárias. Em outras palavras, como através destas práticas e desses rituais os membros das associações percebiam o mundo e a si mesmos.”¹⁶

Apesar de apresentar um debate denso sobre as características e funções das associações durante a primeira república, Cláudio Batalha e Cláudia Viscardi atuarão em conjunto. A autora analisa as formas de combate a pobreza e as formas de assistência social durante a primeira república. Ela aponta para o protagonismo das organizações de caráter filantropo e religiosas, através do conceito de caridade, em um contexto que a ação do Estado nessa área era de “absoluto descaso”.¹⁷

Atravessando todas as referências acima está a obra do Historiador Inglês Edward Palmer Thompson. Em *A formação da classe operária inglesa*, percebemos a forma pela qual os trabalhadores dão significado a religião, fazendo com que esta ganhe contornos claros de reivindicação de classe.¹⁸ Ao trazer para a cena a doutrina religiosa dos trabalhadores, Thompson está tratando de outro conceito em que esta pesquisa se utilizará: experiência. Este é trabalhado com mais afinco em “A miséria da teoria”. Para o historiador britânico, este conceito está “ausente” entre os historiadores marxistas. Thompson define experiência como o momento em que

“Homens e mulheres [...] experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida, “tratam” essa experiência em sua consciência e em sua cultura das maneiras mais complexas [...] e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.”¹⁹

Através destas referências que procuraremos analisar de que forma os membros do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor vivem o cotidiano fabril e as suas experiências religiosas, construindo os seus valores morais, com base na doutrina religiosa, mas sempre

¹⁶ BATALHA, Cláudio H. M. Cultura associativa do Rio de Janeiro da Primeira República. In: _____; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Unicamp, 2004. p.96-97.

¹⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.179-197. p.188.

¹⁸ THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa, Volume II “A maldição de Adão”. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p. 236-239.

¹⁹ THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria. Rio de Janeiro. Zahar, 1981. p.182.

imersos na realidade material. Sua ação, calçada em uma doutrina religiosa, nesse sentido, está longe de ser descolada do mundo concreto.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, tenho como objetivo fazer uma espécie de percurso historiográfico entre os trabalhos que procuraram estabelecer a relação entre a religião e a classe trabalhadora. Com isso, pretendo compreender como se deu essa relação em cada uma dessas religiões e quais foram os métodos utilizados pelos respectivos autores na construção de seu objeto. Ainda neste capítulo, estabeleço um quadro comparativo de alguns aspectos presentes na Encíclica católica *Rerum Novarum* e nas obras de Alan Kardec, procurando aproximações e distanciamentos entre eles. Por fim, examino a chegada do espiritismo kardecista em algumas regiões do Brasil e, principalmente, na Capital Federal. Quais são as características da entrada do espiritismo no País? De que forma ele adentra nas diferentes camadas sociais? Quais são as organizações kardecistas de Bangu no início da primeira república? Estas são algumas perguntas que permeiam o primeiro capítulo.

No segundo capítulo, já temos como finalidade inserir a formação do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor no contexto operário Banguense. Para isso, nos utilizaremos da imprensa carioca para evidenciar um panorama anterior a criação do Luz e Amor, observando principalmente, como era a relação entre os operários de diferentes religiões, além da relação dos trabalhadores espíritas com a direção da Companhia Industrial de Progresso do Brasil. Em um novo momento, já com a criação do Grêmio, analisarei de que forma o GPELA se caracteriza como uma associação operária da primeira república observando o seu processo de ritualização. Em seguida, através das fichas nominativas, o foco da análise são as bases sociais da organização. Por fim, apresentaremos a ação dos membros do Luz e Amor durante as duas primeiras décadas do século e as redes de solidariedades formadas por estes indivíduos. Ao fazer isso, observaremos modificações nas relações dos operários espíritas com a localidade e a inserção membros do Luz e Amor em outros círculos dentro do subúrbio carioca. Apresentando assim, como os membros da organização se inseriam em debates sobre o letramento dentro da organização, do bairro e se tornavam referência para outras regiões da cidade.

O terceiro e último capítulo analisa a ação dos membros do Luz e Amor durante a epidemia de gripe espanhola de 1918. Para concluir tal objetivo, faremos um panorama geral de como o surto epidemiológico foi tratado nas penas da imprensa da Capital. Apresentando em seguida como que a doença se espalha nos subúrbios e nos meios operários ao longo da cidade do Rio de Janeiro. Este panorama comparativo acaba sendo fundamental para a visualização de como os trabalhadores agem durante a epidemia e a postura do Estado e da

burguesia industrial frente ao contexto de crise sanitária nas diversas localidades, estabelecendo alguns pontos em comum e os aspectos específicos do caso banguense. No final do capítulo, o cerne da questão está na atuação dos espíritas diante do flagelo destruidor da epidemia.

No caso do Luz e Amor, observaremos as experiências destes trabalhadores em tempos de crise, o reforço das redes de solidariedades já estabelecidas e o papel político e social da organização para a localidade. Ao fazer isso, estabeleceremos um debate com o trabalho de Antônio Pádua Borges sobre as características, razões e funções da entrada do espiritismo no bairro. No fim, esta empreitada procura demonstrar que a religião é um importante marcador da vida social da classe trabalhadora. Para isso, precisaremos mostrar como a historiografia tem trado esta conexão entre a fé e os mundos do trabalho.

CAPÍTULO 1: A religião e os trabalhadores.

A História social do trabalho está em constante processo de expansão do seu viés analítico. Muito disso é consequência do alargamento nos “marcadores sociais”²⁰ presentes e influentes na vida da classe trabalhadora. Dessa forma, a experiência da classe operária deixou de ser observada pela lógica estritamente política, organizada por meio partidos políticos e sindicatos. Outras dimensões da vida social passaram a ganhar maior destaque, sendo a religião, um exemplo marcante desta mudança.

O presente capítulo apresentará alguns exemplos das aproximações entre a religião e os mundos do trabalho, em diferentes lugares e com diferentes expressões religiosas. Iniciaremos com a experiência do protestantismo metodista e as suas disputas de significado, propostas pelo Historiador Inglês Edward Palmer Thompson. Através da proposta deste autor, faremos um “rodeio historiográfico”, apresentando a importância das diversas religiões para os trabalhadores. Mais do que isso, a finalidade é mostrar de que maneira a religião age na vivência destes indivíduos, seja na construção de uma visão de mundo, na formação de redes de solidariedade ou na luta coletiva.

1.1 E. P. Thompson e o metodismo nos espaços de trabalho.

O capítulo referente ao “poder transformador da cruz”, em “a formação da classe operária inglesa”, certamente é uma das obras catalizadoras dessa alteração de paradigma na relação entre os trabalhadores e a religião. Na síntese a respeito da formação do operariado inglês proposta pelo historiador britânico, o metodismo ganhou uma dimensão fundamental para todos os grupos envolvidos na consolidação do projeto industrial inglês. Para as classes dominantes, a doutrina wesleyana tinha funções bem definidas: fazer com que os trabalhadores adquirissem os hábitos do modelo produtivo e social vigente através da regeneração moral completa do indivíduo²¹. Esta, resultante da evangelização exercida nas regiões ocupadas majoritariamente por trabalhadores.

A transformação desejada pela burguesia apresentava, na perspectiva do autor, uma sólida pedagogia em relação a disciplina do trabalho. Um dos principais estágios é a construção da noção do trabalho como uma virtude que gera efeito no mundo metafísico. Sendo assim, a postura moderada e disciplinada, traria o operário para um lugar de virtude celestial. O amor

²⁰ Série “O que é história social do trabalho”. Episódio 1 com| Fabiane Popinigis. Labuta-LEHMT-UFRJ, 2019. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BpIGaKYFRDg>. Acesso em: 22/8.2021.

²¹ THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa, Volume II “A maldição de Adão”. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p. 236-239.

divino, nesse caso, é associado à dedicação individual nas atividades exploradoras do mundo concreto²². Tal formulação, possui objetivos socioeconômicos forjados religiosamente. A exposição feita por Thompson, contudo, está longe de abarcar a totalidade do metodismo na Inglaterra, principalmente devido aos significados atribuídos ao metodismo pelas classes subalternizadas.

Segundo o próprio historiador inglês, existiu uma disputa em torno das representações do metodismo wesleyano, seguido, respectivamente, de uma apropriação. O que ocorre em decorrência disso é o aparecimento simultâneo do metodismo oficial, condensado como um propagador da ideologia dominante e da mais-valia, e o metodismo praticado pelos trabalhadores, adaptando o seu enredo de acordo com os seus valores, necessidades e aspirações²³. Ao observar isso, Thompson lança luz sobre as novas possibilidades de análise da classe trabalhadora, tendo a religiosidade popular como uma esfera social importante. Isso porque:

“Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus adeptos por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e da experiência. Desta forma, a comunidade da classe operária introduziu nas capelas seus próprios valores de solidariedade, ajuda mútua e boa vizinhança (...) dispersos pela bíblia, havia textos aplicáveis a quase todos os contextos, que podiam provavelmente simbolizar tanto o contexto da luta de classes quanto da peregrinação espiritual”²⁴

O diagnóstico feito acima mostra como Thompson vê a religião no processo de formação da classe operária inglesa. Longe de ser uma via monolítica ou um fator alienador e controlador dos trabalhadores. Para ele, a fé acaba se tornando um elemento constitutivo da classe em formação. A doutrina, inclusive, acaba possuindo uma forte ligação com o radicalismo político britânico no início do século XIX²⁵.

Isso posto, a revolução teórico-metodológica proposta pelo historiador inglês instigou a observação dos processos de formação de classe em vários países, sobretudo pelo redimensionamento da vida social dos trabalhadores. O Brasil é um exemplo disso. Em diversos trabalhos, as várias formas de expressão religiosa dos operários ganharam relevo. Observaremos a seguir como que esta relação acontece em torno das religiões de matriz afro-brasileiras.

²² THOMPSON, E.P. **Op. cit.** p. 253.

²³ Idem. p. 261.

²⁴ Idem. p. 278.

²⁵ Idem. p. 277.

1.2 – As religiões afro-brasileiras e os trabalhadores: Raça, classe e fé.

Um bom exemplo de como podemos visualizar a aglutinação entre as religiões afro-brasileiras e os mundos do trabalho são os estudos de trajetórias. Mano Eloy, um dos fundadores da escola de samba Império Serrano, vêm sendo um dos mais citados. A historiadora Alessandra Tavares se debruçou sobre a questão, utilizando-se da trajetória de Mano para pensar as agências e o associativismo negro. Embora seu recorte temporal seja o período entre 1930 e 1940, a autora faz um rico panorama sobre a Primeira República para reconstituir as possibilidades de Eloy. Nele, são mencionadas as motivações que levaram o fluxo migratório para os subúrbios e a íntima relação entre as atividades culturais carnavalescas e religiosas com organizações de trabalhadores²⁶.

Antes da migração para a região de Madureira, Eloy participou ativamente da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores Portuários, no centro do Rio, atuando em alguns momentos como líder sindical²⁷.

Ao chegar na zona norte carioca, os laços de solidariedades construídos no tempo da resistência serão fundamentais para sua fixação e atuação na localidade. Isso porque outros companheiros e companheiras do sindicato, como Sebastião Molequinho, João “Gradim” e Maria Joana, migraram para a região depois de serem expulsos da região central do Rio.

O trabalho de Camila Chagas, *Tradições e Resistência: terreiros, sindicatos e consensos na formação da classe trabalhadora negra carioca (1905 – 1940)* procurou dimensionar as experiências políticas, culturais e religiosas destes sujeitos no Morro da Serrinha e no seu entorno. Segundo a historiadora, é na serrinha que a combinação entre tradição sindical dos carregadores de café, a cultura carnavalesca dos ranchos e os terreiros de umbanda acontece.

No caso dos terreiros, a Tenda Espírita Cabana de Xangô e a Tenda de Umbanda Vovó Joana acabam ganhando vital importância, principalmente por aglutinarem os trabalhadores locais e possuírem uma gama extensa de funções, “seja pelas atividades religiosas, a formação de redes de sociabilidades e solidariedades, tomadas de decisão sobre a comunidade e a organização de movimentos para a preservação do jongo”²⁸. Sendo assim, o caso do subúrbio

²⁶ TAVARES, Alessandra. A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”: Agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940). Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História, 2018. p. 79-81.

²⁷ ARANTES, Erika. O Porto Negro: cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010. p.185.

²⁸ CHAGAS, Camila. “Tradições e Resistência: terreiros, sindicatos e consensos na formação da classe trabalhadora negra carioca (1905 – 1940)”. In: **XVIII Encontro de História da Anpuh Rio: História e Parcerias**, 2018, Niterói. p.4.

carioca nos apresenta uma presença marcante da cultura negra e das organizações culturais, integradas ao contexto das lutas sociais em sentido mais amplo.

Situação semelhante é apresentada por Aldrin Castellucci, na formação do Centro Operário da Bahia. No trabalho do autor, fica marcada a conexão dos membros da organização estudada pelo autor, há um conjunto amplo de organizações de natureza política, cultural e religiosa, onde lideranças como Félix José atuavam no Centro Operário e nos terreiros de candomblé de Salvador²⁹. Da mesma forma que nos Arantes e Tavares, Aldrin apresentou a religiosidade e a identidade racial são os elementos formadores mais expressivos da classe trabalhadora em questão.

Entendida a importância da umbanda e do candomblé na formação da classe trabalhadora na zona norte carioca, pretendemos agora entender como tal relação ocorre no que tange ao cristianismo católico, predominante no Brasil desde o período colonial.

1.3 – Catolicismo, classe trabalhadora e militância católica.

A igreja católica, como religião de Estado durante o Império, detinha o monopólio em relação as atividades educacionais, de saúde pública e obras assistenciais. Isso acabou fazendo com que diversas organizações católicas marcassem as experiências da classe trabalhadora, ainda durante o século XIX. Os trabalhos de Aldrin Castellucci sobre a organização dos trabalhadores baianos, citados acima na conexão com as religiões afro-brasileiras, fornecem subsídios para a relação entre a fé e a classe trabalhadora também no que tange ao catolicismo. Segundo ele, a organização associativa na Bahia começa na primeira metade do século XIX, sendo um fenômeno de expansão gradual. A Sociedade Protetora dos Desvalidos, por exemplo, é definida “como uma irmandade religiosa composta por homens negros”³⁰.

É na década de 1910 que ocorre a expansão associativa baiana, depois de um período de atividade restrita à categoria dos Artesãos. Setores de transportes, fabril e de ferroviários são alguns que começam a projetar suas organizações sindicais nesse contexto. Castellucci menciona ainda “que muitos deles eram libertos ou descendentes de escravos”³¹.

Ao olharmos para análise feita por Castellucci dos membros do Centro Operário da Bahia, organização fundamental nas lutas da classe trabalhadora durante a Primeira República, percebemos que:

²⁹ CASTELLUCCI, Aldrin. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). Afro-ásia, Salvador, Salvador, n.41,2010. p.125.

³⁰ CASTELLUCCI, Aldrin. “A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930)”. (In) **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 44.

³¹ Idem. p. 47-48.

“Um número muito grande de indivíduos fez parte de uma verdadeira constelação associativa, formada por muitas irmandades religiosas e sociedades mutualistas, nas quais já faziam política desde o oitocentos. Como se sabe, as irmandades eram espaços privilegiados para a construção de identidades sociais. Nelas, para além das funções securitárias, africanos, crioulos e pardos, fossem eles escravos, livres ou libertos, definiam e redefiniam identidades étnicas, faziam alianças, negociavam (...)”³²

O autor apresenta este panorama com o objetivo de apontar as irmandades religiosas como expressão mais radical do processo formador da classe operária na Bahia. Apesar das diferenças no conteúdo religioso, os terreiros de umbanda do morro da Serrinha e em Salvador, as irmandades católicas baianas e o Centro Operário acabam possuindo em comum a sua capacidade aglutinadora de trabalhadores negros, que formam as suas redes de solidariedade, construindo identidades raciais e religiosas. Tudo isso gerou o entendimento dos indivíduos como grupo que compartilha experiências e visualiza os seus opositores.

No caso do catolicismo, a relação com os trabalhadores ocorre de forma complexa e diversificada. Por mais que o trabalho de Castellucci não negligencie os possíveis conflitos existentes dentro das organizações, seu trabalho tem como prioridade o fortalecimento da identidade de classe na final do império e no alvorecer da República.

O início do período republicano foi marcado por mudanças bruscas no que se refere a religião. A recepção da igreja sobre estas modificações foi ambígua. Isso, porque, ao mesmo tempo que a ação católica e seus religiosos acabou sendo limitada, como na secularização dos cemitérios e na obrigatoriedade do casamento civil, o mesmo decreto, 119-A de 1890, dava liberdade de culto e certa autonomia frente ao Estado, desejo antigo dos católicos³³. Diante desse cenário, aparentemente contraditório, outra questão se apresentava: o decreto acima citado evidencia a perda por parte da igreja católica de atividades educativas, de saúde pública e assistenciais³⁴.

No ano seguinte, o papa Leão XIII anuncia a encíclica *Rerum Novarum* (“Das coisas novas”), documento que apresentava o posicionamento da igreja sobre “a condição dos operários”. Jesse Jane cita o documento como elemento cultural definidor do discurso católico sobre o trabalho urbano no Brasil a partir dos anos 30³⁵. A pesquisa de Jane avança no intuito de caracterizar a carta como uma síntese religiosa da harmonia de classes.

³² CASTELLUCCI, Aldrin. “Classe e Cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”. *Afro-Ásia*, 41 (2010). p.120.

³³ HERMANN, Jaqueline. “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado”. (In) **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930**. Organizadores: Jorge Ferreira/ Lucília Neves de Almeida Delgado. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2008. p.123.

³⁴ JANE, Jesse. “Os círculos operários e a intervenção da igreja católica no mundo do trabalho no Brasil: Uma discussão historiográfica”. *Revista de História*. 1998. p.152.

³⁵ Idem. p.150.

Contudo, a produção historiográfica recente sobre os mundos do trabalho nos mostra que a ação social da igreja católica precede a “era Vargas”. Destacando, principalmente, os seus objetivos frente aos operários e as possibilidades de ação dos trabalhadores. O trabalho de Lúcio Renato Lima sobre os operários têxteis de Camaragibe é um exemplo das tentativas dos industriais de estabelecer uma espécie de “plano moral” entre os trabalhadores.

Lúcio se utiliza das documentações referentes aos Congressos Católicos Pernambucanos e da Corporação Católica de Camaragibe. Com essas fontes, o autor mostrou a tentativa patronal, em parceria com a igreja, de construir uma organização cristã do trabalho, com a finalidade de solucionar a “questão operária” na região³⁶. Nesse sentido, ocorreu a construção de um discurso, por parte dos industriais, de que não seria o capital em si o responsável pelas mazelas sociais, mas, sim, a pauperização extrema das condições de vida da classe trabalhadora. Ou seja, a solução da questão operária, proposta pela organização, passa pela negação de qualquer proposta de ruptura social de cunho socialista.

O que pode parecer, entretanto, em um olhar preliminar, uma tentativa de controle unilateral da classe dominante, principalmente pelo protagonismo patronal nas posições centrais da organização³⁷, acabou mostrando também as possibilidades de reivindicação de classe dentro da organização. Isso porque

“observamos que os representantes dos operários procuraram explorar as possibilidades de reivindicação e apresentaram, às vezes de forma frontal e corajosa, suas opiniões e críticas quanto aos assuntos em discussão nas reuniões dos Conselhos. As atas também revelam que aqueles conselheiros debateram, disputaram cargos, brigaram, trocaram acusações, pediram desligamento da Corporação e, até mesmo, cometeram delitos, comprovando que a Corporação Operária ficou longe de constituir um espaço monolítico”³⁸

Além dos incidentes citados acima, é importante lembrarmos que os trabalhadores conseguiam ter suas reivindicações atendidas em vários momentos pelo temor de rebeliões de maiores proporções e pelos paradigmas religiosos que se estabelecia frente a “questão social”. Nesses termos, a corporação, símbolo do projeto disciplinador dos industriais, ganha um novo significado através da experiência dos operários: o de espaços de reivindicação.

³⁶ LIMA, Lúcio Renato Mota. O Apostolado dos Patões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religiosos em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891 - 1908). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. p.73.

³⁷ Idem. p.163.

³⁸ Idem. p.165.

O proletariado pernambucano apresenta algumas similaridades com o mineiro, estudado atentamente por Deivison Amaral. Para ele, a Confederação Católica do Trabalho ocupou uma posição fundamental na construção de uma identidade operária, moldada religiosamente³⁹.

Em suas pesquisas, podemos visualizar uma Confederação Católica do Trabalho que mostra seu objetivo de construir um operário moderado e de postura virulenta com corrupção moral⁴⁰, e em paralelo a isso, lute por demandas vitais para os trabalhadores mineiros, como jornada de oito horas e o descanso dominical⁴¹. Comparando os trabalhos de Lúcio e Amaral, nota-se que no caso pernambucano, o desejo por uma atuação política fica restrito a organização religiosa, e mesmo assim, dentro dos limites impostos pelos patrões, vistos que estes ocupam as posições de comando. Já com os operários de Minas Gerais, a política no âmbito externo não é condenada. Pelo contrário, a organização forma os operários justamente para que eles lutem pelos seus direitos de classe, mesmo que nos moldes do catolicismo social.

Esta rápida explanação está longe de dar conta de toda produção sobre o tema. Todavia, ela possui significado importante ao mostrar uma gama variada de experiências da classe trabalhadora constituídas através do catolicismo, seja formando identidades raciais em lutas reivindicatórias e resistências a opressão. Nos dois últimos casos, a Encíclica *Rerum Novarum* (“Das coisas novas”) possui importância singular. Por isso, no próximo sub-tópico abordaremos os aspectos fundamentais deste documento, estabelecendo um comparativo com os “livros base” do espiritismo kardecista: O livro dos Espíritos e O evangelho segundo o espiritismo. Estes livros compartilham com o documento papal alguns pressupostos fundamentais.

³⁹ AMARAL, Deivison. Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Minas Gerais. 2007. p.49.

⁴⁰ AMARAL, Deivison Gonçalves. Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941). Tese: Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2015. p.133.

⁴¹ AMARAL, Deivison Gonçalves. “Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)”. *Horizonte*: Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 56-74, jun. 2007. p.57.

1.4 — A questão social em Leão XIII e Alan Kardec: aproximações possíveis.

Independente das especificidades locais, o tópico anterior nos mostrou como existiu uma preocupação da instituição romana em atenuar problemas da classe trabalhadora, no início do século XX. Tal postura acontece em um contexto de fortalecimento da secessão construída pela oposição entre capital e trabalho. Esta, por sua vez, acabou construindo outra antítese: “segurança-propriedade x vulnerabilidade da massa”⁴².

A precarização do operariado acabou sendo nomeada, ainda no século de XIX, como “a questão social”. Ela era entendida como “a tomada de consciência de que essa fratura central (divisão social em classes), posta em cena através das descrições do pauperismo, podia levar a dissociação do conjunto da sociedade”⁴³. Essa conjuntura é marcada por dois fatores importantes: temor de convulsões generalizadas e o avanço da ciência como principal forma de observação dos fenômenos humanos e naturais. Ambos exerceram influência significativa em várias instituições. Isso pode ser visto na presença da Igreja Católica se posicionando perante a “sede de coisas novas”, imposta pelo capitalismo. Além disso, ocorreu o surgimento de outras formas de ver o sobrenatural e o sagrado, que procuravam resolver os problemas da alma através da sua ação no mundo concreto.

Foi nesse cenário que o cristianismo católico adotou uma postura atenta aos desdobramentos da Revolução Industrial. Isso se deu através da encíclica *Rerum Novarum* (“Das coisas novas”), publicada no ano de 1891, momento em que o Vaticano esteve sob o comando do Papa Leão XIII. Um pouco antes disso, o pedagogo Lionês Hippolyte Leon Denizard Rivail, sob o pseudônimo Alan Kardec, publicou duas obras basilares para o espiritismo, *O livro dos espíritos* (1857) e *O evangelho segundo o espiritismo* (1864).

Mesmo com as diferenças em seu conteúdo, tanto a encíclica como as publicações de Kardec, acabam representando uma reação à crença, que se pretendia dominante, de separação entre o progressismo natural da História e a mundo metafísico, forte no século XIX⁴⁴. Apesar desta aproximação no significado prático dos textos, o que nos interessa são as conexões estabelecidas entre as obras de Kardec e o texto de Leão XIII em relação a questão social. Ao olhar este aspecto, percebemos similaridades, nas duas obras, sobre as preocupações de seu tempo. Isso ocorre na defesa de determinada noção de sociedade, a defesa da propriedade e

⁴² CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.415.

⁴³ Idem.

⁴⁴ DAMAZIO, Silvia. Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p.21.

negação de rupturas sociais, no conceito de trabalho, além da forma de lidar com tensões derivadas das relações de trabalho.

1.4.1– Sociedade corporativa

O primeiro ponto de proximidade é a visão de uma sociedade corporativa, onde as diferentes partes agem, de acordo com as suas funções. Ao falar a respeito da “concordia entre as classes”, em detrimento da luta entre elas, Leão XIII afirma que:

“[...] é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível [...] é contra a natureza [...] foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições.”⁴⁵

Ao olharmos *O livro dos espíritos*, podemos ver a percepção de vida social de Kardec. Para ele, na “lei da sociedade”, a cooperação entre os indivíduos é fundamental para o progresso humano. Isso porque:

“Homem nenhum possui faculdades completas. Mediante a união social é que elas umas às outras se completam, para lidar assegurarem o bem-estar e o progresso. Por isso é que, precisando uns dos outros, os homens foram feitos para viver em sociedade e não isolados.”⁴⁶

Os textos apresentam, nesse sentido, diferenças e aproximações significativas entre si. Para o texto católico, existe uma menção a desigualdade pensada através da ideia de “superiores” e “inferiores”. Ou seja, existe uma diferença bem delimitada entre as pessoas. Na percepção do espiritualista francês, os homens não possuem desigualdade, o que ocorre, para Kardec, é o fato dos indivíduos estarem em estágios de progresso diferentes. Por isso a necessidade de não viver isolado e a dependência mútua entre eles. Apesar de possuírem uma construção argumentativa diferente, um resultado concreto destas observações sobre as relações sociais é a tendência por uma amenização das tensões entre os diferentes grupos sociais.

⁴⁵ IGREJA CATÓLICA Papa (1878-1903: Leão XIII); LEÃO XIII. *Rerum Novarum*: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em:

[Rerum Novarum: sobre a condição dos operários \(15 de maio de 1891\) | LEÃO XIII \(vatican.va\)](https://www.vatican.va/holy_father/leons/encyclicals/encyclicals_hf_leon13_rerum_novarum_18910515_pt.html?lang=pt)

Acesso em 25/09/2022. p.7.

⁴⁶ KARDEC, Alan. *O livro dos espíritos*. 12ª edição em português. Federação Espírita Brasileira. Rio de Janeiro. 1923. p.313.

inveja, pois não compreendem que a igualdade com que sonham seria a curto prazo desfeita pela força das coisas”⁵¹.

1.4.3 – A visão sobre o trabalho

A defesa da propriedade feita pelos autores acaba deixando expresso um ponto de grande importância: a valorização do trabalho, aspecto que ganha força ainda no século XVIII e se consolida no século seguinte. O documento papal o coloca como principal virtude humana e o motivo máximo de tranquilidade, tendo em vista que são os que trabalham, os privilegiados no olhar divino. Por esse motivo, conforme o documento, a classe operária deve ter uma atenção específica das autoridades públicas, principalmente em suas necessidades básicas⁵². Já a noção kardequiana entende o trabalho de uma forma mais ampla. Ou seja, o trabalho pode ser no âmbito espiritual ou no mundo físico. No que tange ao segundo, o efeito considerado quase inevitável a maturidade, por meio do desenvolvimento intelectual⁵³. Tanto pela via dignidade humana, como por meio do esclarecimento, consolidou-se, nos dois textos, uma visão positiva sobre o trabalho. Porém, os processos produtivos possuem formas de exploração variadas e que foram observadas pelo papa e por Kardec.

1.4.4 – A crítica à superexploração do trabalho

A naturalização do *status quo* e a valorização do trabalho são acompanhadas, todavia, por uma tentativa de contenção de excessos. Nesse sentido, o individualismo exacerbado e a exploração do trabalho são considerados os problemas a serem resolvidos. Em sua análise contextual sobre “a condição dos operários”, Leão XIII menciona alguns fatores responsáveis pela situação de penúria da classe trabalhadora, entre eles estão a “usura feroz, a insaciável ambição, a concorrência desenfreada e a ganância”⁵⁴. Já Kardec vê no egoísmo o principal

⁵¹ KARDEC, Alan. **O livro dos espíritos**. 12ª edição em português. Federação Espírita Brasileira. Rio de Janeiro. 1923. p. 332.

⁵² IGREJA CATÓLICA Papa (1878-1903: Leão XIII); LEÃO XIII. *Rerum Novarum*: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em:

[Rerum Novarum: sobre a condição dos operários \(15 de maio de 1891\) | LEÃO XIII \(vatican.va\)](https://www.vatican.va/holy_father/leon_xiii/encyclicals/encyclicals_hf_leo13_rerum_novarum_18910515_pt-br.html)

Acesso em 25/09/2022. p. 11.

⁵³ KARDEC, Alan. **Op. cit.** p. 283.

⁵⁴ IGREJA CATÓLICA Papa (1878-1903: Leão XIII); LEÃO XIII. *Rerum Novarum*: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em:

[Rerum Novarum: sobre a condição dos operários \(15 de maio de 1891\) | LEÃO XIII \(vatican.va\)](https://www.vatican.va/holy_father/leon_xiii/encyclicals/encyclicals_hf_leo13_rerum_novarum_18910515_pt-br.html)

Acesso em 25/09/2022. p.2.

entreve para o progresso, o vício que bloqueia todas as bondades humanas, impedindo que o rico seja o amparo do fraco, sendo apenas o seu opressor⁵⁵.

Como vimos nos tópicos anteriores, a sociedade justa, para os autores, é a que atua de forma colaborativa. Por isso, ambos fazem uma crítica a exacerbação do interesse pessoal. Dessa forma, a “ambição” e o “egoísmo” acabam ganhando um potencial disruptivo da ordem social com proporções significativas. Isso reverberou na forma pela qual os dois conteúdos doutrinários observam as relações de trabalho. Para os católicos, por exemplo:

“(...) os ricos e os patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem (...) O trabalho do corpo (...) longe de ser um objeto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou o seu sexo (...) recordem-se o rico e o patrão de que explorar a pobreza e a miséria e especular com a indigência, são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas”⁵⁶.

O trecho acima mostra como a encíclica procurou sugerir determinados parâmetros de ação para o patronato frente aos operários. Nele fica expresso também como a exploração do trabalho passa a ser condenado do ponto de vista moral, passíveis de punição divina.

É com a mesma resposta que Alan Kardec responde sobre o limite do trabalho: “O das forças”. Semelhante também é o resultado da exploração do homem pelo homem, isso porque “todo aquele que tem o poder de mandar é responsável pelo excesso de trabalho que imponha a seus inferiores, porquanto, assim fazendo, transgride a Lei de Deus”⁵⁷. Todas as aproximações vistas até agora acabam possuindo também uma causa em comum. Os autores se atentaram também as formas de resolução as tensões sociais existentes “sem maiores problemas para sociedade”.

1.4.5. – A educação moral.

Para que a harmonia social e a conciliação entre as classes se “efetivassem”, conforme as propostas acima, seria necessária a intensificação do que Leão XIII chama de “proteção espiritual”. Para ele:

⁵⁵ KARDEC, Alan. **O livro dos espíritos**. 12ª edição em português. Federação Espírita Brasileira. Rio de Janeiro. 1923. p. 372.

⁵⁶ IGREJA CATÓLICA Papa (1878-1903: Leão XIII); LEÃO XIII. *Rerum Novarum*: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em:

[Rerum Novarum: sobre a condição dos operários \(15 de maio de 1891\) | LEÃO XIII \(vatican.va\)](https://www.vatican.va/holy_father/leon_xiii/encyclicals/encyclicals_1891/le_1891_05_15_rerum_novarum_pt.html)

Acesso em 25/09/2022. p. 8-9

⁵⁷ KARDEC, Alan. **Op. cit.** p. 286.

“Muitas outras coisas devem igualmente o Estado proteger ao operário, e em primeiro lugar os bens da alma. A vida temporal, posto que boa e desejável, não é o fim para que fomos criados; mas é a via e o meio para aperfeiçoar, com o conhecimento da verdade e com a prática do bem, a vida do espírito (...) é evidente que se deve visar antes de tudo o objeto principal, que é o aperfeiçoamento moral e religioso. E principalmente este fim que deve regular toda a economia destas sociedades”⁵⁸

Neste fragmento, o autor chama a atenção para a necessidade do uso da religião como meio para o aperfeiçoamento do operário. Ela é, nesse caso, a única forma de introjetar os valores de colaboração e moderação que são esperados dos indivíduos.

Em suas “leis morais” de “O livro dos Espíritos”, Kardec procura fazer um panorama sobre os benefícios da educação moral. Segundo o francês,

“Há um elemento, que se não costuma fazer pesar na balança e sem o qual a ciência econômica não passa de simples teoria. Esse elemento é a educação, não a educação intelectual, mas a educação moral. Não nos referimos, porém, à educação moral pelos livros e sim à que consiste na arte de formar os caracteres, à que incute hábitos, porquanto a educação é o conjunto dos hábitos adquiridos. Considerando-se a aluvião de indivíduos que todos os dias são lançados na torrente da população, sem princípios, sem freio e entregues a seus próprios instintos, serão de espantar as consequências desastrosas que daí decorrem? Quando essa arte for conhecida, compreendida e praticada, o homem terá no mundo hábitos de ordem e de previdência para consigo mesmo e para com os seus, de respeito a tudo o que é respeitável, hábitos que lhe permitirão atravessar menos penosamente os maus dias inevitáveis. A desordem e a imprevidência são duas chagas que só uma educação bem entendida pode curar. Esse o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, o penhor da segurança de todos.”⁵⁹

Ao observarmos a importância da educação moral para a sociedade exposta pelo autor, percebemos também o que é entendido como “ativo” de seu processo de alastramento: a construção de um indivíduo “ordeiro”. O ponto de partida para acelerar este processo é a prática que, na visão de católicos e espíritas, tornou-se o princípio das virtudes humanas: a caridade.

1.4.6 - A caridade como solução.

A prática da caridade acaba se tornando uma das ações fundamentais na solução dos problemas derivados da ganância e egoísmos excessivos. Mais do que isso, ela se tornou o resultado positivo do processo de evolução moral dos indivíduos, adquiridos pedagogicamente. A *Rerum Novarum* procurou estabelecer uma clara separação entre posse de riquezas e legitimidade de seu uso, sendo dever do afortunado doar o seu excedente aos despossuídos⁶⁰.

⁵⁸ IGREJA CATÓLICA Papa (1878-1903: Leão XIII); LEÃO XIII. *Rerum Novarum*: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em:

[Rerum Novarum: sobre a condição dos operários \(15 de maio de 1891\) | LEÃO XIII \(vatican.va\)](#)

Acesso em 25/09/2022. p. 17-24.

⁵⁹ KARDEC, Alan. *O livro dos espíritos*. 12ª edição em português. Federação Espírita Brasileira. Rio de Janeiro. 1923. p. 376.

⁶⁰ IGREJA CATÓLICA Papa (1878-1903: Leão XIII); LEÃO XIII. *Rerum Novarum*: carta encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. Disponível em:

A caridade está sendo entendida, nesse sentido, como “sacrificar-se pelo próximo”. Ao fazer isso, o indivíduo caridoso começa a usar o “antídoto mais seguro contra o orgulho e o egoísmo do século”⁶¹.

Algumas décadas antes, Kardec destinava sua atenção ao conceito de caridade. Para ele, tal prática deve ser feita com base nos ensinamentos de Jesus Cristo, indo para além da esfera econômica e estando presente em todas as relações sociais estabelecidas pelos indivíduos, independente de classe social⁶². Em outra obra conhecida, *O evangelho segundo o espiritismo*, publicada em 1864, o autor detalhou a caridade com base no evangelho de Matheus, onde fica nítido para o codificador espírita que:

“Caridade e humildade, tal a senda única da salvação. Egoísmo e orgulho, tal a da perdição. Este princípio se acha formulado nos seguintes precisos termos: “Amarás a Deus de toda a tua alma e a teu próximo como a ti mesmo; toda a lei e os profetas se acham contidos nesses dois mandamentos.” E, para que não haja equívoco sobre a interpretação do amor de Deus e do próximo, acrescenta: “E aqui está o segundo mandamento que é semelhante ao primeiro”, isto é, que não se pode verdadeiramente amar a Deus sem amar o próximo, nem amar o próximo sem amar a Deus. Logo, tudo o que se faça contra o próximo o mesmo é que fazê-lo contra Deus. Não podendo amar a Deus sem praticar a caridade para com o próximo, todos os deveres do homem se resumem nesta máxima: Fora da caridade não há salvação.”⁶³

Como percebemos, as definições da doutrina social católica e kardequiana em torno do conceito de caridade, são o grande amálgama dos tópicos vistos até aqui. Isso ocorre porque as duas concepções apresentadas sintetizam o processo de evolução moral do indivíduo que valoriza o trabalho, criticando os seus excessos, sem propor uma ruptura social brusca. Mais do que isso, por mais que esta noção de caridade não negligencie, por motivos óbvios, os aspectos sobrenaturais, ela deve ser praticada por meio de interações sociais no mundo concreto, através de ações e organizações de caráter social. Ou seja, a salvação vem de uma interação solidária com outros indivíduos, tendo ênfase na assistência aos mais necessitados. Assim sendo, existe a presença de um princípio religioso que traz um estímulo a construção de redes de solidariedade, característica marcantes de várias associações de trabalhadores entre o final do século XIX e início do XX no Brasil, por exemplo.

[Rerum Novarum: sobre a condição dos operários \(15 de maio de 1891\) | LEÃO XIII \(vatican.va\)](#)

Acesso em 25/09/2022. p. 10.

⁶¹ Idem. p. 26.

⁶² KARDEC, Alan. **Op. cit.** p. 361.

⁶³ KARDEC, Alan. *O evangelho segundo o espiritismo*. FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA – FEB. 131a edição – 1ª impressão (Edição Histórica). 2013. p. 210.

1.4.7 - Educação moral, religião e trabalho no caso Brasileiro.

A trajetória do deputado imperial Adolfo Bezerra de Menezes⁶⁴ acaba exercendo um papel fundamental nesta parte, para podermos exemplificar brevemente a combinação entre educação moral, religião e mundo do trabalho no Brasil na segunda metade do século XIX. Bezerra foi atuante nos projetos de reforma sobre a questão escravista durante a década de 1860 e que tiveram bastante influência na lei do ventre livre de 1871.

Boa parte do pensamento do autor sobre a questão escravista foi exposta no texto “A escravidão no Brasil e as medidas que convém para extingui-la sem danos para a nação”. Em geral o documento, escrito em 1869, tem como finalidade explicar o problema da perpetuação do sistema escravista e apontar meios de acabar com ele “sem maiores problemas sociais” para as elites e o Estado. Mais do que isso, segundo o autor, sua proposta faz uma inserção efetiva e positiva do liberto na sociedade⁶⁵.

Nesse contexto, o autor deixa evidente a condenação da escravidão em várias perspectivas. Ela é entendida como algo anti-humano, do ponto de vista das “leis de Deus” e contrária ao desenvolvimento econômico. Este segundo ponto é exemplificado por meio do desenvolvimento econômico ocorrido na província do Ceará. Segundo ele, as melhorias na província são atreladas diretamente a “substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre”⁶⁶. Ao fazer isso, o autor chama atenção por alguns aspectos. O primeiro deles é a romantização, e até negação em alguns momentos, da situação econômica cearense, marcada por várias crises que perduraram de 1870 até os primeiros anos do século seguinte⁶⁷. Logo em seguida, o suposto crescimento econômico, colocado como consequência da “transição” no tipo de mão de obra. Uma vasta produção historiográfica⁶⁸ já pôs em xeque esta teoria por uma gama extensa de motivos. Todavia, o cerne da questão no momento é entender que a ideia de um “estágio

⁶⁴ Adolfo Bezerra de Menezes era católico. Declara publicamente sua conversão ao espiritismo em 1886, assumindo a presidência da Federação Espírita Brasileira em dois momentos: 1889 e depois de 1895 até 1900, ano de seu falecimento.

⁶⁵ VIOLA, Paulo Roberto. Bezerra de Menezes. O abolicionista do império. A escravidão e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação. 2º edição Associação Editora Espírita F.V. Lorenz. Rio de Janeiro-Brasil. 2009, p.29.

⁶⁶ Idem. p.42.

⁶⁷ CANDIDO, T. A. P. “Sertão proletário: pobreza, paternalismo e trabalho no Ceará oitocentista”. *Saeculum – Revista de História*, [S. l.], n. 33, p. 163–182, 2015.

⁶⁸ A título de exemplificação sobre o questionamento da teoria da “transição do trabalho escravizado para o trabalho livre”. Ver: MATTOS, Marcelo Badaró. Escravizados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”. *Estud. hist.* (Rio J.) [online]. 2016, vol.29, n.59, pp.607-626.

transitório” do ponto de vista moral, passa necessariamente por uma educação conectada ao mundo do trabalho.

Para explicar tal dinâmica, Bezerra de Menezes procurou mostrar algumas consequências sociais da escravidão. Uma delas é o processo gradual de estupidez e decadência humana, gerando no escravizado o desconhecimento de qualquer tipo de sentimento coercitivo do ponto de vista social e moral. Sendo assim, é a coerção física, exterior a ele, a única reconhecida. Na visão do autor ainda, outro efeito do cativeiro acaba sendo o sentimento de vingança, a prostituição no caso feminino, e os vícios, todos fazendo parte do “embrutecimento” causado pela escravidão⁶⁹.

No texto de Menezes existe a criação intencional de uma dicotomia para que, em seguida, a solução do problema seja apresentada. A primeira parte do dilema consiste na preocupação de como se organizar um processo abolicionista com um grupo de pessoas que, para ele, está “sem princípios de honra, (...) verdadeiros animais selvagens, dominados pelos mais perigosos instintos”⁷⁰. É partindo dessa premissa racista, repleta de essencialismos⁷¹, que o autor vê com preocupação a libertação dos escravizados de maneira imediata.

Já a segunda parte, pode ser sintetizada na chamada lei do ventre livre. Para Bezerra, ela é a que tem a melhor forma de integrar o negro do ponto de vista moral e social:

“(...) um projeto de emancipação deve conter duas partes essenciais, das quais uma trate dos meios mais próprios para se obter a liberdade e a outra estabeleça regras para se obter a regeneração moral da raça (...) suspender-se-á o duplo anátema que pesa hoje sobre o preto, tirando-o da escravidão e da corrupção (...) nós queremos o complemento dessa reforma, queremos transformação do escravo em cidadão útil, sem o que todo o resultado é nulo e porventura prejudicial.”⁷²

A proposta e os objetivos expostos por Bezerra de Menezes, ainda no final da década de 1860, apresentam algumas similaridades com o que foi sistematizado anos mais tarde na encíclica *Rerum Novarum*. Embora exista entre os dois a diferença fundamental entre o trabalho escravizado e livre, é importante percebermos que o documento repudia a escravidão enquanto instituição, devido a sua forma indigna de utilização do trabalho do indivíduo. Soma-se a isso, a tentativa de resolver o problema através de um “método de regeneração do indivíduo” através

⁶⁹ VIOLA, Paulo Roberto. Bezerra de Menezes. **O abolicionista do império**. A escravidão e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação. 2ª edição Associação Editora Espírita F.V. Lorenz. Rio de Janeiro- Brasil. 2009, p. 33-34.

⁷⁰ VIOLA, Paulo Roberto. **Op. cit.** p. 55.

⁷¹ KALY, Alain Pascoal. “O ensino de história da África no Brasil: o início de um processo de reconciliação nacional?” (in) Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Lepeh UFRJ/Pallas. 2013. p. 162.

⁷² VIOLA, Paulo Roberto. **Op. cit.** p. 62-66.

da moralidade e de uma educação voltada para o trabalho. A superexploração do trabalho e a proposta educacional também aparecem como pontos basilares do documento católico de 1891.

A proposta de lei do ventre livre em que Bezerra de Menezes era um dos colaboradores trazia para o Estado a responsabilidade de tutelar as crianças no ventre escravizado até a “idade de razão”. Para isso, seriam implantadas as “casas de criação”. Nela aconteceria a primeira parte do projeto: fazer dos recém-nascidos “crianças homens e mulheres dotados de sentimentos morais e costumes puros”⁷³.

Em relação ao processo educacional organizado pelo projeto de lei, é visível a íntima conexão entre educação, religião e mundo do trabalho. O projeto é dividido pelo autor em três etapas bem delimitadas:

“Instrução primária acompanhada de princípios morais e religiosos, tão necessários aos indivíduos e aos Estados (...) eis no que se pode resumir a primeira educação a dar aos meninos de ambos os sexos, colocados sob a tutela da nação (...) mais tarde e logo que tenham aprendido as primeiras letras, devem os rapazes aplicarem-se ao estudo dos princípios elementares das ciências que servem de base as artes mecânicas; e às raparigas à aprendizagem desses misteres que constituem o trabalho da mãe de família (...) chegados a este grau, as mulheres têm completada a sua educação; os homens, porém, precisam aprender, cada um, para um ofício que tenham vocação.”⁷⁴

O texto do político se insere em uma conjuntura de intensificação do debate parlamentar sobre a escravidão. Observamos que a sua proposta de lei, escrita em 1869, está em diálogo com as formulações políticas sobre os “novos moldes sociais”⁷⁵ desejados pelos legisladores durante o Segundo Reinado, resultantes na lei de 1871. Tal preocupação se estendeu, mesmo com a consolidação do processo abolicionista, quando Adolfo já não estava presente no poder legislativo. O “destino” dos libertos continuou a ser tema de debates no poder legislativo brasileiro. A “lei de repressão a ociosidade” de 1888, por exemplo, era parte das tentativas do Estado de atuar nessa questão. Isso se deu com a tentativa pedagógica de trazer uma conotação positiva ao trabalho e, ao mesmo tempo, colocar este conceito como um regulador e reformador moral do indivíduo⁷⁶.

A proposta abolicionista “sem danos para a nação” do deputado chama a atenção em alguns aspectos. O primeiro deles é a condenação da relação escravista, colocada como responsável pelo “embrutecimento do homem”. Observamos ainda a força do pensamento evolucionista. Isso porque, na proposta, existe um indivíduo supostamente dotado de uma moral

⁷³ Idem. p.69.

⁷⁴ VIOLA, Paulo Roberto. **Op. cit.** p. 74.

⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2003. p.98.

⁷⁶ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1986. p. 42-44.

superior que, através da religião, introduziria uma nova visão de trabalho, restaurando assim os “costumes” e criando uma mentalidade social de negação a este tipo de abuso. Deriva do evolucionismo dito acima, uma parcela de conformismo, naturalizando a escravidão, mesmo que para explicar os motivos de seu fracasso.

Para além das observações feitas, é de grande valia entender as especificidades do contexto em que Bezerra de Menezes publica o seu texto. O trabalho de Aline Najara da Silva e Álvaro Pereira do Nascimento nos auxiliam na compreensão desta questão. Segundo eles, o texto de Menezes se insere em uma conjuntura onde intelectuais, pessoas comuns, políticos e jornalistas, por meio de “manuais”, projetavam as suas expectativas sobre a formas em que o processo abolicionista deveria ser conduzido. Muitas dessas propostas, tinham como objetivo a manutenção das estruturas sociais, raciais e econômicas estabelecidas⁷⁷, apesar de uma roupagem diferente, sem o regime escravista.

Ainda segundo os autores, a estrutura narrativa e as preocupações de Bezerra estão concentradas nas questões relacionadas à moral. Assim sendo, o foco do projeto apresentado pelo médico e político imperial era criar mecanismos de convívio para os libertos que levariam à regeneração do negro, sendo um exemplo disso a sua criação longe das mães e tutelada pelo Estado. O efeito de medidas como esta era a adequação social do indivíduo liberto a estrutura social vigente.⁷⁸

Algumas das observações feitas por Bezerra de Menezes também são a tônica de algumas das “leis Morais” de Alan Kardec, formuladas em 1857 no seu “Livro dos Espíritos”. Para o pedagogo francês, o regime escravista é tratado como algo condenável:

“829. Haverá homens que estejam, por natureza, destinados a ser propriedades de outros homens? “É contrária à Lei de Deus toda sujeição absoluta de um homem a outro homem. A escravidão é um abuso da força. Desaparece com o progresso, como gradativamente desaparecerão todos os abusos.” É contrária à Natureza a lei humana que consagra a escravidão, pois que assemelha o homem ao irracional e o degrada física e moralmente.”⁷⁹

Além disso, Kardec menciona a importância da religião no esclarecimento do indivíduo acerca da escravidão:

“830. Quando a escravidão faz parte dos costumes de um povo, são censuráveis os que dela aproveitam, embora só o façam conformando-se com um uso que lhes parece natural? O mal é sempre o mal e não há sofisma que faça se torne boa uma ação má. A responsabilidade, porém, do mal é relativa aos meios de que o homem disponha para compreendê-lo. Aquele que tira proveito da lei da escravidão é sempre culpado

⁷⁷ GONÇALVES, Aline Najara da Silva; NASCIMENTO, Álvaro Pereira. do. “Como pensar o elemento servil: o lugar dos libertos expectativas das elites após a emancipação”. *Afro-Ásia*, Salvador, n.60, 2020. p.81.

⁷⁸ *idem*. p. 96.

⁷⁹ KARDEC, Alan. *Op. cit.* p. 338.

de violação da Lei da Natureza, mas aí, como em tudo, a culpabilidade é relativa. Tendo-se a escravidão introduzido nos costumes de certos povos, possível se tornou que, de boa-fé, o homem se aproveitasse dela como de uma coisa que lhe parecia natural. Entretanto, desde que, mais desenvolvida e, sobretudo, esclarecida pelas luzes do Cristianismo, sua razão lhe mostrou que o escravo era um seu igual perante Deus, nenhuma desculpa mais ele tem.”⁸⁰

Como mencionado em outro sub-tópico, Kardec compartilha de uma visão de sociedade colaborativa, com indivíduos que são desiguais em várias de suas aptidões. Independente disso, o responsável “tirar a brutalidade do homem”, mesma palavra utilizada por Bezerra anos mais tarde, são as “luzes do cristianismo”. É a partir desse cenário, que podemos observar com mais atenção as ações de Bezerra de Menezes.

Talvez isso explique a postura do médico ao ter contato pela primeira vez com a doutrina de Kardec. Essa experiência foi registrada nas páginas do periódico O Reformador, em 1892:

“Deu-mo na Cidade e eu morava na Tijuca, a uma hora de viagem em bonde. Embarquei com o livro e, como não tinha distração para a longa viagem, disse comigo: ora, adeus! Não hei de ir para o inferno por ler isto... Depois, é ridículo confessar-me ignorante desta filosofia, quando tenho estudado todas as escolas filosóficas. Pensando assim, abri o livro e prendi-me a ele, como acontecera com a Bíblia. Lia. Mas não encontrava nada que fosse novo para meu espírito. Entretanto, tudo aquilo era novo para mim!... Eu já tinha lido ou ouvido tudo o que se achava em “O Livro dos Espíritos”... Preocupe-me seriamente com este fato maravilhoso e a mim mesmo dizia: parece que eu era espírita inconsciente, ou, como se diz vulgarmente, de nascença.”⁸¹

O relato acima aparentemente mostra, ao mesmo tempo, espanto e intimidade de Bezerra com a doutrina que ganhava cada vez mais adeptos, principalmente na capital federal. Todavia, percebemos também a circularidade de determinadas ideias no que se refere a escravidão, as noções de trabalho e os seus abusos.

Mais do que isso, os postulados de Kardec, publicados respectivamente em 1857 e 1864, a proposta do deputado em 1869 e a encíclica católica publicada em 1891 a apresentam uma solução para as tensões sociais através da tríade composta pela educação moral, religião e trabalho. Estes três elementos, por sua vez, sendo o exemplo fundamental da caridade cristã.

Feito este quadro comparativo sobre essas aproximações possíveis entre a doutrina social da igreja católica com outras formulações anteriores a ela, destacaremos agora o espiritismo kardecista e como que o seu auxílio aos necessitados os aproximou da classe trabalhadora.

⁸⁰ idem, ibidem

⁸¹ Bezerra de Menezes e o espiritismo. O reformador. 15 de julho de 1892. Arquivo Digital da Federação Espírita Brasileira. Disponível em: <https://www.sistemas.febnet.org.br/acervo/revistas/1901/html5forpc.html?pagina=0>
Acesso em: 25/6/2022.

1.5 - O Espiritismo kardecista e o auxílio aos necessitados.

O espiritismo enquanto doutrina religiosa possui alta complexidade. O kardecismo por sua vez ganhou força através de Allan Kardec, que foi o principal propagador e autor sobre o tema. Isso decorre de várias manifestações de caráter espiritualista, que se intensificaram no século XIX na Europa e nos Estados Unidos. Mesmo não sendo o pioneiro, Kardec certamente é o catalisador de uma “doutrina” que cresce em meio a um contexto de crise e ambiguidades no ocidente.

Um dos locais mais visíveis dessa crise são as religiões institucionalizadas, cada vez mais questionadas pela ciência, que começa a ganhar um espaço cada vez maior na resolução dos problemas práticos e como núcleo de pensamento. Mesmo assim, acreditava-se, em alguns círculos intelectuais, que eram os fenômenos vivenciados pelos espíritos que trariam novidade. Surgindo assim, um movimento de caráter espiritual, científico e filosófico⁸².

A conjuntura do continente europeu é marcada por mudanças “estruturais”, principalmente no âmbito social. Um exemplo disso era a presença dos chamados “salões franceses”, marcantes na passagem da sociedade de corte para a sociedade das cidades. Foi neste novo lugar social que a sociedade francesa “aconteceu”. Novas doutrinas surgiam e buscavam novos admiradores ou críticos que ajudassem na sua propaganda⁸³. Assim, como uma destas novas “modas sociais” que circulavam entre a burguesia francesa, que se inseriram a circulação das chamadas “mesas volantes”, do “sonambulismo” e o espiritismo.

Ao observar o processo socioespacial de nascimento do espiritismo fica evidente que, na França, sua prática esteve associada a grupos restritos da sociedade, pertencentes a diferentes frações da elite, seja econômica, literária ou científica. Comparado ao processo francês, a inserção do espiritismo kardecista em território brasileiro apresentou mudanças significativas em seu conteúdo e sua base social.

O primeiro ponto de prática do espiritismo, dentro de um enquadramento kardecista, foi a cidade de Salvador, capital da província da Bahia, a partir de 1865. Através das reuniões organizadas por Luís Olímpio Telles de Meneses, procurava-se inicialmente fazer a propaganda de um kardecismo científico, que tinha como finalidade esclarecer através da doutrina fenômenos estimulados por manifestações de espíritos⁸⁴. Nesse contexto, a doutrina que

⁸² PRIORE, Mary Del. **Do outro lado: A história do sobrenatural e do espiritismo**. São Paulo: Planeta, 2014. p.18.

⁸³ FERNANDES, Paulo César da Conceição. **As origens do Espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914)**. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 13.

⁸⁴ PRANDI, Reginaldo. **Os mortos e os vivos: uma introdução ao espiritismo**. São Paulo: Três estrelas, 2012. p. 50-51.

desembarca em nosso território obteve circularidade pelos grupos sociais privilegiados⁸⁵. Entre comerciantes, políticos, professores, jornalistas e médicos, o espiritismo dava os seus primeiros passos, tendo como um de seus veículos periódicos o “Eco d’Além-Túmulo”. Todavia, foi durante o processo de institucionalização espírita que ocorreram mutações importantes em seu conteúdo e sua prática.

A década de 1870 marcou um momento de grandes transformações na sociedade brasileira. A lei do Ventre Livre, o fortalecimento do exército enquanto instituição política após a Guerra do Paraguai e o surgimento do movimento republicano são alguns de seus exemplos. É dentro desse contexto que, sobretudo nos círculos sociais letrados dos grandes centros urbanos, começaram a surgir as primeiras divergências a respeito da condução da doutrina espírita no Brasil.

O ponto principal da contenda se dava entre os espíritas “científicos” e os “religiosos”. Os primeiros, em maior parte ainda ligados ao pensamento católico, acreditavam que era um equívoco o espiritismo efetivar um rompimento com a instituição Romana. O que deveria ocorrer, no máximo, seria uma adaptação aos “novos tempos”, dando a merecida atenção a presença da ciência na vida social. O grupo “religioso”, por sua vez, advogava a formação de espiritismo enquanto uma religião em si, baseada na assistência aos necessitados e na prática da caridade.⁸⁶

A década de 1880 e a criação da Federação Espírita Brasileira são entendidos como exemplos da vitória do grupo “religioso”. Um dos responsáveis por isso é o médico, que também foi deputado imperial, Adolfo Bezerra de Menezes. Com ele na presidência da organização por duas vezes (uma em 1889 e a outra entre 1895 e 1900), começou-se a desenvolver um kardecismo onde as linhas práticas básicas são a cura e a assistência aos pobres. Ambos se caracterizaram como alicerces do movimento espírita, marcados pelo lema “fora da caridade não há salvação”.

No que tange à caridade, Marcelo Camurça, ao mostrar as disputas religiosas em torno desse conceito entre católicos e espíritas em Juiz de Fora, Minas Gerais, apontou alguns exemplos do pressuposto fundamental para legitimação social do espiritismo:

“(...) uma vasta ação assistencial aos ditos inválidos da sociedade, tais como consultas mediúnicas aos enfermos, distribuição de remédios homeopáticos e manutenção de uma “assistência aos necessitados” que distribuía roupas, alimentos, albergagem, atendimento odontológico e ambulatorial aos desvalidos (...) Através desse complexo

⁸⁵ DAMAZIO, Silvia. **Op. cit.** p. 65.

⁸⁶ SCHERER, Bruno Cortês. **Ações sociais do espiritismo: a sociedade espírita feminina estudo e caridade**, Santa Maria – RS (1932-1957) Trabalho de Conclusão de Graduação. Curso de História – Bacharelado e Licenciatura Plena Universidade Federal de Santa Maria. 2013. p. 26-27.

de atividades caritativas o Kardecismo logrará granjear uma reputação de normalidade e respeitabilidade na sociedade que o credenciará a um reconhecimento pelo Estado, que o viu com bastante suspeita durante o seu nascedouro.”⁸⁷

Reginaldo Prandi, em seu esforço para construir uma introdução sobre o espiritismo, também menciona a importância da caridade como elemento central daquela que ele considera “uma religião brasileira”. Além disso, o autor destaca a organização para ação caritativa:

“Por toda parte se espalhou uma rede de filantropia mantida por espíritas norteados pelo imperativo de praticar a caridade, ajudar os desvalidos, os que precisavam, sem nunca esperar nada em troca. Cabia a caridade pública cuidar dos necessitados – uma prática histórica (...) A caridade propõe o espiritismo desde o começo – deve ser praticada nas relações e nos contatos pessoais, sejam vivos, sejam mortos, mas também em organizações de alcance coletivo.”⁸⁸

A forte presença da perspectiva social no espiritismo, sobretudo depois da fundação da Federação Espírita Brasileira, trouxe uma maior unidade ao movimento religioso e definiu a assistência social como um valor essencial. Tal postura fez com que o kardecismo conseguisse chegar às camadas populares. A principal ponte para isso foi a criação do Serviço de Assistência⁸⁹, em 1890. Nesse local, a federação disponibilizava gratuitamente atendimento médico e espiritual com doutores diplomados ou pelos chamados médiuns “receitistas” (sem a habilitação formal para a medicina)⁹⁰. Este setor, específico para cuidados médicos e farmacêuticos acaba ganhando importância singular. Principalmente, em um contexto em que a ausência de tais atividades para os grupos mais pobres da população era a tônica do Estado brasileiro.

Para termos uma dimensão um pouco maior da expansão do kardecismo é fundamental sua observação em alguns Estados brasileiros, observando as diferentes realidades sociais. Ao fazermos isso, nos apropriamos da noção de lógica histórica proposta por Thompson. Nela, os processos históricos são analisados por:

“(...) um tipo diferente de lógica, adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam - mesmo num único momento - manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares, e, ainda, cujos termos gerais de análise raramente são constantes e, com mais frequência, estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico”⁹¹.

⁸⁷ CAMURÇA, Marcelo Alves. Fora da caridade não há salvação! Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo e suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora: 1900-1960. II Simpósio Nacional de História das Religiões. Mariana- Minas Gerais. 2000. p. 5.

⁸⁸ PRANDI, Reginaldo. **Op. cit.** p. 59.

⁸⁹ DAMAZIO, Silvia. **Op. cit.** p. 29.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ THOMPSON, E.P. “Intervalo: a lógica histórica”. (In) **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981. p.48.

O Rio Grande do sul foi um dos lugares onde o espiritismo teve uma considerável expansão ao longo da Primeira República. Bruno Cortês Scherer, por exemplo, procurou analisar as ações sociais dos espíritas na cidade de Santa Maria entre 1932 e 1957⁹². Mas antes de chegar a este momento, o autor traçou um panorama da chegada kardecista na região.

Na passagem entre os séculos XIX e XX, a cidade de Santa Maria foi marcada por uma intensa dinamização econômica e um intenso crescimento demográfico. Tamanho crescimento também é acompanhado de diversidade cultural, sobretudo religiosa. Segundo Bruno, foi dentro desse contexto que alguns elementos acabaram se tornando cruciais para o desenvolvimento do kardecismo na região. Entre eles estão as aproximações teóricas com outras doutrinas, como a Maçonaria, o que acabou lhe concedendo uma presença em círculos sociais que fizessem a doutrina de Kardec mais “bem-vista”. Além disso, não se pode negligenciar a cultura política do Estado do Rio Grande do Sul, fortemente influenciada pelo positivismo, oriundo do mesmo contexto científico e filosófico do espiritismo⁹³.

Embora o trabalho de Bruno se concentre em um recorte onde a vertente “religiosa” já está consolidada na região (década de 30), ao que parece, inicialmente, são os aspectos científicos que possuem grande relevância para que a doutrina penetre na cidade gaúcha. Tal processo foi fundamental nos embates contra o catolicismo durante a Primeira República, no momento que o kardecismo procurava se legitimar socialmente como religião. Principalmente por ser um fator amenizador das tensões entre os espíritas e o Estado⁹⁴.

A relação entre cientificismo, religião e espiritismo no Rio Grande ganhou contornos mais ampliados. Essas ideias fizeram parte da construção ideológica de setores e lideranças do operariado gaúcho. Benito Schmidt, por exemplo, procurou mostrar a difusão das ideias científicas no movimento operário gaúcho. Ao fazer isso, o autor inseriu o espiritismo neste conjunto de ideias. Isso porque o kardecismo, em suas aproximações com o cientificismo:

“(...) procurava romper com as explicações abstratas e metafísicas, buscando desvendar racionalmente a lógica do mundo natural, social, humano e sobrenatural, preferencialmente através da observação empírica (...) Allan Kardec procurou unir racionalismo e crença, buscando associar os novos métodos da ciência aos enigmas metafísicos a fim de explicar racionalmente o mundo espiritual (...) em um contexto em que a crença no progresso e nos poderes ilimitados da ciência era hegemônica, muitos militantes, das mais diversas correntes ideológicas, procuraram interpretar a

⁹² SCHERER, Bruno Cortês. Ações sociais do espiritismo: a sociedade espírita feminina estudo e caridade, Santa Maria – RS (1932-1957) Trabalho de Conclusão de Graduação. Curso de História – Bacharelado e Licenciatura Plena Universidade Federal de Santa Maria. 2013.

⁹³ Idem. p. 33-34.

⁹⁴ Idem.

realidade local e justificar suas concepções políticas a partir de “critérios científicos (...)”⁹⁵.

É dentro dos parâmetros de observação da realidade social expostos acima que Benito apontou para a construção de uma “cultura autoritária” dentro do movimento operário gaúcho nas primeiras décadas do século XX. As teorias científicas, onde o autor inseriu o espiritismo como “derivação religiosa”, eram entendidas como sinal de poder. Seu domínio, conforme Schmidt, acabou sendo para alguns membros, um fator de legitimação no momento de condução da ação dos trabalhadores⁹⁶.

Ainda no Rio Grande do Sul, desta vez no município de Pelotas, o espiritismo também foi visto de forma singular na formação das experiências dos trabalhadores locais. Marcelo Freitas Gil, contudo, concluiu que a doutrina de Kardec na região foi responsável pela “fomentação de uma visão conformista de mundo”⁹⁷. Embora o trabalho de Gil saliente que em determinado momento os centros espíritas foram vistos como possível “foco comunista”, e por isso, fechados durante o Estado Novo, o que prevaleceu na cidade, para o autor, foi a concepção de manutenção da ordem social e não de ruptura com ela.

Pelo que percebemos, o caso gaúcho mostra que o espiritismo no estado teve uma gama variada de significados ao longo do tempo. Em seu início, sua expansão começa através dos aspectos científicos. Todavia, é possível observar que, de acordo com a situação apresentada, os aspectos “religiosos” e “científicos” andam em conjunto, ao contrário do contexto “geral” do movimento espírita. Exemplo disto é o caso exposto por Bruno Scherer em que o aspecto ideológico, no caso, a proximidade do positivismo, diminui as tensões com os órgãos governamentais. Dessa forma, fazendo com que as práticas de cura, o maior exemplo das diretrizes institucionais da FEB para uma prática do espiritismo enquanto religião, se expandissem no Estado. Além disso, podemos destacar, como visto em Schmidt, a forma pela qual o espiritismo, junto com o conjunto de doutrinas científicistas, foi interpretado pelo proletariado gaúcho, auxiliando na explicação da realidade e na condução das lutas.

O Ceará apresenta algumas aproximações com o Rio Grande do Sul na expansão da doutrina de Kardec. A economia do estado, assim como a gaúcha, passa por um processo de dinamização, ocorrendo o florescimento de atividades comerciais e industriais, sobretudo no

⁹⁵SCHMIDT, Benito. “O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 113-126. 2001. p.114-115.

⁹⁶ Idem. p.122.

⁹⁷ GIL, Marcelo Freitas. “Trabalhadores, Maçonaria e Espiritismo em Pelotas: 1877-1937”. **REHMLAC**. Vol. 3, Nº 1, Universidad de Costa Rica. 2011.

setor têxtil. É dentro deste contexto de modernidade, que se expande para a esfera cultural, que o “moderno-espiritualismo” se insere, sobretudo na capital cearense⁹⁸.

Assim como os católicos e os espíritas em várias regiões do Brasil, existiu uma preocupação em enfrentar a questão social. Todavia, ela era vista como um “problema moral” pela militância “moderno-espiritualista” que se desenvolveu na região. Ou seja, os grupos liderados por espíritas e Maçons, que tinham amplas conexões com sindicatos e associações de trabalhadores, almejavam mostrar a classe trabalhadora que “antes da política de classe, os trabalhadores devem se unir para tratar de problemas mais urgentes, tais como instrução, educação moral e cívica”⁹⁹. Ao tentar cumprir este objetivo, percebemos que o caso cearense se aproximou daquilo que foi chamado por Marcelo de Freitas de “visão conformista de mundo”. Além disso, ficou evidente também a ideia de uma doutrina que surge através de letrados que a transmitem para os setores menos favorecidos.

No caso mineiro, a doutrina espírita se insere no estado conectada às disputas nacionais entre católicos e espíritas no início do período republicano. Um exemplo disso foi o próprio conceito de caridade, disputado intensamente pelos dois grupos. Na cidade de Juiz de Fora, por exemplo, viu-se nitidamente a tentativa católica de instrumentalização do conceito como forma de manter o monopólio religioso, enquanto os espíritas procuravam determinada legitimação perante a sociedade¹⁰⁰. Tal rivalidade se intensifica depois do ano de 1890, data de publicação do decreto 119-A, que concretiza a separação entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil. Uma consequência importante deste documento foi a retirada do controle das atividades educativas e de assistência social das mãos dos católicos¹⁰¹. Esta conjuntura de choque ganha uma intensidade maior na capital federal, local de onde é “coordenada” a expansão e institucionalização da doutrina espírita.

O Rio de Janeiro foi o palco dos principais embates em que os espíritas estiveram presentes. *O Reformador*, jornal criado em 1883, passou a ser o responsável “oficial” da Federação Espírita Brasileira na divulgação das ações sociais, na expansão da doutrina religiosa na imprensa e nas disputas com o clero católico.

⁹⁸ SILVA, M. J. D. “Questão social é “problema moral”: militância moderno-espiritualista e trabalhadores no Ceará das primeiras décadas do século XX”. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 8, set. 2010. p.2-3.

⁹⁹ Idem. p. 12-13.

¹⁰⁰ CAMURÇA, Marcelo Alves. **Op. cit.** p.20-22.

¹⁰¹ SOUSA, Jesse.Jane.V. “Os círculos operários e a intervenção da igreja católica no mundo do trabalho no Brasil: Uma discussão historiográfica”. **Revista de História**. 1998. p.152.

Um dos exemplos mais sintomáticos da atuação do periódico foi o combate à criminalização das práticas de cura do espiritismo em meio ao processo de formação do Estado laico. Nas páginas do Jornal, foi possível observar algumas de suas preocupações. Através da exposição de vários processos acusatórios de “crime contra a saúde pública”, os debates referentes a parte médica eram interpretados e levados, pelos operadores das leis, ao debate de caráter religioso. Este entrecruzamento de esferas no meio do debate jurídico, acabou, em certos momentos, beneficiando os espíritas. Sobretudo pela noção eurocêntrica, no âmbito judicial, do Kardecismo como uma doutrina religiosa de origem francesa. Por isso, uma prática legítima e legal fundamentada na Constituição Federal.¹⁰² Diferente das formas de cura de matriz afro-brasileira, que eram entendidas como curandeirismo, e tipificadas criminalmente.

As “batalhas” no âmbito jurídico evidenciaram um dos esforços do movimento espírita para continuidade em suas atividades. Uma das finalidades principais era mostrar a assistência aos necessitados como um princípio religioso, sem que fosse entendido como uma insubordinação à lei ou como desrespeito à ordem pública¹⁰³. Nesse cenário de busca por legitimação, foi construído um amplo conjunto de ações assistenciais, em nome da ideia de caridade, para diversos setores que passavam por situação de vulnerabilidade social.

Isso pode ser visto no Trabalho de Conclusão de Curso de Dayana Monteiro Gomes - *Ai dos pobres do Rio de Janeiro, se não fossem os espíritas. Assistência social espírita no Rio de Janeiro (1870-1945)*. Nele, a autora procurou dar uma dimensão estendida dos auxílios aos despossuídos, organizados pelos espíritas, na cidade do Rio de Janeiro. Dayana fez uma descrição detalhada das várias organizações criadas, dividindo-as em três categorias, de acordo com público-alvo: “Instituições para acolhimento de crianças”, “Instituições para acolhimento de idoso(a)s” e “Instituições de Assistência Médica”¹⁰⁴.

O trabalho trouxe algumas conclusões preliminares importantes sobre a ação kardecista na cidade. Entre elas estão a grande concentração na zona norte carioca, a grande participação feminina nas casas de caridade, a participação ativa de Inácio Bitencourt e, por fim, a adaptação do modelo de organização a determinado grupo ou segmento social, específico do local onde as instituições se fixavam¹⁰⁵.

¹⁰² GOMES, Adriana. *Problema de saúde pública ou fê? Os caminhos do Espiritismo após o artigo 157 no Rio de Janeiro*. Sæculum – **Revista de História**, v. 26, n. 45, p. 57-72, 2021. p. 69.

¹⁰³ GOMES, Adriana. “A secularização do Brasil na Primeira República e a criminalização do espiritismo”. (In) **Cidadania, movimentos sociais e religião: abordagens contemporâneas**. organização João Marcus Figueiredo Assis, Denise dos Santos Rodrigues. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.208.

¹⁰⁴ GOMES, Dayana Monteiro. “**Ai dos pobres do Rio de Janeiro, se não fossem os espíritas**”. *Assistência social espírita no Rio de Janeiro (1870-1945)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2016. p.57.

¹⁰⁵ Idem. p.93.

Para chegar a essas conclusões, Dayana se utilizou de uma documentação diversa. Entre elas está o livro “*assistência pública e privada no Rio de Janeiro: História e estatística*”, organizado por Ataulpho de Paiva, a pedido do então prefeito Bento Ribeiro. Esta fonte ajudou nitidamente a autora na produção de interessantes tabelas que deram uma dimensão geográfica das atividades de caridade espíritas. A zona oeste da cidade aparece com três organizações durante a Primeira República: Associação espírita caridade, criada em 1904 em Realengo, o Centro Espírita Luz e Verdade, de 1920, em Campo Grande e a Sociedade Espírita Tolerância, fundada em 1912, no bairro de Bangu¹⁰⁶. Fora do documento governamental, ainda podemos visualizar outra casa de caridade na zona oeste da Capital Federal, o Centro Espírita União e Caridade, no bairro de Realengo, fundado em 1914¹⁰⁷.

O relatório feito por Paiva é de importância singular para o entendimento da vida orgânica das associações e centros espíritas. Através do documento podemos ver algumas demandas específicas das organizações e dos indivíduos atendidos por elas. No caso da Sociedade Espírita Tolerância, localizada em Bangu, os tipos de ajuda mútua mais solicitados estão nas categorias “auxílios de outra natureza” e “farmacêuticos”¹⁰⁸.

Para além das informações contidas no relatório de Ataulpho de Paiva, a imprensa carioca também nos deu algumas pistas importantes sobre a atuação da Sociedade Tolerância. A organização era filiada à Confederação Espírita do Brasil – “A regeneradora”, não possuindo, dessa forma, nenhum vínculo com a Federação Espírita Brasileira. Nas páginas do jornal O imparcial de 16 de abril de 1916 foi possível perceber em qual das “linhas doutrinárias” do espiritismo a organização se enquadrava:

“Realiza-se hoje, às 14 horas, na sede da Confederação Espírita do Brasil, a “Regeneradora”, a 688ª conferência-discussão com tribuna livre para o adversário que quiser contestar o espiritismo. Ocupará a tribuna oficial um dos seguintes membros da comissão confraternizadora: dr. Marcellino de Brito, dr. M. Ricardo de Albuquerque, marechal Ewerton Quadros e professor Angeli Torteroli, que desenvolverá o tema: propagar a moral e a filosofia, baseada na ciência espírita que não é uma religião.”¹⁰⁹

¹⁰⁶ Idem. p.38-40.

¹⁰⁷ No caso desta casa espírita, acredito haver uma linha de continuidade com a Associação Espírita Caridade, fundada no mesmo bairro dez anos antes. Um fator que ajuda nesta hipótese é o endereço ser quase o mesmo. Não foi feita uma análise mais aprofundada da questão devido aos limites deste trabalho. Sobre o histórico da organização em questão, ver: O histórico do Centro Espírita União e Caridade (CEUC): <http://www.ceuc.com.br/sobre.html>

Acesso em 12/5/2023.

¹⁰⁸ GOMES, Dayana Monteiro. **Op. cit.** p.38.

¹⁰⁹ Conferências. Vida social e acadêmica. O imparcial. 16 de abril de 1916. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Três anos antes, um outro aspecto chamou a atenção. O jornal *Correio da Manhã* repercutia as comemorações do dia Primeiro de Maio e no espaço destinado as organizações de trabalhadores, estava presente a texto “As associações espíritas também comemoram o 1º de maio”. Nele, a direção da Confederação Espírita do Brasil indica alguns locais onde a data será comemorada:

“As associações e operários espíritas que desde 1º de maio de 1881 comemoram a data da glorificação do trabalho e o protesto de reivindicação pacífica como inicial da confraternização que se há de dar, evolutivamente, entre as classes produtoras, resolveram na véspera e nos dias 1 e 2 de maio, na sede das seguintes sociedades: Associação Espírita Caridade, à rua do Imperador, n.99. Realengo. Presidida pelo sr. José Antônio Machado, no dia 1; Sociedade Espírita Tolerância, à rua da Fazenda, n.26, Bangu, presidida pelo tenente Olympio de Souza Telles, no dia 1.”¹¹⁰

As duas reportagens mostram aspectos importantes sobre a Sociedade Espírita Tolerância. O primeiro deles diz respeito a sua orientação “doutrinária”. Foi possível perceber que o espiritismo praticado pela SET estava muito mais conectado à corrente “científica” do que a linha traçada por Bezerra de Menezes e a FEB. A ausência de uma documentação maior sobre esta organização pode significar que Bangu seguiu um dos aspectos mencionados anteriormente em relação a doutrina espírita: a adesão mais profunda da vertente religiosa da doutrina. Além disso, é fundamental visualizar a presença de um discurso sobre as relações de trabalho por parte da organização, sobretudo, pautado por uma ideia de conciliação de classes que circula entre a classe trabalhadora banguense e nas regiões próximas.

Retornando ao relatório feito por Ataulpho de Paiva, fica evidente, através dos gastos das organizações espíritas, entre elas a Tolerância, algumas das fortes lacunas deixadas pelo serviço público, sobretudo nas questões relacionadas a assistência social e de saúde. Isso chama ainda mais atenção em um bairro composto majoritariamente pela classe trabalhadora, sobretudo da fábrica de tecidos instalada naquela localidade. Ao mesmo tempo, no documento não há registros de outros centros ou organizações de assistência espírita em Bangu. Sendo assim, a “Tolerância” é marcada, de acordo com o relatório, como primeiro grupo espírita organizado no bairro.

Todavia, a relação entre os trabalhadores banguenses e o espiritismo precede a criação desta associação. Nos anos finais do século XIX, as perseguições aos espíritas já ocorriam na região¹¹¹. Essa informação não invalida os resultados do relatório de Ataulpho de Paiva, visto que o documento versa sobre instituições com estrutura burocrática. As páginas de *O*

¹¹⁰ As associações espíritas também comemoram o dia 1º de maio. *Correio da Manhã*. 1º de maio de 1913. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

¹¹¹ Bangu. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1896. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Reformador, contudo, mostram outro grupo kardecista organizado em Bangu, com sede desde 1912¹¹² (mesmo ano de fundação da Tolerância), mas fundado em 1901: o Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. É através dos estudos relacionados aos mundos do trabalho que iremos perceber de que forma a agremiação atua, as suas aproximações e particularidades, em relação ao movimento espírita e, principalmente, a importância desta associação na experiência concreta dos trabalhadores locais.

¹¹² Conferências. O Reformador, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1912. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Capítulo 2: O Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor no contexto operário Banguense.

Feito este panorama, tanto sobre a relação entre os trabalhadores e a religiosidade, como sobre a entrada do espiritismo kardecista no Brasil e na Capital Federal, o objetivo, logo em seguida, será tratar da inserção do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor no contexto operário Banguense. A finalidade é traçar um perfil social da organização e, posteriormente, mostrar como estes trabalhadores foram, nos primeiros anos do século XX construindo as suas relações em âmbito local e com outras áreas da capital que passavam por processos semelhantes.

Antes disso, é preciso mencionar uma questão de natureza geográfica. A região de Bangu, a qual o trabalho se detém, era uma propriedade da Companhia Progresso Industrial do Brasil – CPIB. Esta, representava aproximadamente 14,6% de toda a Freguesia de Campo Grande.¹¹³ Ou seja, ao falarmos de Bangu, estamos nos referindo à território que fica há 31 quilômetros da região central e portuária da cidade.¹¹⁴ O mapa abaixo, nos dá uma dimensão espacial sobre a localização de Bangu - destacado dentro da Freguesia de Campo Grande- no contexto da compra pela empresa têxtil:

Figura 1: As Freguesias do Rio de Janeiro em fins do Século XIX.



¹¹³ SERNA, Nelson de Castro. O censo de 1906 do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Publicações Pereira Passos. 2012. P.28.

¹¹⁴ SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2015. p.16.

Fonte: ABREU, Maurício de. A evolução urbana do Rio de Janeiro. 3ª edição. IPLANRIO. Rio de Janeiro. 1997.

2.1. As bases sociais do GPELA através das fichas nominativas.

A classe trabalhadora banguense era diversa também em seu perfil religioso. Podemos ver no início do período republicano a presença de vários grupos, os católicos, hegemônicos numericamente, os evangélicos, principalmente na região do Marco VI (atual Guilherme da Silveira) e os espíritas. O Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor continua localizado na mesma rua em que surgiu no ano de 1901, na Rua Silva Cardoso, há poucos metros da antiga fábrica de tecidos do bairro. Em contato com o atual presidente da organização, Túlio Marcio Sardinha Mota, podemos ter acesso ao arquivo histórico da instituição.

Nele, a documentação possui uma natureza variada, indo de recortes de jornais que mencionam o nome da organização, imagens de alguns de seus grandes expoentes e uma vasta quantidade de fichas das assembleias da diretoria e das assembleias gerais. Estes documentos têm seu início no ano de 1918 e se estendem até o início do século XXI. Soma-se a estes documentos os dados da caixa beneficente do Grêmio, inaugurada em 1917. Na busca das lacunas deixadas pela documentação presente na instituição, tivemos o auxílio de Paulo Goulart, Líder do Grupo Espírita Amor e Caridade João Batista, também do bairro e criado em 1920.

Figura 2: Segunda assembleia geral de 9 de março de 1918.

Ata da 2ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 9 de Março de 1918, para os fins de eleição e constituição da mesa, apuração e base da nova diretoria de 1918 a 1919.

De acordo com o art. 11: O irmão Presidente para dar início aos trabalhos, convida o irmão Sindolpho Reguena, para a direção dos mesmos, este, convida para 1º e 2º secretários os confrades Benedito Felipe e José de Araujo, utando assim constituída a mesa.

Em seguida declara aberta a Assembleia, fazendo um apello aos associados para que todos compareçam ou pelo menos mandem alguém para representá-los.

O Sr. de Araujo manda fazer a chamada, dando início assim a votação.

O irmão Lourenço chama atenção da mesa, para que a votação seja effectuada com duas chapas, uma contendo nove membros que compoem a Directoria do Grêmio, outra com dez membros para reger a Caixa Beneficente, estando assim multadas as presenças. Não se por serem incompletas; o irmão Presidente intercede, pedindo a modificação das referidas chapas para que fassam certas pela mesa.

Neste momento ha uma pequena questão entre o irmão Presidente e o confrade Antão do Alípio relativamente as chapas, este expozendo-se que tivesse o direito de suas referidas chapas, sendo baldado todo seu

Fonte: Arquivo Histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

No contato com as fontes da organização foi possível perceber a adequação do Luz e Amor a alguns padrões “gerais” do associativismo do início do século. As fichas de inscrição de seus membros possuíam espaço para nome, idade, profissão e endereço. Em nenhuma das fichas de inscrição a cor trabalhadores é mencionada. Já as atas, deixam evidente a estrutura organizativa da instituição, com presidente, vice-presidente, tesoureiros e procuradores.

No dia 9 de março de 1918 podemos ver um exemplo disso com a assembleia geral da organização, que tinha como finalidade a definição da diretoria do Grêmio naquele ano. O processo eleitoral, entretanto, esteve longe de ser tranquilo. Antônio Alípio, comerciante local, questionou a forma pela qual a disputa estava sendo feita:

“[...] há uma pequena questão entre o irmão presidente e o confrade Antônio Alípio relativamente as chapas, este reforçando-se que tivesse apoio as suas referidas chapas sendo falado todo seu trabalho na distribuição que antes fizera, foi por este motivo conduzido ao descontentamento, e em seguida tentando-se retirar. Após a modificação das chapas, foi prosseguida a votação e em seguida feita a apuração; antes de terminar a mesma é apresentado um requerimento a mesa pelo confrade Antônio Alípio, aceito este, o irmão presidente manda pelo secretário o irmão fazer a leitura; o irmão Xavier pede a palavra para dizer algo sobre o mesmo. Faz ver a assembleia o indiscreto procedimento do confrade Antônio Alípio, dizendo que sempre se tem revelado em ideias contrárias a maioria, sendo assim há muito tempo prejudicial aos interesses do Grêmio, citando provas já constatadas por diversos confrades, e finalmente agora procura anular a eleição por meio do presente requerimento; não tendo razões não lhe assistia o direito de ser atendido, segundo o que manda os estatutos deste Grêmio no Art: 9 [...] Normalizando os trabalhos, volta a mesa novamente a fazer a apuração de votos, reconhecendo por maioria: F. Maia pra presidente; F. Xavier para vice presidente; Attilio Berni como 1º tesoureiro; Alfredo Salles 2º, Alberto Gonçalves (sic) 1º secretário; Hipólito Silva, 2º; Vicente Moreti, 1º procurador; José Araújo, 2º; e João Araújo bibliotecário. Para a caixa beneficente: Lindolfo Fagundes, Provedor, Antônio Medeiros, tesoureiro, e José Barboza, procurador.”¹¹⁵

Já na reunião extraordinária de junho do mesmo ano, foi possível perceber também a preocupação dos membros do Luz e Amor com os debates de seu contexto. A questão da medicina e das práticas de cura, debatidas exaustivamente na transição entre os séculos XIX e XX e a tentativa de criminalizar práticas que fugiam dos saberes médicos em processo de consolidação naquele período¹¹⁶, foram o assunto da reunião. Francisco Maia Braga e Atílio Berni conversam sobre a questão:

“[...]aquela reunião era para se tratar exclusivamente sobre o receituário homeopata do Grêmio. Diz ele ser orientado por um artigo de jornal que condena inteiramente o tratamento particular de pessoas com remédios que não sejam formuladas por pessoas médicas. O irmão Atílio usando da palavra diz que, a seu vir, não se deve ter tanto receio pois os medicamentos que o Grêmio distribui são gratuitos, e não como fazem alguns charlatões que vendem o mesmo [...] o irmão presidente diz que por precaução

¹¹⁵ Ata da assembleia geral do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 9 de março de 1918.

¹¹⁶ GOMES, Flávio; PIMENTA, Tânia Salgado (Org). *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016. p.11.

deve ficar uma pessoa de expectativa afim de observar se pessoa estranha procura se informar a tal respeito.”¹¹⁷

O trecho da conversa entre os diretores do Luz e Amor e os seus respectivos posicionamentos a respeito das práticas curativas, mostram como os espíritas kardecistas procuravam, no início do período republicano, diferenciar-se de um espiritismo de raízes afro-brasileiras. O fato dos remédios e tratamentos proporcionados por eles sem pagamento e a nomenclatura pejorativa com aqueles que cobram por algum cuidado, apontam essa tentativa de diferenciação. Algo que já era feito por literatos como João do Rio, que em sua observação carregada de preconceitos sobre as religiões no Rio, entendia os kardecistas como espíritas “sinceros”, ao passo que as religiões de matriz afro-brasileira eram vistas como “baixo espiritismo” ou “exploradores”¹¹⁸.

Outro ponto presente nas atas, seja da assembleia geral ou da diretoria do grêmio, é o momento de prece. Este, acontece em momentos diferentes da reunião, alternando-se entre o começo e o encerramento do encontro. Não é raro encontrar nas atas o momento em que um dos membros “elevou aos céus uma prece ao pai implorando-lhe o seu bendito amor [...] a sua bendita luz para os cegos de espírito e o seu balsamo sacrossanto para suavizar as chagas da humanidade sofredora.”¹¹⁹

Além disso, o Luz e Amor demonstra em suas atas uma seleção de novos membros que, pelos menos em seu início, parece diferir, em partes, do “número ilimitado de membros”¹²⁰ citado por Edward Thompson no processo de formação da classe operária inglesa. As fontes mostram que a entrada na organização ocorria por solicitações de membros já estabelecidos no grêmio. A quantidade de nomes é extensa. Para exemplificar a questão, mencionamos o caso de Guilherme Pastor, indivíduo conhecido na localidade, que teve seu nome proposto por Francisco Maia Braga e Vicente Moretti¹²¹ em abril de 1918.

Assim sendo, vimos que o grêmio espírita possuía uma liturgia própria para a reunião, com momento de prece, passando posteriormente pelo debate dos problemas nacionais, como a criminalização de práticas de cura alternativas, a luz da doutrina e a solicitação de novos membros. Tudo isso, aponta numa delimitação de funções dos membros da associação,

¹¹⁷ Ata da reunião extraordinária da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 9 de junho de 1918.

¹¹⁸ RIO, João do. *As Religiões no Rio* - Editora Nova Aguilar - Coleção Biblioteca Manancial n.º 47 – 1976. p. 71-76.

¹¹⁹ “Ata da sessão comemorativa ao nosso divino mestre (sexta feira da paixão)”. Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 29 de março de 1918.

¹²⁰ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*, Volume I: “A árvore da liberdade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p.15.

¹²¹ Ata da 2º da reunião da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 2 de abril de 1918.

caracterizando assim, o GPELA como uma organização que compartilha do *universo ritualizado e simbólico*¹²² das associações durante a Primeira República. Um exemplo disso é o fato de suas fichas possuírem uma escrita padronizada, ou seja, com a mesma letra, demonstrando que o Grêmio possui uma estrutura burocrática responsável pelo cadastro de novos membros.

Nesse sentido, direcionamos esses três tipos de documentos da instituição a nossa atenção: as fichas de inscrição dos membros do grêmio no período entre 1901 e 1919, as atas de reuniões da diretoria e assembleias gerais dos anos de 1918 e 1919. Nessa documentação, a finalidade é “entender como é o conjunto da associação, sem perder as minúcias”¹²³, igualmente fundamentais para a compreensão de sua estrutura, perceber a forma pela qual a doutrina religiosa é compreendida pelos indivíduos e qual é o impacto da ação do grêmio Espírita no bairro.

Antes disso, é preciso fazer um esclarecimento no que tange as fichas de inscrição. Em sua parte inicial, aparecem aqueles que são entendidos como os “fundadores do espiritismo em Bangu”. Aqui dois pontos precisam ser observados: o primeiro é a tentativa de colocar a introdução do espiritismo no bairro a partir da organização religiosa e o segundo tem relação com o sentido atribuído a palavra “fundador”. Ao olharmos a data de entrada de alguns destes “pioneiros” no Luz e Amor, percebemos que o momento é posterior à criação da associação. Isso nos permite dizer que a palavra “fundador” aqui tem muito mais o sentido de colaborador dos momentos iniciais do que a presença efetiva no dia 1º de junho de 1901.

¹²²BATALHA, Claudio H. M. Cultua associativa do Rio de Janeiro da Primeira República. In: _____; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Unicamp, 2004. p. 100.

¹²³ HENRY, Louis. Técnicas de Análise em Demografia Histórica. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977. p.25.

Figura 3: Os fundadores do espiritismo em Bangu em 1901.

NOME	Residência	Sexo	Data	Observações
1. Maria Regina				
2. Francisco Maria Braga				
3. Francisco Xavier				
4. Alfredo Sallas				
5. Benedito Felipe				
6. Antônio Medeiros				
7. Francisco Campelo				
8. Ugo da Mota				
9. Sertão Gomes				
10. Gregório Lima				
11. Benedito Siqueira				
12. Cecília Maria				
13. José Salino				
14. Bernadina Bonfim				
15. Ernesto Oliveira Cruz				
16. José Berti				
17. João Bonfim				
18. Carlos Braga				
19. Manoel Lopes Silva				
20. Júlio Soares				
21. Pedro Lima				
22. Antônio Carvalho				
23. Joaquim Antônio Pinheiro				
24. Francisco Pinheiro				
25. J. M. Martins				
26. Antônio Augusto Leão				
27. Manoel Thull				
28. Ezequiel Borges				
29. Domingos Silva				
30. Antônio Figueira				
31. Antônio Barbosa				
32. Antônio Figueira				
33. Domingos Machado				

Fonte: Arquivo Histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

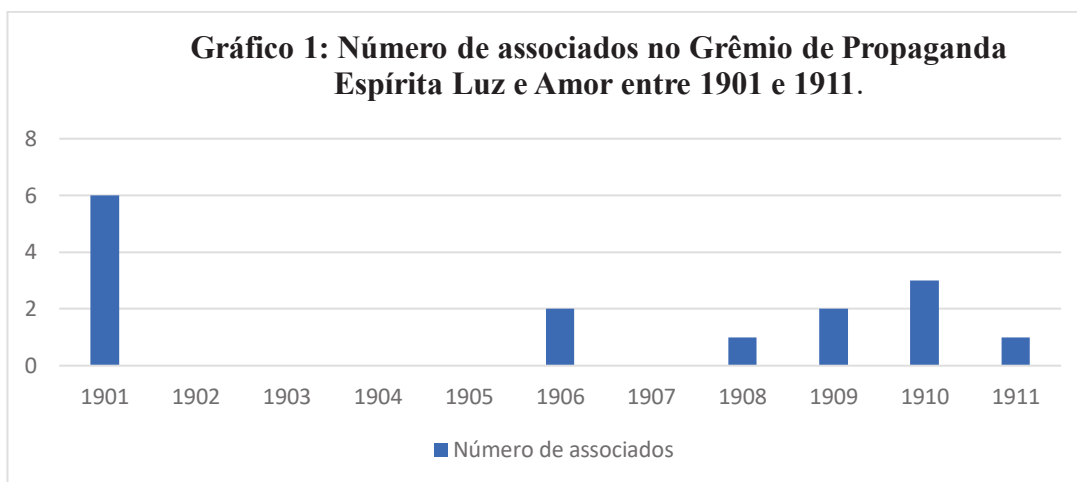
Figura 4: Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

NOME	Residência	Sexo	Data	Observações
1. Francisco Maria Braga				
2. Francisco Xavier				
3. Benedito Felipe				
4. Alfredo Sallas				
5. Francisco Campelo				
6. Ugo da Mota				
7. Gregório Lima				
8. Benedito Siqueira				
9. José Salino				
10. Bernadina Bonfim				
11. Ernesto Oliveira Cruz				
12. José Berti				
13. João Bonfim				
14. Maria Antônia Pinheiro				
15. Maria Magalhães				
16. Carlos Braga				
17. Alfredo Sallas				
18. Antônio Medeiros				
19. Manoel Lopes Silva				
20. Pedro Lima				
21. Antônio Figueira				
22. José Augusto				
23. Antônio Figueira				
24. Antônio Figueira				
25. Domingos Silva				
26. Antônio Figueira				
27. Antônio Figueira				
28. Antônio Figueira				
29. Antônio Figueira				
30. Antônio Figueira				
31. Antônio Figueira				
32. Antônio Figueira				
33. Antônio Figueira				

Fonte: Arquivo Histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

Em relação aos primeiros anos da organização, verificamos um crescimento pequeno e com variações no número de membros inscritos. Uma possível justificativa para isso pode ser

o fato de as reuniões serem realizadas nas casas de membros, algo muito comum no início da doutrina kardecista entre as camadas populares¹²⁴.



Fonte: Arquivo histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

O número pequeno de membros ou a ausência de registros no período entre 1902 e 1909 tem uma explicação documental. Paulo Goulart, Líder Espírita do bairro e que tem conhecimento sobre a documentação do Luz e amor, afirma que as fontes deste recorte cronológico perderam a capacidade de visualização devido à fatores como fortes chuvas que afetaram parte do arquivo do GPELA ainda nos anos 90.

O periódico organizado pela Federação Espírita Brasileira, *O Reformador*, nos apresenta, entretanto, que o desenvolvimento do kardecismo na localidade era frutífero. Em 1908, por exemplo, o jornal destacou o interesse dos trabalhadores banguenses pelo espiritismo, confirmado pela presença “superior a duzentas pessoas na sede da Sociedade Recreativa e Carnavalesca Flor da União”¹²⁵, também na região, em uma conferência de propaganda espírita. Ou seja, a presença nas fichas de inscrição não era algo que, em 1908, determinava o interesse pela classe trabalhadora pelo espiritismo. No subtópico seguinte, retomaremos a esta reunião para ampliarmos os possíveis significados do público elevado deste evento.

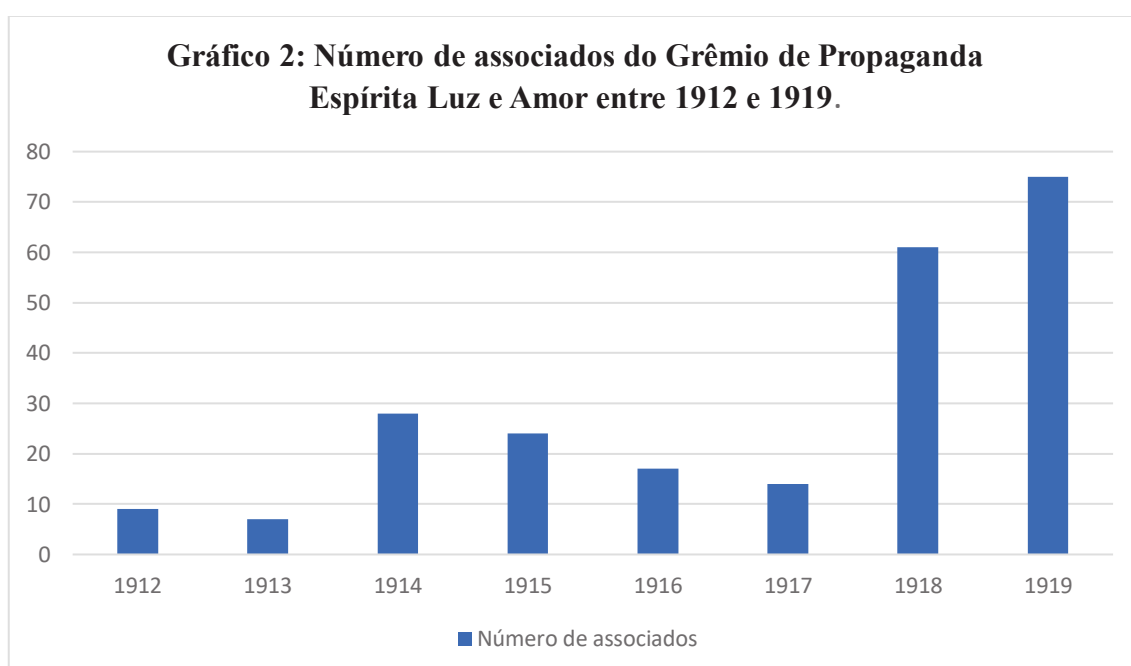
O período que abrange os anos de 1912 e 1919, verificamos um crescimento entre os anos de 1912 e 1915, seguido de uma estabilização nos dois anos subsequentes, posteriormente, o “boom” dos anos de 1918 e 1919. Os gráficos apontam uma expansão em conjunturas de

¹²⁴ DAMAZIO, Silvia. Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 101.

¹²⁵ “Conferências”. *O Reformador*. 15 de abril de 1908. Arquivo digital da Federação Espírita Brasileira: Acesso em 23/11/2022. <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revreform&Pesq=Bangu&pagfis=4050>

crise, seja em estágio inicial, como a de carestia nos anos iniciais da grande guerra¹²⁶ ou intensificado, sendo a epidemia de gripe espanhola o maior exemplo. Nos anos de 1912 e 1913, o número de integrante filiados é de 9 no primeiro ano e 7 no segundo.

Em 1914 ocorreu uma expansão significativa. Exemplo disso, é a entrada de 28 novos membros e um crescimento de 100 % em relação ao ano anterior. Posteriormente, ocorre uma pequena queda no número de cadastros nos anos de 1916 e 1917, seguido do “boom” entre 1918, ano da epidemia de gripe espanhola, e 1919, com entradas de 61 e 75 associados, respectivamente¹²⁷. Em ambos os casos, o número de novos associados ultrapassou a casa dos 400% se comparados ao ano de 1917.



Fonte: Arquivo histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

Além do número geral de inscritos, outro ponto importante a ser analisado nas fichas do “Luz e Amor” é o critério geográfico. Tal recorte nos permitiu medir fatores como o deslocamento para o local de culto e formação de famílias adeptas a doutrina na região de Bangu. A análise das inscrições dos membros no período de 1901 a 1919 permite observar a menção à trinta e nove endereços diferentes. Destes, apenas três estão fora região de Bangu ou imediações: o engenheiro Alfredo Lessa, morador da Rua Conde de Bonfim, na Tijuca; já o operário João Januário Penha, da Rua do Boqueirão, a rua da constituição, onde moravam os comerciantes Antônio Silva e Mário Viana de Aleantara, o operário Alberto Abreu e a

¹²⁶ BATALHA, Claudio H. M. O movimento operário da Primeira República. Zahar. 2000. p. 49.

¹²⁷ Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1922). Página 3.

doméstica Ernestina Batista, moradores da rua do Mercado, moravam em ruas do centro da capital¹²⁸.

Aproximando-se do interior da zona suburbana da capital federal, localidades próximas do terreno da Fábrica Bangu aparecem nos registros. Um exemplo é a região de Santíssimo, local de moradia do Guarda Municipal, Hippólito Gonçalves Campos e do operário Antônio Joaquim da Costa. Já o atual bairro de Campo Grande são três membros: o confeitiro Antônio Affonso Bragança e os dois negociantes e familiares Irineu e Deimeval Alves¹²⁹.

Porém, o maior número de membros do “Luz e Amor” é morador das ruas mais próximas da sede da organização religiosa e da fábrica de tecidos construída em Bangu. Dos 250 membros cadastrados em 1919, 188 moram, no máximo, a um quilômetro do seu local de culto (incluindo a rua onde a associação está instalada), 75% do total¹³⁰. Isso quer dizer que a maioria dos frequentadores cadastrados não faziam grandes deslocamentos para as seções doutrinárias, para os atendimentos médicos, ou para a busca da assistência social em contextos de vulnerabilidade oferecidas pelo grêmio. Soma-se a isso o fato de, no caminho para a sede do grêmio, muitas destas ruas acabarem se cruzando. É razoável pensar, a partir disto, que nos dias de seções ou outras atividades da organização, os membros se reuniam a partir de determinado ponto para irem juntos até a sede da associação. A tabela abaixo foi produzida com o auxílio das fichas nominativas e dos serviços de mapeamento online. Com ele, é possível medir a distância entre as ruas mencionadas e sede da associação.

¹²⁸ Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901 e 1922) – Página 4.

¹²⁹ Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901 e 1922) – Página 5.

¹³⁰ Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901 e 1922).

Tabela 1: Ruas com maior número de membros do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor e a proximidade com a sede da organização entre 1901 e 1918.

Rua.	Número de membros.	Distância até a sede do grêmio.
Av. Costa Pereira (Rangel Pestana)	28	420m.
Rua Ferrer (Cônego de Vasconcelos)	20	340m.
Rua Silva Cardoso***	18	—
Rua Fonseca	17	400m.
Rua Progresso (Rua Bangu)	14	870m.
Rua Doze de fevereiro	13	240m.
Rua Industrial (Jacinto Alcides)	12	350m.
Travessa da Fábrica (Clemente Ferreira)	12	440m.
Rua Francisco Real	9	280m.
Av. Bangu (Barão de Capanema)	8	1km.
Rua do Comércio (Júlio Cesar)	6	660m.
Rua Agrícola	6	600m.
Estrada Real de Santa Cruz	6	760m.
Rua dos Açudes	5	700m.
Rua das Maravilhas	4	710m.
Rua Santa Cecília	4	190km.
Rua dos Estampadores	2	1,16km.
Rua dos Tintureiros	1	1,36km.
Rua dos Tecelões	1	1,08km
Rua Rio da Prata	1	760m.
Rua das Artes	1	1,17km.
Total	188	—

Fonte: Arquivo histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

Uma busca pelo mapa da região também nos ajuda a dar uma dimensão da proximidade de boa parte das ruas citadas e a sede da organização. Em vermelho, estão as 5 ruas mais citadas

Fora do corpo diretor também temos exemplos. A doméstica Amália Oliveira Araújo e o operário Manoel Silva, moradores da travessa da fábrica, 147¹³⁴; a operária Margarida Carvalho e Antônio Marcelino Carvalho. Este último, familiar do lavrador Américo Marcelino de Carvalho, ingresso na associação em dezembro de 1918. Os três são residentes na Avenida Costa Pereira, 79¹³⁵. Também em 1918 Adriano e José Machado, moradores da Travessa da Fábrica se associaram, em maio e julho, respectivamente¹³⁶. Já no ano de 1919, foi a vez de 3 moradores da rua dos açudes, número 16, fazerem parte da organização: os operários Antônio Dias, Justiniano Gomes e Quirina Maria¹³⁷. Nesse sentido, podemos perceber que, gradualmente, não só as ruas próximas a fábrica de tecidos tinham uma presença significativa de associados, mas também dentro do núcleo familiar.

No que se refere a idade, o grêmio é composto, grosso modo, pela população adulta. O grupo de pessoas entre 26 e 35 é a maioria dentro da organização, 101 pessoas, 40% do total. Logo em seguida, aparece o grupo entre 36 e 45 anos de idade, com 77 pessoas, 30% dos espíritas do Luz e amor. Fechando o perfil etário aparecem 32 pessoas com idade entre 15 e 25 anos (nenhuma menor de idade), 26 dentro de parte do que hoje é denominado “meia idade”, de 46 a 55. Acima dos 56, 14 membros¹³⁸.

Concentrando a análise etária aos dois momentos de crescimento expressivo no número de associados (1914/1915 e 1918/1919), podemos perceber que os grupos entre 26 e 35 anos e o de 36 a 45 são os que prevalecem sobre os demais. No primeiro recorte temporal, esses dois grupos de idade são responsáveis pela entrada de 38 indivíduos; já o segundo recorte, mostra a entrada de 94 membros. É conhecido o alto número de menores utilizados na Fábrica Bangu¹³⁹. Apesar disso, em geral, é a faixa etária adulta, que está mais exposta aos perigos da exploração do trabalho, da carestia de vida e das doenças que buscam a assistência, se tornando membro do grêmio.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Fichas do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1922) – Página 3.

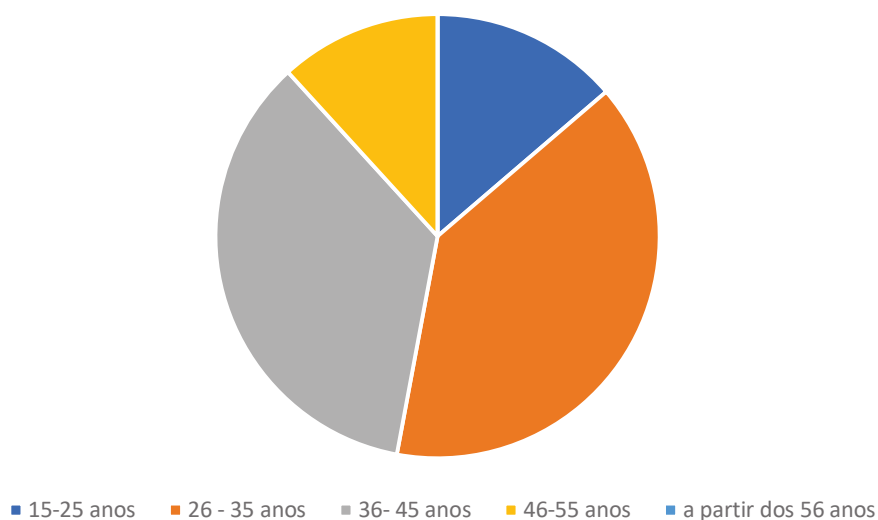
¹³⁶ Fichas do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1922) – Página 5.

¹³⁷ Fichas do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1922) – Página 8.

¹³⁸ Fichas do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1922) – Página 7.

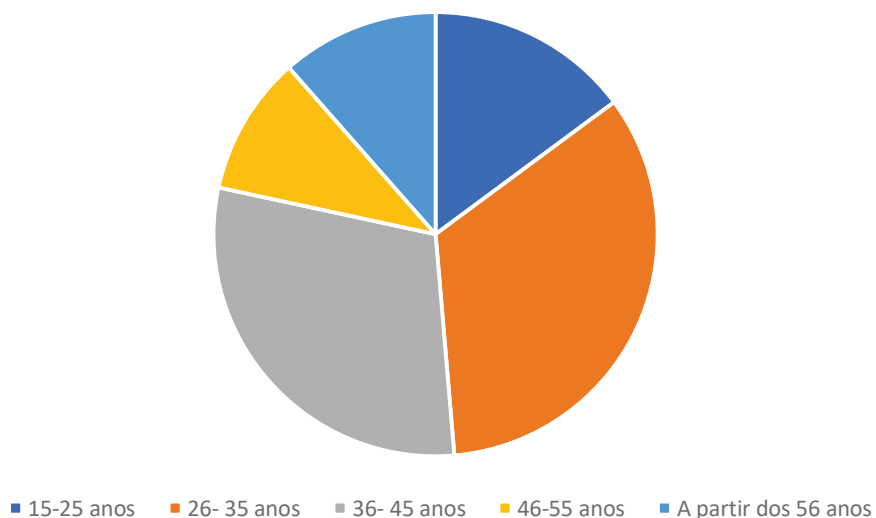
¹³⁹ MOLINARI, Carlos. Menores dentro da indústria têxtil: uma análise da Fábrica Bangu durante a Primeira República. XI Congresso Brasileiro de História Econômica. UFES. 2015.

Gráfico 3: Número de associados do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor por idade entre 1914 e 1915.



Fonte: Arquivo histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

Gráfico 4: Número de associados do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor por idade entre 1918 e 1919.



Fonte: Arquivo histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

A divisão da instituição por sexo também é importante para a compreensão das bases sociais do Grêmio¹⁴⁰. No caso do Luz e Amor, a estrutura é composta majoritariamente por

¹⁴⁰ Neste aspecto, foi feita uma busca sobre as outras organizações de outras religiosidades no bairro, para tentar perceber se esse traço é algo específico do Luz e Amor ou uma constante no associativismo religioso do bairro. No que se refere ao protestantismo, temos duas Referências. A primeira delas é a Igreja Evangélica Brasileira, fundada em 1902. Fui informado sobre a presença de um arquivo institucional. Todavia, a consulta a documentação da instituição não foi permitida. A segunda instituição é a igreja evangélica congregacional, criada em 1918. Nela,

homens. Em todos os anos em que entraram pessoas na associação, no período entre 1901 e 1919, apenas em 1911 a entrada de mulheres foi maior que a de homens. Neste ano, apenas uma pessoa se associou, a doméstica Bernardina Bonfim, de 52 anos¹⁴¹. Em 1919, dos 250 membros cadastrados na organização, 26 eram mulheres¹⁴². Na tabela 1, fica visível a pequena participação feminina na agremiação.

Tabela 2 - Número de associados no Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor por sexo entre 1901 e 1919.

Ano	Homens	Mulheres
1901	5	1
1906	2	0
1908	1	0
1909	2	0
1910	3	0
1911	0	1
1912	8	1
1913	5	2
1914	22	6
1915	23	1
1916	15	2
1917	13	1
1918	55	6
1919	67	8

Fonte: Arquivo histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

Tal presença diminuta parece em acordo se contrastada com o editorial de *O Reformador* no ano de 1901, que tinha como objetivo fazer uma série de textos destinados a questão familiar. Publicada na sessão “*Questões sociaes*”, no dia 1º de março, o jornal disserta sobre o posicionamento espírita em relação “a mãe de família” ou qual seria a sua “função”:

“A mãe espírita é o anjo da guarda do lar, e é, incessantemente, assistida pelos bons espíritos, atraídos pelas suas virtudes, em particular pelo amor fervoroso que se

a documentação encontrada está fora do recorte temporal deste trabalho. O que acabou inviabilizando a sua utilização dentro dos limites temporais deste trabalho. Sobre a umbanda, o que se apresenta está basicamente se referindo aquele que é entendido como introdutor da religião no Bairro (Seu Domingos). Por isso, a pequena referência feita em grau comparativo, é com as instituições católicas. Significativa no bairro é a presença da Pia União das filhas de Maria. Esta organização é uma, irmandade leigo-religiosa formada exclusivamente por mulheres solteiras católicas. Constituíam-se como lugar de disciplina e norma, enquanto se mostrava também como espaço de distinção e de liberdade. Ver: ANDRADE, Maria Lucélia de. “Simples na malícia e prudentes nas boas obras: A Pia União das Filhas de Maria em Limoeiro-CE (1915-1945)”. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Sobre a atuação desta organização em Bangu, ver: “Bangu”. Nos Subúrbios. A ÉPOCA. 8 DE maio de 1913. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional (BN).

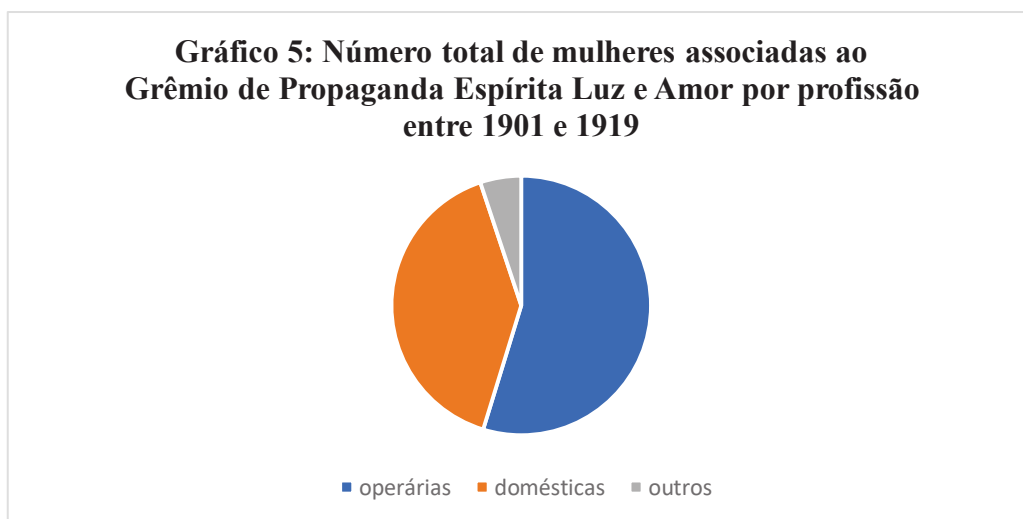
¹⁴¹ Fichas do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1922) – Página 1.

¹⁴² Idem.

erradia do seu coração. Será o medium curador da família enfim será como já dissemos, a verdadeira providência do lar (...) Em síntese, será o instrumento passivo e bom da misericórdia de Deus, que dela se servirá para fazer chegar à família as manifestações grandiosas do seu amor.”¹⁴³

A “coluna” “Questões Sociais” teve como finalidade “abordar assuntos atuais importantes com o olhar espírita”. Vimos através do trecho do periódico, a expectativa da direção da principal organização espírita brasileira naquele momento. Foi possível perceber o desejo sobre uma posição da mulher atrelada à restrição do ambiente doméstico. Sendo tratado pelos autores da matéria como uma espécie de “poder espiritual”.

De fato, a quantidade de mulheres dentro do grêmio espírita, se comparada aos homens, é pequena. Porém, ao analisar mais detalhadamente as poucas mulheres presentes, um aspecto chama a atenção. A maioria delas não está, como dizia Kardec, “restrita ao ambiente interior, privado”, mas sim no espaço público, no mundo do trabalho fabril. O gráfico 5 mostra o número total de mulheres entre 1901 e 1919 de acordo com a ocupação. No caso das mulheres, o número de domésticas é muito próximo do número de operárias, onze e quinze, respectivamente.



Fonte: Arquivo histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

O cruzamento de dados apresentado acima aponta que, possivelmente, o papel feminino proposto estipulado no Livro dos Espíritos possuía certa capilaridade social entre as espíritas banguenses. Isso fica latente ao observarmos a quantidade mulheres classificadas como

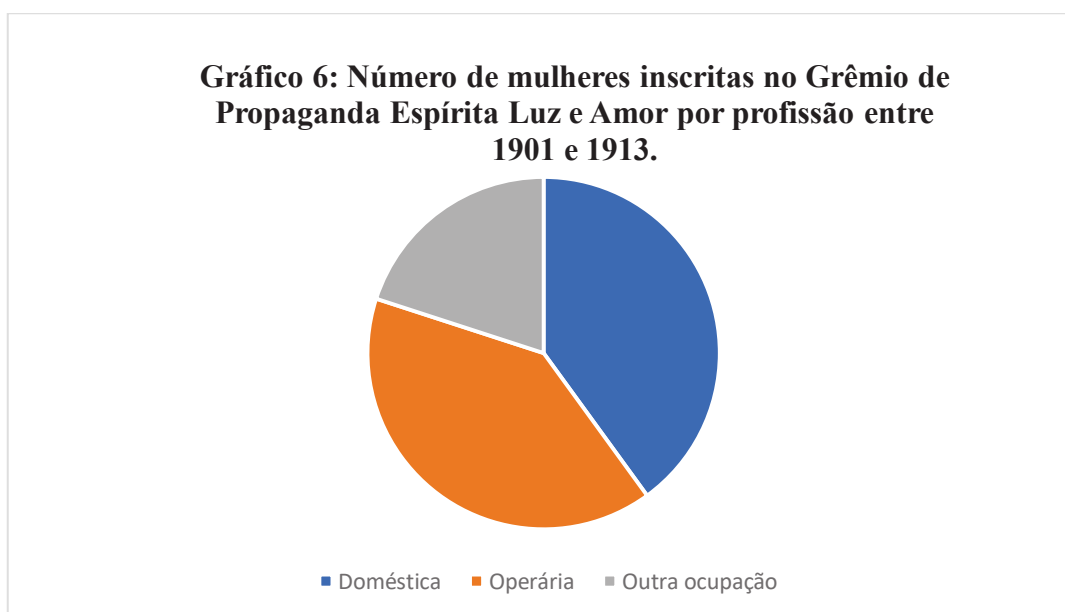
¹⁴³ “A mãe de família”. O Reformador. 1º de março de 1901. Arquivo Digital da Federação Espírita Brasileira. Acesso em 25/9/2022:

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revreform&Pesq=Bangu&pagfis=1769>

doméstica na associação, se comparadas há uma proporção geral do número de mulheres participantes.

Porém, o fato de Bangu ser um bairro em que o mundo do trabalho atravessa todas as esferas da vida social, lança luz sobre algumas nuances deste processo. A presença significativa das mulheres do bairro na companhia têxtil, pode ser um indicador de que as mulheres espíritas, em Bangu, tenham características que diferem do exposto nas páginas de *O Reformador*, citadas anteriormente. Um exemplo disso, é o fato de a maioria das mulheres do Luz e Amor aparecerem na documentação como operárias, ocupando o espaço público, e não a restrição ao lar, conforme o periódico espírita mencionou, e colocou como comportamento esperado, em suas páginas.

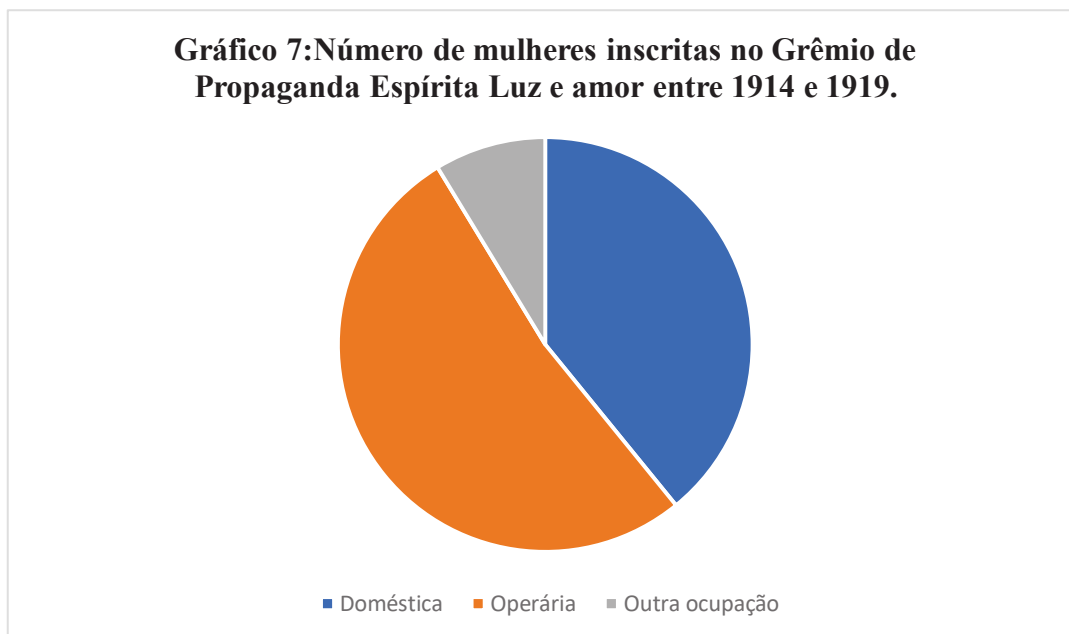
Ao olharmos este dado em dois recortes temporais diferentes, a diferença fica mais latente. O período entre 1901 e 1913 é marcado por uma presença igual entre domésticas e operárias, duas em cada uma das ocupações já no recorte entre 1914 e 1919, em que a “questão social” fica mais acirrada, a presença das operárias é superior a outras ocupações em quatro destes seis anos. Nos dois anos restantes, 1914 e 1918, a inserção de operárias e domésticas tem a mesma quantidade: 3 para cada uma das ocupações¹⁴⁴.



Fonte: Arquivo histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

¹⁴⁴ Fichas do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1922) – Página 2.

Gráfico 7: Número de mulheres inscritas no Grêmio de Propaganda Espírita Luz e amor entre 1914 e 1919.



Fonte: Arquivo histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

Dentro do perfil social traçado até aqui, temos pessoas que moram muito próximo da sede do grêmio, em idade adulta e de maioria masculina. Por fim, precisamos destacar um ponto crucial para o crescimento do kardecismo em Bangu: as suas “raízes operárias”.

Essa questão salta aos olhos nas inscrições do Grêmio. Diante disso, tem-se a necessidade de reforçar dois aspectos: os operários presentes na documentação não estão circunscritos à fábrica de tecidos Bangu, mas também pertencem a outros estabelecimentos, como a fábrica de cartuchos de Realengo ou de tecidos de linho, em Sapopemba (atual bairro de Deodoro). Além disso, é importante enfatizar que, entre os tipos de ocupação que estão na minoria, há uma vasta diversidade, que varia entre outras funções dentro da fábrica Bangu como escriturário, gravador e eletricista; passando por trabalhos de lavrador, pintor, barbeiro; chegando até profissões de funcionário público, militares e comerciantes¹⁴⁵.

Durante a década de 1910 a classe trabalhadora do Distrito Federal sofreu com duas crises de carestia, sendo a primeira delas a partir de 1913. Kaio Cesar Goulart, estudioso do assunto, aponta como fatores responsáveis pelo crescimento da carestia o salário baixo dos operários, o aumento na derrubada dos cortiços e a inflação acelerada dos alimentos de primeira necessidade¹⁴⁶. Bangu, inclusive, foi um dos nove locais onde ocorreram grandes comícios

¹⁴⁵ Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1922)

¹⁴⁶ ALVES, Kaio César Goulart. Em Busca das formas de Consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro. (1912-1918). Dissertação de Mestrado, UFOP. 2014. p.19.

entre março e abril de 1913¹⁴⁷. Além disso, a CPIB passou por um período declínio salarial entre os anos de 1914 e 1917.¹⁴⁸

Tal conjuntura de dificuldades para os trabalhadores, acabou gerando reflexos no número de inscritos no Luz e Amor. Desde o momento de criação da organização, em 1901, até o ano de 1910, os treze membros que entraram eram operários, com exceção de Maria Rosalina, sem ocupação definida¹⁴⁹. Adentrando a década de 1910, podemos ver em duas escalas de análise diferentes a preponderância da classe trabalhadora local nas fileiras da organização. Entre 1910 e 1914 temos a entrada de 30 membros classificados como operários, contra 18 filiados que possuíam 6 ocupações diferentes. Na segunda mostra, entre 1915 e 1919, a distância aumenta de forma abrupta: são 58 filiados com outras ocupações e 132 operários associados, mais do que o dobro dos filiados com profissões variadas¹⁵⁰.

Outro fator que interferiu no segundo recorte foi a epidemia de gripe espanhola, debatida amplamente no capítulo 3¹⁵¹. Sobre o primeiro crescimento do número de operários, contudo, um fator pode se somar ao contexto de carestia: a construção da sede da organização. Isso porque, nela era disponível “farmácia, na qual dois médiuns receitistas atendem e distribuem medicamentos a quantos lhe batem à porta, solicitando seu auxílio”¹⁵². Isso mostra como o Luz e Amor, já em 1913, possuía uma estrutura, mesmo que básica, para o auxílio aos necessitados da região.

Tal assistência, contudo, também precisou ser paralisada em determinadas situações. O agravamento da crise que afetou os operários banguenses, citada anteriormente, interferiu na atuação dos operários kardecistas. *O Reformador*, em 16 de fevereiro de 1918, observou com bastante entusiasmo o retorno das atividades do Luz e Amor, que segundo o periódico “ficou impossibilitado de preencher a sua elevada missão de caridade [...] e agora reiniciou suas atividades desde o dia 25 de novembro do passado”.¹⁵³

Levando em consideração que o apoio espiritual feito pelos espíritas possuía necessidade material menor, ao se referir “impossibilitado de preencher a missão da caridade”,

¹⁴⁷ Idem. p.77.

¹⁴⁸ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro. Da Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. 2º Volume. Rio de Janeiro: IBMEC. 1978. p. 521.

¹⁴⁹ Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1922) – Página 1.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Para compreender o crescimento do número de operários na organização entre 1915 e 1918, ver capítulo 3.

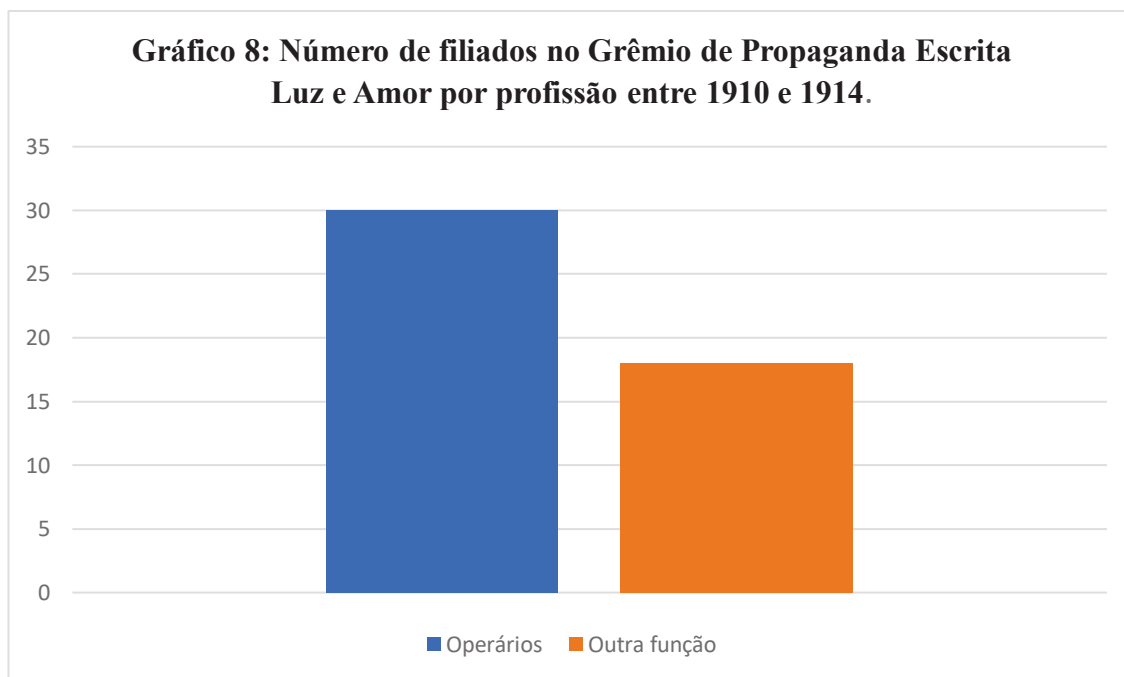
¹⁵² A construção da sede do GPELA e as relações de seus membros com o patronato fabril foram mencionados mais à frente em um trecho específico sobre esta questão.

¹⁵³ “Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor”. *O Reformador*. 16 de fevereiro de 1918. Arquivo digital da Federação Espírita Brasileira:

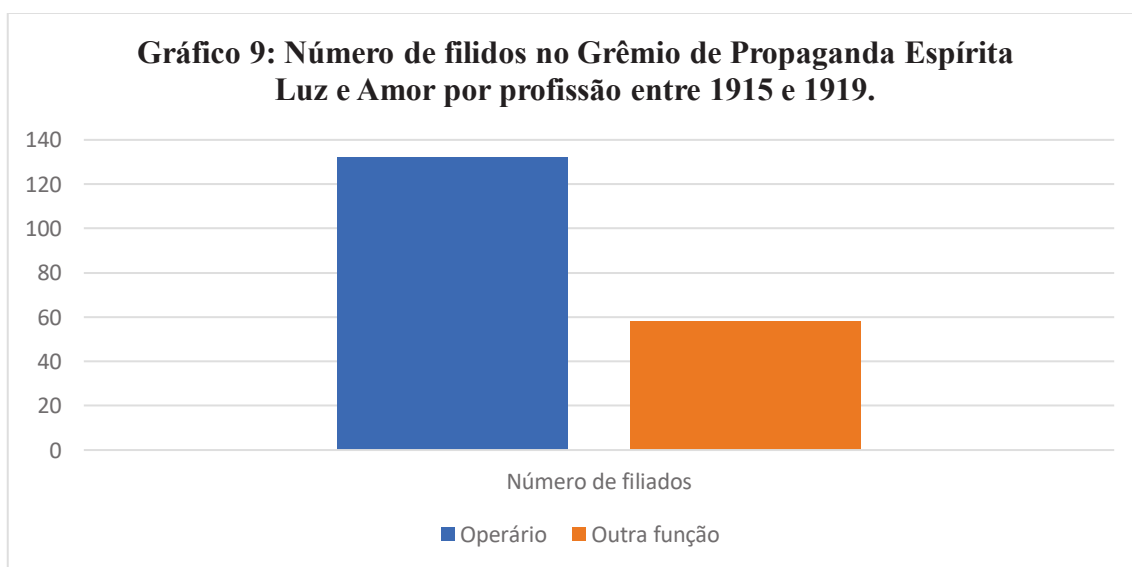
Acesso em 23/11/2022.

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revreform&Pesq=Bangu&pagfis=4050>

os membros do GPELA estão dizendo ao periódico que lhe faltaram material para a assistência social aos necessitados. Isso nos mostra como a intensificação da crise afetou uma organização religiosa feita por trabalhadores, que tem na assistência social a sua principal atividade (um princípio religioso).



Fonte: Arquivo histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.



Fonte: Arquivo histórico do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor.

2.2. A experiência dos trabalhadores kardecistas em Bangu: das tensões a formação de redes de solidariedade.

Longe da frieza dos grandes arquivos centrais, a pesquisa por fontes em espaços periféricos pode reservar momentos inesperados e importantes. Durante as leituras que culminaram na escrita deste trabalho, percebi a necessidade de encontrar Paulo Goulart, líder Kardecista do bairro de longa data que se colocou rapidamente a disposição. Na visão dele, o auxílio que poderia me oferecer seria nulo, visto que minha pesquisa “não fala do espiritismo em si, mas sim da sua relação com os trabalhadores”.

Logo em seguida, Goulart quase em tom de despedida, retira da gaveta uma pasta com alguns documentos que ele não esperava que fossem ser úteis. Em suas mãos, Paulo tinha fontes fundamentais para analisar os primeiros passos da doutrina de Kardec na freguesia de campo grande, mais especificamente em Bangu. Um destes documentos, citado brevemente no tópico anterior, é uma carta escrita por Dária Solano, filha de Francisco Solano, considerado o responsável por trazer a doutrina espírita para Bangu. Na carta, a autora tem a intenção de construir os “traços biográficos” do pai. Mas o que ela acaba fazendo, com ou sem intencionalidade, é exatamente aquilo que Goulart não esperava que fosse possível: a conexão entre a religião kardecista e o mundo do trabalho no bairro operário.

Isso porque em 1892, o ex encapador da fábrica de tecidos de Paracambi:

“(...) foi convidado para chefiar a seção de encapação da fábrica (Bangu), sendo aceito o convite e procedida a transferência da família (...) transferido a família, o trabalho prosseguiu e o convite feito ao novo companheiro de trabalho, Francisco Maia Braga para integrar as reuniões foi aceito, passando a residência de Chico Solano a ser a sede do primeiro centro espírita do ramal Santa Cruz, o Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor, alguns anos depois fundado oficialmente pelos dois vizinhos”¹⁵⁴

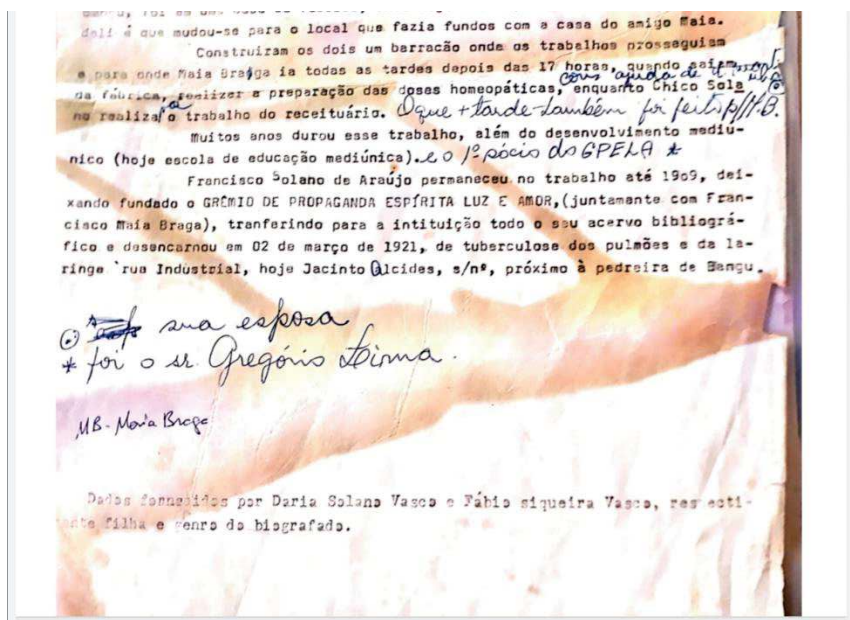
No relato feito por Dária algumas coisas ficam perceptíveis. Uma delas é a “cristalização” dos Franciscos Maia e Solano como os criadores da organização, o que acaba negligenciando a presença de outras pessoas. Contudo, percebemos que a carta teve seu conteúdo rasurado ou corrigido ao longo do tempo, seja pela própria filha ou pelo Genro, Fábio Siqueira. Exemplo disso são as menções ao “Primeiro sócio do GPELA”, fazendo referência à Gregório Pereira Lima, operário negro da fábrica Bangu, falecido em abril de 1945¹⁵⁵. Outra questão importante é a chegada da doutrina religiosa sendo, direta ou indiretamente, influenciada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho fabril. A ação de Solano, na

¹⁵⁴ Traços biográficos de Francisco Solano de Araújo. Arquivo pessoal de Paulo Goulart.

¹⁵⁵ "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7922-FV2M : 9 April 2020>), Gregório Pereira Lima, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justiça (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

busca por expandir o espiritismo, se dá, portanto dentro das condições e relações materiais estabelecidas.

**Figura 6: Alterações realizadas em
“Traços Biográficos de Francisco Solano de Araújo”.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Paulo Goulart.

Ao falar da experiência religiosa da classe trabalhadora banguense, entretanto, o que podemos ver no final do século XIX, é uma perseguição direcionada aos grupos não católicos, entre eles os evangélicos e principalmente os espíritas, de matriz afro-brasileira e os kardecistas. Uma carta publicada do Jornal do Brasil de 31 de março de 1896, intitulada “Bangu”, mostra uma íntima conexão entre as questões religiosas e o cotidiano fabril da localidade. Nela, o operário kardecista João Pereira Lima relata:

“(…) organizei com meus companheiros um grupo, para o desenvolvimento do espiritismo e funcionar até o dia 30 de julho do mesmo ano, dia em que fui intimado pelo mesmo delgado (Jorge Estrella) a não continuar com o grupo, a pretexto de estarmos a enlouquecer a população de Bangu (...) o sr. Jorge, na qualidade de gerente, dispensou-me dos serviços da fábrica e como delegado, intimou-me que me retirasse em 48 horas daquele lugar. Por isso fui obrigado a fugir com a minha família (...) ainda hoje estou privado de ir a Bangu, tendo lá parentes, aos quais não posso visitar”¹⁵⁶.

A situação de cerceamento da liberdade e, principalmente, não poder ver a família afetou João. Oito anos após o episódio, ele foi registrado como morto e indigente no Hospício de São

¹⁵⁶ Jornal do Brasil. 31 de março de 1896. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

João Batista¹⁵⁷. O trecho acima é escrito durante a vigência do decreto 119-A, de 1890, que tem como objetivo fundamental extinguir o regime do padroado e consagrar a liberdade de culto em território federal¹⁵⁸. Todavia, como a região de Bangu até 1917 era uma propriedade particular da fábrica têxtil, é possível que a companhia se utilizasse deste fator para perseguir trabalhadores de outras religiões, fazendo demissões e, conforme o caso de João, exigindo a saída da localidade. Esses “eventos” deixam latente a dificuldade de inserção do espiritismo kardecista entre a classe trabalhadora banguense na passagem entre os séculos XIX e XX.

Cinco anos após o episódio relatado acima, em 1º de junho 1901, é fundado em Bangu o Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. Sua primeira diretoria era composta por Francisco Maia Braga (presidente fundador), Maria Rosalina (1º Médiun), Francisco Xavier (Secretário), Antônio Medeiros (Tesoureiro) e Francisco Sampaio (fundador benemérito)¹⁵⁹. Dos cinco membros, quatro eram trabalhadores da fábrica. Assim como em outras associações do bairro, com o passar do tempo, a presença de comerciantes, militares e funcionários públicos também era visível. Todavia, a preponderância é de pessoas da classe trabalhadora, sobretudo de operários da Fábrica Bangu, mas também de outras fábricas próximas¹⁶⁰, como evidenciado no tópico anterior.

¹⁵⁷ "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:79H5-ZB6Z> : 25 June 2022), João Pereira de Lima, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justícia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

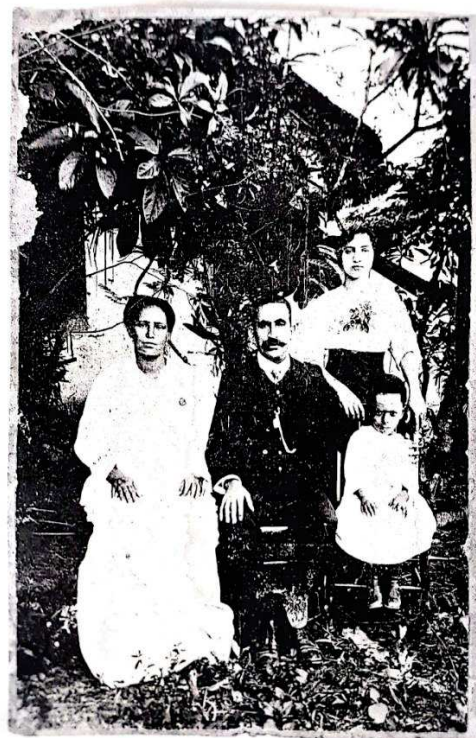
¹⁵⁸ DECRETO N 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm
acessado em 1/06/2022.

¹⁵⁹ BORGES, Antônio de Pádua de A. O espiritismo em Bangu – RJ, no século XX: Desenvolvimento e fê num bairro Operário. Monografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro. 2010. p.34.

¹⁶⁰ A denominação apenas “operário” ou “operária” nos documentos da organização pode levar a análise a considerar como se todos pertencessem a Fábrica Bangu. Todavia, alguns membros trabalhavam em outras fábricas, como a de cartuchos de Realengo ou de tecidos de linho, em Sapopemba, atual bairro de Deodoro, como foi o caso de Alberto Molinari, que trabalhou nesta fábrica. Alberto é bisavô de Carlos Molinari, mestre em História pela Universidade de Brasília, também estudioso dos trabalhadores da Fábrica Bangu.

Figura 7: “Francisco Maia Braga e família”.



— Francisco Maia Braga e família —

Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Goulart.

O “enquadramento” do Luz e Amor no processo de ritualização das associações, já mencionado, se caracteriza também na escolha do nome da organização. Ao definir-se como um “Grêmio”, é provável que os fundadores da organização kardecista estivessem realizando um processo semelhante ao que Erick Brasil diagnosticou nas sociedades de cunho carnavalesco. Assim sendo, a escolha do nome se relaciona com:

“uma leitura aguda do cenário político e cultural da cidade e a escolha de termos mais representativos das associações valorizadas pelas elites republicanas (...) se utilizando da cultura escrita (...) de inovações culturais e apoios em outras esferas da sociedade”¹⁶¹

A presença do Luz e Amor não é única no contexto associativo da região. Ainda na perspectiva religiosa, o clero católico procurou demonstrar sua força na tentativa de introduzir os valores da encíclica *Rerum Novarum* entre o operariado local. O historiador Sérgio Ricardo

¹⁶¹ BRASIL, Eric Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016. p.33-34.

Coutinho, procurou mostrar a utilização de Bangu como uma espécie de “laboratório” para um novo projeto de Igreja Católica.¹⁶²

O contato da igreja local com a institucionalidade católica da cidade existe desde os tempos coloniais. Todavia, o associativismo confessional¹⁶³ com os trabalhadores da fábrica se deu, pela análise do autor, em dois momentos de escalada anarquista entre os operários. O primeiro deles foi com a criação da União Popular do Brasil, que tinha como finalidade “dar uma direção ao sindicalismo e impedir o progresso das ideias socialistas”. Bangu, segundo Santos, é o primeiro lugar escolhido para esta tarefa.¹⁶⁴

A tentativa de conduzir o operariado para uma visão de mundo baseada no catolicismo social perde força em 1911. Isso ocorre quando o seu principal responsável, o cônego Vitor Maria retorna ao centro da cidade e, posteriormente, converte-se ao protestantismo.¹⁶⁵ O segundo momento ocorreu durante as greves de 1918 e 1919. Neste caso, a organização que representou os interesses católicos no bairro foi a Corporação dos Trabalhadores Católicos do Brasil.¹⁶⁶

Saindo da esfera religiosa, o historiador Leonado Afonso Pereira mostrou o forte movimento associativo banguense e o seu destaque para as atividades carnavalescas e dançantes. Segundo o autor, elas se inseriam dentro da “febre associativa” do início do século, que tinham em seu início “uma lógica parecida outras associações mutualistas e de irmandade religiosas, com objetivos mais modestos, ligados ao prazer e senso de comunidade”¹⁶⁷.

Esse processo fez com que, ao longo do tempo, as atividades de auxílio mútuo se transformassem na exemplificação do estímulo a solidariedade e cumplicidade dos membros destas organizações. Leonardo reforça ainda que a importância da heterogeneidade dessas associações, mesmo com uma maioria da classe trabalhadora. Isso porque: “[...] é essa classe diversa, cheia de tensões e diferenças internas, que o clube tenta articular – constituindo-se em

¹⁶² SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. Bangu: A “questão social” e a construção de um novo modelo de igreja no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília. 1992.

¹⁶³ Sobre o associativismo confessional católico, ver: AMARAL, Deivisson. Cultura confessional e luta por direitos no mundo do trabalho: Belo Horizonte (1909-1921). Estudos Históricos (Rio de Janeiro). v.28, p.65-85. 2015.

¹⁶⁴ SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. **Op. cit.** p.62.

¹⁶⁵ Idem. p.81.

¹⁶⁶ Idem. p.83.

¹⁶⁷ PEREIRA, Leonado Afonso de Miranda. “Prazer das morenas: bailes, ritmos e identidade nos clubes dançantes da primeira república”. (in) *Vida divertida: história do lazer no Rio de Janeiro (1830 – 1930)*. Rio de Janeiro. 2010. p.277.

um meio de expressão, em variados níveis, de identidades entre a classe trabalhadora do bairro”¹⁶⁸.

Tendo em sua composição social trabalhadores de diversas origens étnicas, nacionais e religiosas, as associações mencionadas por Leonardo acabaram em diversos momentos gerando a possibilidade de construção de solidariedades entre os trabalhadores baseadas nas suas experiências comuns¹⁶⁹, caracterizando-se como “uma importante manifestação cultural dos trabalhadores de baixa renda da Capital Federal”¹⁷⁰.

Um ponto a ser destacado é a circularidade dos membros entre diferentes associações. Esse assunto nos ajudou a aproximar as associações carnavalescas estudadas por Leonardo Pereira com o Luz e Amor no início do século, podendo consequentemente, compreender um pouco melhor as suas ações.

A imprensa carioca nos mostra um pouco sobre esta questão. Ao olharmos a edição do Jornal do Brasil de 17 de fevereiro de 1908, podemos ver a organização da nova diretoria da Sociedade Carnavalesca Flor da União. Nela, é possível ver a presença dos irmãos Felisberto e Lindolfo Fagundes dos Santos. O primeiro no cargo de 1º secretário e Lindolfo na função de presidente da organização¹⁷¹. Naquele momento, Felisberto Fagundes já fazia parte do Luz e Amor, Lindolfo aparece nos registros da organização 4 anos mais tarde, em 1912.

Os irmãos Fagundes dos Santos não são os únicos membros do Luz e Amor que estão presentes em associações recreativas e de ajuda mútua. Isaac da Silva Cruz e Manoel e José Gomes faziam parte da diretoria Montepio dos operários da fábrica Bangu¹⁷², Guilherme Pastor jogou no Bangu Athletic Club¹⁷³, José salino ocupou cargo de diretor no Grêmio Carnavalesco Flor de Lyra¹⁷⁴ e Lindolfo Fagundes, responsável pelo caixa beneficente do Luz e Amor em 1918, assumiu a vice-presidência do Grêmio Carnavalesco “Prazer das Morenas” no ano seguinte.¹⁷⁵

¹⁶⁸ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: Festa e Identidade nos Clubes Carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922)”. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura**. n.14, Rio de Janeiro: 2006. p.177.

¹⁶⁹ Idem. p. 169-170.

¹⁷⁰ PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. 2010. B. **Op.cit.** p.279.

¹⁷¹ Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1922) – Página 1.

¹⁷² “O montepio dos operários da Bangu”. A NOITE. 27 de fevereiro de 1918. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

¹⁷³ Fichas de Inscrição do Bangu Athletic Club (1918-1921)

¹⁷⁴ “Flor de Lyra”. GAZETA DE NOTÍCIAS. 12 de fevereiro de 1918. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

¹⁷⁵ “Grêmio Carnavalesco Prazer das Morenas”. GAZETA SUBURBANA. 26 de abril de 1919. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

Estes exemplos nos trazem uma pequena mostra dos diversos espaços que os operários espíritas circulavam, criavam experiências e fortalecem redes de solidariedades. Fazendo assim, com que fosse possível olhar para a conferência espírita ocorrida no ano de 1908, na sede da Sociedade Carnavalesca Flor da União, e comentada no primeiro sub tópico (referente as fichas nominativas), de uma forma diferente.

De certa forma, faz sentido a ideia de que, em 1908, existia certo receio de parte do operariado em legitimar socialmente a sua participação no grêmio. Principalmente porque, havia bem pouco tempo, prejuízos concretos por conta de sua fé, como a perda do emprego, eram frequentes, como no caso de João Pereira Lima. Isso pode explicar a discrepância entre número de sócios organizados em 1908 e o número de pessoas na reunião. Por outro lado, a reportagem chama atenção em alguns pontos. Se comparados com o contexto adverso de 12 anos atrás, a quantidade “superior a duzentas pessoas” ¹⁷⁶ presentes no evento pode ter significado diverso: desde um número significativo de pessoas que pretendiam conhecer o espiritismo, a presença de pessoas de outras localidades próximas a região de Bangu ou efetivo sucesso da orientação da FEB, de se concentrar nas atividades de assistência social.

Além das respostas dadas acima, o cenário pode apontar para determinadas mudanças de paradigmas em relação a vivência e convivência dos espíritas com a coletividade. Tal diagnóstico se apresenta por dois motivos: Primeiro, os estatutos da sociedade carnavalesca prezam por um caráter amplo, sem distinções, incluindo a religiosa. Segundo o mesmo documento, o Flor da União deixava claro que uma de suas finalidades era construir esses laços de solidariedades entre os trabalhadores banguenses, dando a seus associados a oportunidade de “ter acesso a bens que, sozinhos, talvez não estivessem ao seu alcance”¹⁷⁷. Dito isto, é possível que, mesmo com a presença de pessoas de outras religiosidades, sobretudo católica, dentro da organização carnavalesca, as experiências comuns destes trabalhadores foram um fator preponderante na hora de “autorizar” ou não a organização da conferência de 1908 na sede do “Flor da União”. O contexto anterior, de maior tensão religiosa entre os trabalhadores estaria, senão encerrado, estaria, no mínimo, amainado.

A circularidade entre os membros do GPELA e as sociedades carnavalescas, como vimos, acabou construindo rede de solidariedades entre os trabalhadores espíritas e o conjunto do operariado, derivadas de suas experiências compartilhadas. Além disso, as duas primeiras

¹⁷⁶ “Conferências”. O Reformador. 15 de abril de 1908. Arquivo digital da Federação Espírita Brasileira: Acesso em 23/11/2022.

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revreform&Pesq=Bangu&pagfis=4050>

¹⁷⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. 2006. A. **Op. cit.** p.175-176.

décadas do século XX também foram marcadas pela aproximação dos operários kardecistas com outros setores da sociedade banguense. Nesse momento, são criados vários canais de contato dos membros dos Luz e Amor e indivíduos diretamente ligados a estrutura da fábrica Bangu.

Um exemplo disso é o farmacêutico Altamiro de Oliveira. Sua entrada no Luz e Amor é datada de maio de 1912¹⁷⁸. O personagem, todavia, já era conhecido no bairro. Os relatos de Murilo Guimarães nos ajudam na compreensão da presença de Altamiro tanto na localidade, quanto no Grêmio espírita. Segundo o memorialista banguense, Oliveira prescrevia as receitas da farmácia construída dentro das instalações da fábrica de tecidos. Durante a administração de João Ferrer, a partir de 1901, a companhia têxtil transfere a responsabilidade da farmácia para Altamiro, momento em que ela passa se chamar “farmácia Bangu”¹⁷⁹.

A presença de Altamiro Oliveira no GPELA possui grande importância, principalmente se levarmos em consideração os debates sobre a prática médica no final do século XIX e durante a Primeira República. Tânia Salgado Pimenta procurou tratar desta questão, retrocedendo ao século XIX. Conforme a autora:

“Curandeiros, sangradores e parteiras passaram a ser desqualificados, e seus saberes e práticas, considerados legítimos até 1828, foram aos poucos sendo associados a ignorância e charlatanice. A legislação foi alijando os terapeutas populares do universo legal das artes de curar e deu aos médicos o monopólio sobre elas. Foi um longo processo, que tomou todo o século 19 e adentrou o 20.”¹⁸⁰

Sidney Chalhoub observa o processo descrito pela historiadora”, mostrando como ele insere no contexto de expansão da ideologia higienista na Capital Federal, durante as décadas iniciais da República. Está, que deveria ter como alvo as “classes perigosas”. Uma das formas de fazer isso era por meio do combate sistemático à práticas de cura que eram feitas ainda no século XIX, durante o regime escravista. A atividade dos curadores populares, que tinha a preferência de parte considerável da população, em detrimento da medicina oficial¹⁸¹, era um exemplo disso.

Embora o espiritismo kardecista quisesse se diferenciar das práticas de curandeiros e sangradores, como já foi descrito no início do capítulo, existem algumas pequenas, mas significativas, aproximações entre eles. A primeira delas foi a preferência descrita acima por

¹⁷⁸ Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1912). Página 3.

¹⁷⁹ GUIMARÃES, Murilo. **Op. cit.** p.12.

¹⁸⁰ PIMENTA, Tânia Salgado. De médicos e parteiras a sangradores e curandeiros: quando as artes de curar não eram monopólio da medicina. Casa Oswaldo Cruz. 2020. Acesso em 28/6/2023: <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1875-de-medicos-e-parteiras->

¹⁸¹ CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. 2ª ed – São Paulo: Companhia das letras, 2017. p.22-32.

Tânia Salgado e Flávio Gomes. A segunda é que ambas (mesmo que as formas de cura da população afro-brasileira isso ocorra de forma muito mais intensa) acabam sendo reprimidas pelo Estado Brasileiro sob a justificativa de charlatanismo. Nesse cenário, o fato de Altamiro Oliveira ter um laço de sociabilidade com o corpo diretor da fábrica, pode significar um contato fundamental entre os membros do GPELA e o patronato local, facilitando possíveis pedidos e negociações, atenuando tensões de natureza religiosa.

Outra questão muito cara no início do século XX é a alfabetização da classe trabalhadora. A burguesia industrial tentou tomar a dianteira deste processo. Margareth Rago, inclusive, falou sobre a criação das escolas para os filhos dos operários. Estas, funcionavam como parte da:

“[...] intenção disciplinadora de formar cidadãos adaptados que internalizassem a ética puritana do trabalho comportando-se de modo a não ameaçar a ordem social [...] inculcando-lhe o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores em geral, as noções de bem e mal, ordem e desordem [...] enfim, os princípios da moral burguesa.”¹⁸²

É preciso, contudo, não olhar para a construção de estabelecimentos de ensino ou letramento para trabalhadores e seus filhos como uma via monolítica, ou seja, apenas como uma tentativa de imposição ou manipulação ideológica das elites. Diversas foram as formas em que os trabalhadores fizeram sua educação se fizeram por meio dela. Em São Paulo, a historiadora Ana Luiza de Jesus da Costa mostrou como a educação ocupava funções diferenciadas dentro das organizações de trabalhadores. Para as associações “de resistência”, o processo educativo era uma via para a emancipação da classe; as organizações mutualistas, por sua vez, procuram fazer uma espécie de enquadramento social do trabalhador, preparando-o para a dinâmica da sociedade capitalista, qualificando seus membros e filhos para o trabalho, além de executar algumas tarefas que o poder público não fazia naquela conjuntura.¹⁸³

Trazendo a questão para o Distrito Federal, Laura Maciel também procurou chamar a atenção para os inúmeros significados do letramento entre os trabalhadores. Com o diagnóstico feito pela autora foi possível observar:

“[...]a ampliação dos circuitos de comunicação social no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX e articulações entre a formação de novos grupos produtores (autores, editores, diretores, jornalistas) e difusores (livrarias, bibliotecas, redações, associações, escolas) de materiais impressos de natureza diversa (livros, folhetos, periódicos) com a constituição de novos públicos leitores na cidade. Estamos evidenciando múltiplos espaços onde a população menos letrada pode ter acesso a

¹⁸² RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: da cidade disciplinar e a resistência anarquista- Brasil 1890-1930*. 4ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2014. p. 159-161.

¹⁸³ COSTA, Ana Luiza de Jesus da. *Associativismo operário, educação e autonomia na formação da classe trabalhadora em São Paulo (1889-1930)*. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 44. 2018. p.13-16.

livros, jornais e revistas, indicando possíveis articulações entre seus idealizadores, consumidores e frequentadores.”¹⁸⁴

Maciel procurou apresentar também, em vários pontos do Distrito Federal, a formação de vários espaços de inserção da cultura letrada que tinham como “público leitor” a classe trabalhadora. Fazendo assim, com que “a escrita descesse do pedestal” e invadisse a vida cotidiana ampliando a rede potencial de leitores não só de jornais e revistas, mas também de livros.”¹⁸⁵

Uma mostra de que resultados semelhantes aos encontrados por Laura Maciel podem ser vistos em Bangu é a criação do Grêmio Philomático, em 1907. Os criadores da “casa de cultura” foram Jacinto Alcides, Alfredo Nunes Machado, Hemenegildo Guimarães, Miguel Pedro, José Villas-Boas, Altamiro de Oliveira e Horário de Carvalho. Na sede da agremiação “os rapazes jogavam xadrez, dama [...] se deliciavam com a leitura de livros da vasta biblioteca que possuíam e[...] davam aulas as pessoas carentes, fornecendo, gratuitamente, livros, lápis e cadernos.”¹⁸⁶

Dois anos antes da criação do Grêmio Philomático, em 1905, a própria fábrica Bangu procurava se fazer presente em outras esferas da vida social dos trabalhadores e seus familiares através da educação. Foi criada a Escola Rodrigues Alves, dentro do espaço em que se localizava a cooperativa da fábrica¹⁸⁷. Entre os professores da instituição de ensino organizada pela CPIB, mais uma vez os nomes de Jacinto Alcides¹⁸⁸ e Horácio de Carvalho figuram entre os protagonistas, como podemos ver no Periódico Revista da Semana, em novembro de 1909.

¹⁸⁴ MACIEL, Laura Antunes. “De “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra”. (In) MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p.281.

¹⁸⁵ Idem. p.282.

¹⁸⁶ GUIMARÃES, Murilo. **Op. cit.** p.27.

¹⁸⁷ SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. **Op. cit.** p.139.

¹⁸⁸ Intelectual negro, professor da escola da fábrica e popularmente conhecido como “o professor de Bangu”. Atualmente, tem seu nome em uma das ruas centrais do bairro.

Figura 8: Escola Rodrigues Alves. Revista da Semana. 21 de novembro de 1909.



Fonte: Hemeroteca Digital.

O Grêmio Philomático acabou servindo de referência para outras regiões suburbanas. A pesquisa de Cristiane Regina Miyasaka, que trabalha o associativismo da classe trabalhadora no Engenho de Dentro, mostra um pouco sobre a questão:

“[...] Estende-se em considerações sobre a utilidade de se instruir o operário. Cita a estação do Bangu, fazendo comparações dela com a do Engenho de Dentro. Aquela, cujo comércio e população são muito inferiores, conta três jornais literários: o Banguense, o Correio do Bangu e outro, um grêmio intitulado Grêmio Polimático, onde se discute literatura, e um belo teatro, excelente na opinião do orador.”¹⁸⁹

Além do “exemplo a ser seguido”, podemos perceber que o trabalho do Grêmio banguense possui uma íntima conexão entre a intelectualidade das diferentes regiões suburbanas. Isso foi fortalecido pelo crescimento do periodismo nesta região da Capital Federal¹⁹⁰. Os membros da Sociedade Mútua Benfícete do Engenho de Dentro deixaram evidente, conforme o excerto, que também compreendem a imprensa, associada a criação de

¹⁸⁹ O Paiz, 22/07/1890, p. 2. (In) MIYASAKA, Cristiane Regina. Os trabalhadores e a cidade: a experiência dos suburbanos cariocas (1890-1920). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. – Campinas, SP. 2016. p.235.

¹⁹⁰ A relação entre a imprensa e as regiões suburbanas é retratada no capítulo 3.

grêmios literários, nos moldes vistos em Bangu, como forma eficaz de instrução da classe trabalhadora.

Os trabalhos de Gracilda Alves nos auxiliam a entender um pouco desta relação entre os operários da fábrica Bangu e o analfabetismo. Isso porque a autora foi uma das poucas pesquisadoras a ter contato direto com a documentação produzida pela companhia têxtil. Nela, podemos ver o número de operários analfabetos por trabalhador contratado entre os anos de 1907 e 1918.

Tabela 3: Número de Operários analfabetos contratados entre 1907 e 1918.

Ano	Número de operários	Analfabetos
1907	41	9
1908	18	4
1909	29	9
1910	62	19
1911	63	9
1912	57	10
1913	32	7
1914	45	11
1915	65	13
1916	50	11
1917	68	14
1918	52	10

Fonte: SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu – a fábrica e o bairro: um estudo histórico, 1889-1930*. Instituto de Filosofia de Ciências Sociais (IFCS). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1985. p.797-806.

Ligação com a escrita também é um traço formador da cultura Espírita. Bernardo Lewgoy tratou dessa questão, afirmando que o kardecismo estabelece uma espécie de “incentivo a práticas e valores implicados pela singular ênfase na mediação letrada, construtora da autoridade do indivíduo”¹⁹¹. Podemos ver um pouco desta preocupação entre os membros da diretoria do Luz e Amor. O assunto é tratado em duas reuniões diferentes, em níveis diferentes. Em 21 de abril de 1918, João Araújo chama a atenção:

“O irmão José Araújo usando da palavra, opina o estudo teórico do espiritismo para os associados do mesmo, dando assim, fruto a nossa inteligência e desenvolvendo a palavra. O irmão Xavier faz ver que esta proposta deve ser feita por meio de um ofício designado a diretoria. Que a seu juízo fará delibera.”¹⁹²

¹⁹¹ LEWGOY, Bernardo. *Os Espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre cultura e oralidade no espiritismo kardecista*. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 2000. p.337.

¹⁹² Ata da terceira reunião da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 21 de abril de 1918.

Na reunião de 22 de setembro de 1918, o assunto é tratado por Francisco Maia Braga em tom de cobrança aos seus companheiros de diretoria. José Araújo procurou contrapor a fala do presidente. Na visão de Maia Braga, naquele momento, estava ocorrendo:

“[...] a decadência, da boa vontade que até aqui possuíam [...] a falta de animo, negligenciando os seus deveres para tratar-se dos interesses do nosso grêmio e finalmente em outras deliberações que tem se fixado em atas com o intento de serem realizadas e que ficam aos esquecimentos, sem serem mais discutidas, como exemplificando, sobre a escola [...] O irmão João Araújo, usando da palavra, diz que a seu ver a escola devia ser organizada para mais tarde em um comportamento adequado, uma sala exclusivamente para este fim.”¹⁹³

As duas reuniões apresentam duas formas diferentes de observar o incentivo ao estudo no Luz e Amor. Na reunião de abril, o objetivo de João Araújo é falar sobre uma expansão dos estudos teóricos para todos os membros do Grêmio. Apesar de estar se referindo à uma espécie de “letramento religioso” o membro da diretoria é claro ao dizer que, antes mesmo do aspecto doutrinário, o primeiro efeito é “dar fruto a inteligência”.

Na reunião de setembro, a “escola” falada pelo presidente da organização não é uma escola destinada aos estudos religiosos, mas sim uma escola primária. A Escola Romualdo (nome dado em homenagem ao patrono espiritual da instituição) foi inaugurada e regularizada frente às autoridades educacionais em 1933¹⁹⁴. Até João Araújo, que foi favorável a “deixar a organização para mais tarde”, entendia a questão como algo importante, tanto que sua fala vai no sentido de ter um espaço específico para as instruções primárias.

O mês de abril de 1918 foi marcado por 3 reuniões no GPELA. Dessas, uma foi destinada aos estudos teóricos e no dia 21, como vimos, surgiram o questionamento sobre a democratização de tais reuniões. Abril também é o mês de entrada de Horácio de Carvalho no Luz e Amor¹⁹⁵. O criador do Grêmio Philomático e professor da Escola Rodrigues, entretanto, já possuía experiência em outras estruturas religiosas do bairro. Segundo Paulo Vitor Braga, responsável pelo setor de pesquisas históricas do Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos (Museu de Bangu), Horácio foi vice-presidente da irmandade de São Sebastião e Santa Cecília e depois “virou espírita”.¹⁹⁶

Esta informação é fundamental para pensarmos a ampliação das redes de solidariedades formadas pelos operários espíritas no bairro. Isso porque na relação de Altamiro e Horácio com

¹⁹³ Ata da 9ª reunião da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 22 de setembro de 1918.

¹⁹⁴ Um pouco da História do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. Acesso em 23/8/2022: <https://www.gpela.org.br/historia-do-gremio-de-propaganda-espirita-luz-e-amor/>

¹⁹⁵ Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1922).

¹⁹⁶ Paulo Vitor Braga é autor do Livro “Fazenda Bangu: a joia do sertão carioca”, publicado pelo Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos (Museu de Bangu).

os membros do grêmio espírita existe um compartilhamento de interesses importante. O primeiro deles, já mencionado, diz respeito ao capital social de Altamiro de Oliveira, como farmacêutico da CPIB. A proposta desta intelectualidade banguense do Grêmio Philomático, acaba se tornando uma espécie de elo de socialização com trabalhadores do Luz e Amor, instituição composta em por um grupo de operários (pelo menos por parte da sua diretoria) que veem na cultura letrada uma forma desenvolvimento intelectual e espiritual. Assim sendo, a ideia de expansão do letramento a população pobre de forma gratuita se constitui uma segunda aglutinação de interesses entre os criadores da casa de cultura local e os associados do GPELA.

Nesses termos, foi possível perceber que os membros do grêmio espírita, ao mesmo tempo, compartilhavam interesses derivados das experiências em comum de classe, como no caso dos outros trabalhadores presentes nas associações carnavalescas, mas também compartilhavam interesses de valor normativo com outros grupos da sociedade banguense. Ou seja, a questão do letramento e alfabetização é vista por ambos como preceito moral a ser aplicado na sua experiência cotidiana. Podemos entender como exemplo desta simbiose, a entrada de Altamiro e Horácio na organização em 1912 e 1918, respectivamente. Além destas questões, um outro fato chama a atenção: o fortalecimento, antes com Altamiro, e agora com Horácio, de uma nova rede sociabilidade com mais um indivíduo ligado aos órgãos diretores da companhia têxtil.

Outro episódio demonstrativo da maior capilaridade dos kardecistas em Bangu é a tentativa de construção da sede para a instituição. Claudio Batalha trata a conquista da sede como momento de elevação máxima do prestígio de tais associações durante a Primeira República¹⁹⁷. A carta de Dária Solano indica que os primeiros anos da organização do Grêmio foram de sucesso no auxílio aos necessitados. A sede seria, nesse sentido, uma consequência deste processo:

“Não havendo mais possibilidade de realizar as tarefas do movimento que surgia em sua residência Francisco Solano e seu amigo Maia Braga recorreram à direção da fábrica Bangu para arrendarem o terreno da Silva Cardoso, 673 – onde até hoje funciona o GPELA”¹⁹⁸.

Nas páginas de *O Reformador* fica evidente a preocupação em apresentar a estrutura física da associação e os seus protagonistas:

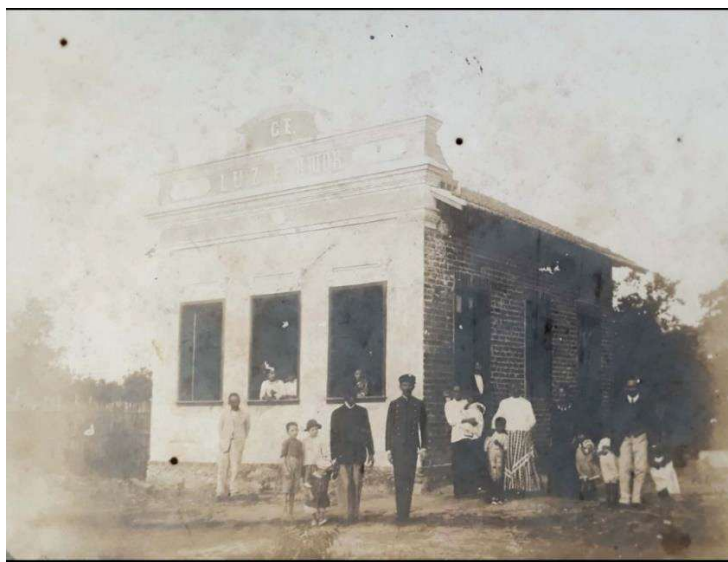
¹⁹⁷ BATALHA, Claudio. “A geografia associativa: Associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República”. AZEVEDO, Elciene et. al. *Trabalhadores na cidade: Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 262.

¹⁹⁸ Traços biográficos de Francisco Solano de Araújo. Arquivo pessoal de Paulo Goulart. Página 3.

“Simples e tocante foi a solenidade que realizou, no domingo 5 deste mês o Grêmio Espírita Luz e Amor com sede em Bangu, inaugurando seu edifício próprio, construído, com mil dificuldades, a expensas de poucos mas abnegados confrades, operários do grande estabelecimento industrial do lugar (...) o singelo edifício compõe-se de sala para sessões de estudo, que são públicas, e dois compartimentos que sevem um de biblioteca e o outro de farmácia, na qual dois médiuns receitistas atendem e distribuem medicamentos a quantos lhe batem a porta, solicitando seu auxílio”¹⁹⁹.

A sede do grêmio, conforme a descrição, aparenta estar fisicamente preparada para fazer o que os espíritas viam ser a sua missão, através da caridade, com o auxílio aos necessitados. Os arquivos de Paulo Goulart apresentam duas fotos da sede do Luz e Amor. A primeira, ainda em construção, e a segundo, já com a estrutura física externa finalizada. A imagem inicial apresenta a residência que sedia o centro com os mesmos tijolos britânicos que sustentam a igreja católica do bairro, que ergueram a fábrica e a casa dos trabalhadores têxteis. É razoável percebermos, a partir disto, a existência, no mínimo, de uma negociação entre o operariado espírita e a companhia pelo direito de ter a sua sede. Nesse contexto de negociação é provável que o capital social²⁰⁰ de Altamiro de Oliveira, ex-farmacêutico da CPIB, responsável pela farmácia do bairro e, naquele momento, membro do Luz e Amor, tenha contribuído para o sucesso na empreitada.

Figura 9: Sede do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor em construção.



Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Goulart.

¹⁹⁹ “Associações”. O Reformador. 1º de fevereiro de 1913. Arquivo digital da Federação Espírita Brasileira: Acesso em 23/11/2022.

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revreform&Pesq=Bangu&pagfis=5998>

²⁰⁰ BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) Escritos de Educação, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pp.73-75.

Figura 10: Sede do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. Aproximadamente em 1913.



Fonte: Arquivo pessoal de Paulo Goulart.

A descrição feita por Dária Solano, sobre o momento em que os operários espíritas buscam a direção da Companhia, acabou tratando o processo de construção da sede como algo quase natural e sem tensões. Na carta, os fundadores do Luz e Amor simplesmente “recorreram à direção da fábrica Bangu para arrendarem o terreno da Silva Cardoso, n.º 673, onde até hoje funciona o GPELA”. O documento dá a impressão de que, ao solicitarem o arrendamento do terreno, tudo foi prontamente aceito.

Porém, a edição de O Reformador de 16 de julho de 1924, ao falar evolução do kardecismo em Bangu, faz uma retrospectiva reveladora das nuances nas relações entre os operários espíritas e os diretores da fábrica Bangu, recheada de questões não mencionados no relato de dona Dária. As tentativas de Francisco Maia Braga, presidente da organização, exemplificam isto:

“(…) dado os progressos logo realizou, houve a necessidade arranjar-lhe casa mais apropriada, entendendo-se o seu presidente, com o diretor da fábrica ali existente, o qual muito surpreso ficou com o pedido, não acreditando que alguém pudesse interessar-se por semelhante *obra do mal*, por semelhantes *coisas do satanás* (...) como que, porém, receioso do que de ruim lhe viesse a fazer as maleficias formas invisíveis, mandou que o postulante se entendesse com o gerente Villas Boas, que lhe cedeu um lote de terreno. Ali se edificou a sede do centro (...)”²⁰¹.

²⁰¹ "O espiritismo pelo mundo". O Reformador. 16 de julho de 1924. Arquivo digital da Federação Espírita Brasileira. Acesso em 23/11/2022.

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revreform&Pesq=Bangu&pagfis=11084>

O trecho acima lança luz sobre a permanência de uma mentalidade social carregada de preconceito sobre o espiritismo por parte do presidente do estabelecimento. Ao mesmo tempo, ele não nega a criação da sede, apenas deixa a responsabilidade nas mãos do gerente Villas Boas, que atendeu positivamente o pedido do Presidente Maia Braga.

Essa postura pode representar uma mudança de panorama em relação aos Kardecistas em Bangu. É razoável afirmar que os membros do Grêmio ao longo do tempo, com as suas ações baseadas nos costumes adquiridos (religiosos) e as redes de solidariedades construídas com setores variados nos primeiros anos do século XX, conseguiram criar uma espécie de confiabilidade mínima entre os membros da organização e patronato local. Culminando assim, em uma diminuição das tensões existentes no bairro, vistas anteriormente.

Em 1918, o mundo foi abalado pela epidemia de gripe espanhola. A “peste” é entendida por Kardec como um “flagelo destruidor”. Este, independe da vontade humana, mas pode ser intensificado por ela. Verificaremos agora como os membros do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor deram sentido aos postulados kardecistas durante a epidemia, verificando também os impactos de suas ações para a classe trabalhadora banguense.

3. A atuação do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor durante a epidemia de gripe espanhola.

O ano de 1918 não foi apenas o ano das últimas batalhas da Grande Guerra. A partir de setembro o mundo também começou a sofrer com os efeitos da epidemia de influenza. As primeiras notícias da doença vieram da Espanha através dos meios de comunicação, e por isso, a doença ficou tradicionalmente conhecida como “espanhola”²⁰². Independentemente de sua origem nacional, de difícil assertividade, fato é que não tardou muito para que a gripe chegasse ao Brasil.

A imprensa da capital federal rapidamente procurou apresentar as suas impressões sobre o ocorrido. Leandro Clímaco, ao trabalhar com a construção da imprensa suburbana durante a Primeira República, traz uma justificativa para essa postura. Segundo ele, isso ocorre porque, desde o início dos anos de 1910, com as sucessivas crises de carestia, os meios de comunicação cariocas viram a possibilidade de se consolidarem como “divulgadores” dos interesses populares.²⁰³

Tal processo, todavia, não aconteceu deslocado dos conflitos e tensões sociais daquela conjuntura. Leandro afirma, ainda, que os jornais cariocas atuaram como canal de comunicação e “arena de conflitos” entre os indivíduos das diferentes classes sociais²⁰⁴. Ao olharmos para a documentação da imprensa, tentaremos observar, muito além do corpo textual das reportagens, mas também os interesses destes indivíduos, as formas em que eles fazem o uso da imprensa para a inserção no debate público no contexto epidêmico e as suas articulações tanto na capital, quanto nos subúrbios.

A expansão da linha férrea em direção às áreas mais afastadas da região central começa ainda no final do século XIX. Como consequência disso, começou-se a chamar esse conjunto de regiões com diferentes características, de subúrbios. Seja o chamado “Subúrbio da central”, onde se localizam bairros como Bonsucesso e Ramos, como os “subúrbios da Leopoldina”, onde se caracterizam os bairros circunvizinhos da Baía de Guanabara, passando também pelos

²⁰² SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloísa. A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p.14.

²⁰³ MENDONÇA, Leandro Clímaco. O jornalismo como missão: Imprensa e militância nos subúrbios cariocas (1900-1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. 2017. p.141.

²⁰⁴ Idem.

bairros do Meier, engenho de dentro, Madureira, Sapopemba (atual Deodoro) e chegando até Santa Cruz.²⁰⁵

Entre estes bairros, localizado dentro da freguesia de Campo Grande, está Bangu. Região que, assim como as outras regiões suburbanas, insere em um modelo de imprensa que apresentou uma potência intelectual de uma elite letrada dos subúrbios frente aos periódicos do Centro da Cidade, a busca pelos “melhoramentos suburbanos” e a expansão de direitos para a classe trabalhadora.²⁰⁶

Exemplo disso é o *Bangu-Jornal*, periódico criado por Augusto Rangel, Luiz Nogueira Barbosa e Antônio F. da Silva em julho de 1918. Em seu exemplar inaugural o Jornal apresentou algumas das suas bases editoriais:

“Qual a pretensão do Bangu-Jornal? - Homenagear a ideia! [...] Eis, em síntese, a delicada missão d’este “pigmeu” que ora ousa vir à luz! Verdadeiro centro de atividade, pois conta com indústrias próprias, um comércio em franca prosperidade, Bangu que, com justiça e sem favor, pode ser qualificado: uma cidade Operaria – possuem elementos ótimos e capazes de, impondo seu valor real, assegurar para sempre uma bela harmonia do seu conjunto. Era, pois o tempo de surgir em seu seio um órgão de imprensa própria, que, fazendo refletir com imparcialidade, todas as manifestações do sentir do seu grande público, fosse o seu legítimo representante ante as administrações públicas, pois, dada a grande importância de sua população, sempre em crescente progresso, é fato que as necessidades são inúmeras, como inúmeros são os problemas que se farão dignos da atenção dos nossos governantes”²⁰⁷.

O trecho apresentou a carta de intenções da liderança editorial do periódico. Seguindo uma das tendências do periodismo suburbano, ainda antes da epidemia, o jornal procurou se colocar “em nome dos interesses locais” com o editorial “As nossas necessidades”. Nele, em várias edições estavam expressos os “desejos da localidade” como água, caixa econômica e mercado com gênero em precisos acessíveis a população local.²⁰⁸

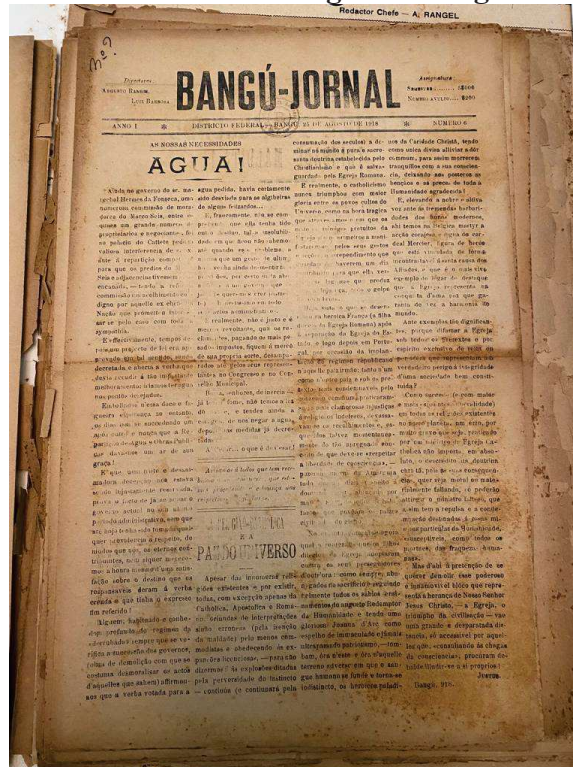
²⁰⁵ MENDONÇA, Leandro Climaco. Nas Margens: experiências de suburbanos com o periodismo no Rio de Janeiro, 1880 – 1920. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. 2011. p.32.

²⁰⁶ Idem. p.35.

²⁰⁷ “Qual a pretensão do Bangu-Jornal?”. Augusto Rangel. *Bangu-Jornal*, 14 de julho de 1918. p.1. Hemeroteca Digital.

²⁰⁸ “As nossas necessidades: Caixa econômica”. Augusto Rangel. *Bangu-Jornal*, 18 de agosto de 1918. p.1; “As nossas necessidades: Água!”. Augusto Rangel. *Bangu-Jornal*, 25 de agosto de 1918. p.1; “As nossas necessidades: Mercado”. Augusto Rangel. *Bangu-Jornal*, 22 de setembro de 1918. p.1. Seção Obras Raras, Biblioteca Nacional (BN)

Figura 11: “As nossas necessidades: Água!”. Bangu-Jornal. 25 de agosto de 1918.



Fonte: Seção Obras Raras. Biblioteca Nacional.

Além dessa ação “em nome do bairro”, a imprensa banguense, assim como seus pares suburbanos, possuía outra característica apontada por Leandro Clímaco: a presença de “[...] jovens acadêmicos da faculdade de direito [...] e fundadores de Grêmios Literários constituíram uma fração dos habitantes dos subúrbios envolvidos na produção desses títulos”²⁰⁹. Ao olharmos as páginas do *Bangu-jornal*, no espaço destinado a apresentação de seus colaboradores, visualizamos a presença de três membros do Luz e Amor, citados no capítulo anterior. Dois deles se encaixam no perfil citado acima: o escriturário Guilherme Pastor, que posteriormente se torna advogado e Horácio de Carvalho, criador do Grêmio Philomático em 1907²¹⁰. A partir disso, é razoável inferir, que os membros do Grêmio Espírita, ao figurarem entre os financiadores do jornal, compartilham em certa medida com a postura tomada pelos redatores em busca dos melhoramentos locais.

Essa informação, se comparada com outras páginas do mesmo jornal, pode sinalizar que, no momento de sua criação, os membros dos exemplares mais conhecidos da capital, tentaram ter o jornal de Bangu como um “aliado”. Na edição do jornal do dia 21 de julho, os

²⁰⁹ MENDONÇA, Leandro Clímaco. A. *Op. cit.* p.34.

²¹⁰ “Colaboradores do Bangu-Jornal”. *Bangu-Jornal*, 14 de julho de 1918. p.2. Seção Obras Raras, Biblioteca Nacional (BN).

diretores apresentam aos leitores a recepção da folha entre os outros jornais da cidade. Um dos jornais que “desejou vida longa ao colega” foi o Jornal *O Paiz*, periódico que tinha a alcunha de ser “visceralmente governista”.²¹¹

Diante deste cenário jornalístico do Distrito Federal, observamos periódicos da grande imprensa que tinham uma postura crítica ao governo, como *Correio da Manhã*, *A Época* e *A Noite*, e outros de postura mais “situacionista”, tendo como exemplo de *O Paiz*. Este último, assim como outros jornais de postura governista, em contextos de dramaticidade nacional, também adotaram uma postura de cobrança ao Estado, mesmo que de forma moderada²¹². Verificamos também a atuação de Augusto Rangel, redator chefe do *Bangu-jornal*, durante a epidemia. Tudo isso, com o intuito de perceber a intencionalidade destes sujeitos, a forma que eles se utilizam da imprensa no debate público e, no caso do periodista banguense, às conexões estabelecidas entre os membros dos periódicos de grande circulação e do Jornal banguense naquele período.

No que tange ao Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor, procuramos estabelecer dois tipos de diálogos: o primeiro deles apareceu durante a observação da ação dos membros da organização durante a crise sanitária de 1918. Sobre isso, observamos a noção de caridade kardecista por meio do conceito de experiência formulado por Thompson. Segundo ele, pressupostos morais da religião e as escolhas feitas pelos indivíduos a partir de suas formulações metafísicas, não estão descolados das relações materiais existentes em uma determinada sociedade. Partindo desta concepção, ainda segundo o historiador inglês, estamos seguindo a chamada tradição marxista, não no sentido de um arcabouço conceitual finito, fechado, mas sim pela mobilização do materialismo histórico associado a uma prática empírica de investigação histórica²¹³.

O segundo diálogo deriva da questão apresentada no parágrafo anterior. Isso porque ele é estabelecido com o único trabalho que procura falar sobre a inserção do kardecismo nos meios operários de Bangu, produzido pelo Historiador Antônio de Pádua Borges²¹⁴. O autor apresenta como novidade em seu trabalho o fato dos operários se organizarem religiosamente, concluindo em seguida, que a máxima estabelecida, segundo ele, por Marx, de que a “religião é o ópio do povo” seria inconsistente²¹⁵. No decorrer do capítulo, demonstramos, através da questão teórica

²¹¹ MENDONÇA, Leandro Climaco. B. **Op.cit.** p.59.

²¹² Idem. p.140.

²¹³ THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981. p. 182.

²¹⁴ BORGES, Antônio de Pádua de A. *O espiritismo em Bangu – RJ, no século XX: Desenvolvimento e fê num bairro Operário*. Monografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro. 2010.

²¹⁵ BORGES, Antônio de Pádua de A. **Op. cit.** p.41.

de Thompson, que o espiritismo kardecista não se dá “*até mesmo nos meios operários*”. Ele ganha impulso, justamente, *devido ao seu contexto operário*. Antes disso, falamos de como os impactos da epidemia foram tratados nas penas da imprensa do Distrito Federal.

3.1. O flagelo nacional: a gripe espanhola nas penas da imprensa da Capital Federal.

Ainda em setembro, mês que começou a se noticiar os casos de gripe entre os soldados da Primeira Guerra, e na Europa em geral, se inicia também a chegada do vírus em território brasileiro. Recife, capital pernambucana, foi o primeiro local que se detectou a espanhola no Brasil. Os contaminados pertenciam a navios de guerra e, supostamente, foram infectados no porto de Dakar. Com igual velocidade os hospitais de Salvador também começam a ser comprimidos com a grande presença de pessoas acometidas pela “dançarina”, mesmo que os médicos da região, procurassem descartar a possibilidade de que o alto número de doentes fosse fruto da “espanhola”²¹⁶.

Muito dessa postura dos órgãos de saúde governamentais e de setores da imprensa, de negligência com a potencialidade da doença, acabou gerando impactos que vão muito além dos aspectos biológicos. As cidades afetadas, inicialmente, são litorâneas. Fazendo assim com que, pelo menos em teoria, as autoridades de saúde estivessem vigilantes com a mais importante das cidades litorâneas do país naquele momento: a capital federal.

Quando os primeiros casos de gripe espanhola começaram a ser noticiados no Rio de Janeiro, na primeira semana de outubro, a tentativa de diminuir o potencial destrutivo da doença permaneceu. Além disso, outras preocupações circundavam o Distrito Federal. Uma delas era a indecisão deliberativa sobre as medidas de contenção da doença. Não era raro a associação, por parte da população, entre as medidas de controle da epidemia e o reavivamento de medidas consideradas autoritárias²¹⁷. Embora algumas das preocupações tivessem base na realidade concreta, fato é que a expansão da epidemia, sobretudo em locais de grandes concentrações como quarteis, escolas e fábricas já era uma constante.

Segundo O Jornal *Correio da Manhã* de 15 de outubro, a espanhola já estava em todos os cantos da cidade, ceifando vidas e prejudicando as atividades econômicas, e uma forma de tentar diminuir o número de doentes, foi a suspensão das atividades na cidade durante três dias²¹⁸. Nesse estágio de calamidade, o centro do Rio marcado pela sua agitação, seja pelos

²¹⁶ BRITO, Nara. A. de: 'La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro'. História, Ciências, Saúde— Manguinhos, IV (1):11-30 mar.-jun. 1997. p. 17.

²¹⁷ GOULART, Adriana. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005. p.104-106

²¹⁸ TEIXEIRA, Luiz Antônio. Medo e morte: sobre a epidemia de gripe espanhola de 1918/ (Série estudos de saúde coletiva, n° 59). Rio de Janeiro: UERJ/ IMS. 1993. p.13

negócios ou pela boêmia, estava tomado pelo silêncio em suas ruas. Mostrando assim, que a negligência custou caro e a situação na cidade já era caótica.

Outro aspecto marcante saltou aos olhos durante a epidemia de 1918: a incipiência do debate médico no que diz respeito a gripe. Em vários momentos a opinião médica encampava a tese de que a doença se transmudara no Brasil sob a influência do clima tropical, o que traria como consequência a diminuição da virulência da gripe. O chefe da Diretoria Geral de Saúde Pública, Carlos Seidl, procurou menosprezar a doença adicionando o argumento de que "trata-se com efeito da influenza e não da influenza espanhola, porque ela não tem pátria, influenza pura e simples". Segundo o comandante da saúde, ainda "a ciência não poderia oferecer quaisquer indicações profiláticas e terapêuticas por não estar ela "perfeitamente caracterizada". Tal postura, entendida como omissa, culminou com a sua demissão no dia 17 de outubro²¹⁹, em meio à expansão do número de casos.

Além disso, ficou exposto como setores da classe trabalhadora percebiam as instituições públicas. Não era raro que elas fossem entendidas como um meio de barganhas políticas, o que inviabilizava a prática científica. Um ponto que "reforçava" este argumento era a ação da Diretoria Geral de Saúde Pública, que subordinada ao ministério das Justiça e Negócios Interiores, diminuía a autonomia do chefe da saúde nacional em um contexto extraordinário e negligenciava as questões relacionadas à saúde.²²⁰

Soma-se a essa questão, o fato de a medicina brasileira estar associada a uma tradição de ciência "pura" que "instituída nos laboratórios, ainda deles não saiu para exercer, por assim dizer, ação fermentativa sobre a sociedade; ainda não conseguiu emocionar as massas pela aplicação do material"²²¹. Esse diagnóstico aponta para o pouco contato com a população no que se refere a prática médica. Um efeito imediato disso, é a sensação de insegurança generalizada, seja por meio da falta de consenso no que se refere aos tratamentos contra a gripe ou pelo sentimento de que a medicina refletia outras estruturas sociais da época, permeadas pela exclusão.

Se não bastassem os problemas epidemiológicos, a influenza catalisou a elevação do custo de vida. Alimentos básicos como ovos, frango e carne, cereais, pão e, sobretudo, limão foram bruscamente valorizados, além dos produtos essenciais daquela conjuntura, como os farmacêuticos²²². Apesar de várias capitais brasileiras, inclusive o Rio de Janeiro, já estarem

²¹⁹ BRITO, N. A. de. **Op cit.** p. 21.

²²⁰ GOULART, Adriana. **Op. cit.** p. 107-108.

²²¹ Idem. p.106.

²²² BRITO, N. A. de. **Op cit.** p.22

sofrendo desde o início da Primeira Guerra²²³ com a carestia, o contexto de crise sanitária e o fechamento de várias atividades vêm dramatizar ainda mais a situação, dando ao contexto epidemiológico, contornos de caos social.

3.2 A epidemia nos subúrbios e nos meios operários

A situação de crise, já conhecida nas áreas centrais da cidade, ganha uma dimensão ainda mais dramática nas regiões suburbanas. Segundo Antônio José Marques, que analisou os impactos da doença entre os trabalhadores na capital, foi apenas quando a gripe chegou nessa região, que o Estado aparentou agir, criando a Comissão de Socorros Públicos Domiciliares²²⁴. O jornal *Gazeta de Notícias* destacou a faceta duplamente cruel da epidemia na periferia do Distrito Federal:

“As zonas onde têm acontecido o maior número de falecimentos são compreendidas entre Engenho de Dentro e Realengo, justamente aquelas que estão desprovidas de recursos médicos, farmacêuticos e alimentares. Nessas localidades reside a maioria da nossa população proletária. Nos tempos normais, as populações nesses subúrbios sofrem várias privações com o encarecimento da vida, avalia-se agora o que de doloroso não se passa naqueles modestos lares. A epidemia, a fome, e a falta de recursos médicos invadiram as habitações de tal modo que só quem de perto observa esse obstáculo doloroso pode ter a impressão real da calamidade que vai pelos subúrbios dessa capital.”²²⁵

O Estado tomou algumas posturas, tendo pouca efetividade, como a distribuição de pão e caldo. Em determinados momentos, foram realizados saques em armazéns de vários pontos²²⁶. A experiência suburbana mostra que além da gripe, a fome e precariedade dos serviços médicos e farmacêuticos diminuíram as possibilidades de um enfrentamento da crise sanitária por parte da classe trabalhadora, fazendo com que “a persistência do longo abandono, a ineficiência de socorros tardios agravassem a situação”.²²⁷

As fábricas de tecido da capital federal também foram afetadas com a intensidade da gripe. Marques afirma que nas regiões de Deodoro, Gávea e Jardim Botânico, as receitas médicas eram “aviadas nas farmácias mais próximas correndo as despesas por conta do governo municipal”²²⁸. Aparentemente, existia uma atuação da governança da cidade no sentido de dar amparo a população das regiões fabris. Isso foi reforçado pela ação em conjunto com o patronato fabril, de construção de Postos de Socorro nas fábricas Cruzeiro, Carioca, Corcovado,

²²³ BATALHA, Claudio. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2000. p.49.

²²⁴ MARQUES, Antônio José. “Trabalho e trabalhadores no Brasil durante a gripe espanhola de 1918”. **Pol. Hist. Soc.** Vitória da Conquista, v. 19, n. 2, p. 241-262, jul.-dez.2020. p.248.

²²⁵ “A gripe nos subúrbios”. *Gazeta de Notícias*. 25 de novembro de 1918. Hemeroteca Digital.

²²⁶ TEIXEIRA, Luiz Antônio. **Op.cit.** p.14

²²⁷ BRITO, N. A. de. **Op cit.** p. 27.

²²⁸ MARQUES, Antônio José. **Op.cit.** p. 251.

Aliança²²⁹ e Deodoro²³⁰. Esta ação do novo diretor do Serviço de Saúde Pública, Theophilo Torres, fazia parte do seu “plano de ataque” contra a doença.

Quatro dias depois da notícia de construção dos Postos de Socorro, os industriais do Jardim Botânico procuraram demonstrar que em seus estabelecimentos o combate a doença estava sendo feito de forma eficiente. Divulgaram no jornal *Correio da Manhã* um comunicado solicitando à superintendência de combate à epidemia a retirada das instalações médicas colocadas nas dependências das respectivas fábricas. O motivo: “os respectivos operários já se acharem completamente restabelecidos”²³¹.

Em poucos dias, a situação do operariado das fábricas Carioca e Corcovado seria exposta, no jornal *A Época*, em tom denunciante. Segundo o periódico: “Os operários dessas duas fábricas de tecidos instaladas no Jardim Botânico mostram-se descontentes com as diretorias desses estabelecimentos pelo fato de não terem lhes prestado o menor auxílio.”²³²

Situação semelhante foi exemplificada na região na fábrica Aliança. No caso desta empresa, o que chamou a atenção foram os números dos supostos atendimentos médicos prestados. O editorial do *Correio da Manhã* destacou a atuação do médico Amadeu Leopardo e o estudante de medicina Edmundo Rocha, que fizeram, segundo o jornal, em um único dia 726 consultas e fez 153 visitas domiciliares. Tal dado foi analisado por Antônio Marques: “considerando apenas as consultas, e se Amadeu Leopardo trabalhou entre dez e doze horas no dia, cada consulta durou, em média, cerca de um minuto.”²³³

A observação dos jornais deixou evidente alguns aspectos que se configuraram como a tônica do contexto epidêmico nos meios suburbanos e operários. O primeiro ponto diz respeito as disputas, já mencionadas no início do capítulo, entre os diversos segmentos sociais através da imprensa. Tal contenda, que se configura, no mínimo, desde a primeira grande crise de carestia, ainda em 1913²³⁴, e se intensificou nos anos seguintes.

Foi nesse cenário, ao mesmo tempo, que a classe trabalhadora mostrou um segundo ponto interessante: a utilização destas disputas nos jornais como forma de denunciar a classe

²²⁹ “Os serviços de extinção da epidemia”. *Gazeta de Notícias*, 18 de outubro de 1918. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

²³⁰ EL-DINE, Lorena Ribeiro; MELLO, Vanessa Pereira da Silva. “Fio Cruz em dois tempos: as epidemias de gripe espanhola e da Covid-19”. *Especial Covid-19*. Casa de Oswaldo Cruz. 2020. Acesso em 09/06/2023: <https://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1813-a-fiocruz-em-dois-tempos-nas-pandemias-da-gripe-espanhola-e-da-covid-19.html>

²³¹ MARQUES, Antônio José. *Op.cit.* p. 252.

²³² “Queixam-se os operários das Fábrica Corcovado e Carioca”. *A Época*, 26 de outubro de 1918. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

²³³ MARQUES, Antônio José. *Op. cit.* p. 253.

²³⁴ ALVES, Kaio César Goulart. *Em Busca das formas de Consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro. (1912-1918)*. Dissertação de Mestrado, UFOP. 2014. p.76.

dominante fabril durante o crescimento da epidemia, questionando a sua benevolência. A epidemia de 1918, de acordo com os suburbanos e operários, agravou a situação já existente de pauperização das condições de vida dos trabalhadores. Diante do panorama feito de outras fábricas do Distrito Federal, tratamos de observar os desdobramentos da influenza entre os trabalhadores banguenses, observando as suas aproximações e afastamentos com o contexto mais amplo da cidade.

3.3 A epidemia e o proletariado banguense.

Bangu obteve destaque no editorial de A Época, que destinou parte de suas páginas para expor a situação da fábrica de tecidos da localidade. A conjuntura calamitosa teve como desdobramento a paralização dos trabalhos no dia 16 de outubro, “devido ao adoecimento de quase todo o pessoal”²³⁵.

Uma das marcas da epidemia no bairro foi o impacto em seu forte e animado associativismo, citado nos tópicos anteriores, com a paralização das atividades em algumas agremiações. No Bangu Atlético Clube:

“Ficou ainda resolvido, que, em vista da epidemia que atualmente reina, de um modo assustador, impedindo que haja regularidade nos serviços mais simples, sejam suspensos todos os divertimentos deste Club, bem como o expediente, até quando as circunstâncias tornem necessárias essa providência.”²³⁶

As atividades no clube voltaram no dia 13 de novembro com uma sessão extraordinária. Entre o dia do encerramento das atividades até a diminuição da doença o clube perdeu 8 associados²³⁷.

A direção da fábrica procurou, à sua maneira, tomar medidas de combate à doença na localidade. Em teoria, a estrutura de auxílios médicos aos operários em Bangu acontece desde o momento de criação da companhia. O relatório de assistência pública e privada do Rio de Janeiro apresenta a estrutura médica da caixa beneficente organizada pelo patronato da fábrica e os seus serviços prestados:

“[...] Dispondo a fábrica de uma boa sala de operações, convenientemente aparelhada, é ali a prática das intervenções cirúrgicas, especialmente as exigidas por acidentes de trabalho, vindo a propósito pôr em destaque que todo operário que, em serviço do estabelecimento, sofre qual quer acidente, é tratado por conta da Companhia, recebendo o seu ordenado integral até que o seu estado de saúde lhe permita voltar a atividade [...] nos ocupamos dos auxílios de farmácia. O serviço médico fazia- se do

²³⁵ “Na Fábrica Bangu”. A Época, 17 de outubro de 1918. p.1. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

²³⁶ Livro 5 – Atas de reunião do Bangu Atlético Clube. Ata da 22º sessão ordinária, realizada em 16 de outubro de 1918.

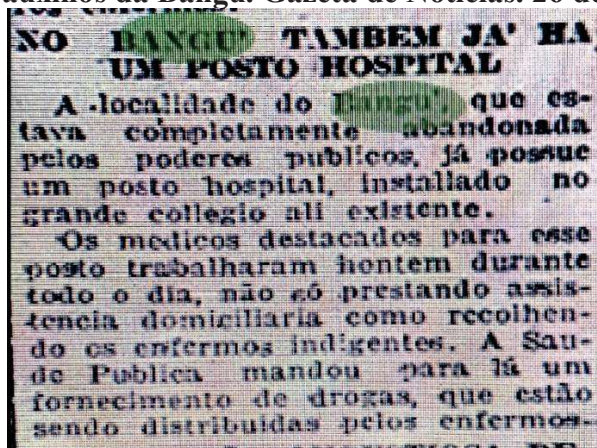
²³⁷ Livro 5 – Atas de reunião do Bangu Atlético Clube. Ata da 24º sessão ordinária, realizada em 27 de novembro de 1918; Ata da 25º sessão ordinária, realizada em 4 de dezembro de 1918.

seguinte modo: das 7 às 10 horas, atendia o facultativo aos consultantes da fábrica; das 10 às 13, aos da farmácia; finalmente, após curto repouso, passava a satisfazer aos chamados em domicílio.”²³⁸

A partir da descrição pode-se observar a preocupação da companhia em mostrar uma situação de acolhimento ao seu trabalhador em caso de enfermidades. Durante a epidemia, a postura CPIB movimentou não apenas o bairro, mas também parte da imprensa carioca. O periódico *A noite*, apesar de seguir uma linha semelhante aos periódicos críticos na denúncia dos descasos na epidemia, tratou a situação em Bangu de forma otimista. Sua preocupação foi mostrar que “em Bangu se regularizou o serviço de assistência, havendo ali um hospital, onde se encontram 200 doentes e devendo ainda hoje ser instalado um posto”²³⁹.

A *Gazeta de Notícias* também se mostrou atenta na cobertura da epidemia nos subúrbios. E foi justamente este o jornal escolhido pelo redator chefe do *Bangu-Jornal*, Augusto Rangel, para a publicação de uma carta com a finalidade de apresentar aos leitores da cidade a situação do bairro durante a epidemia. A carta possui duras críticas à Carlos Seidl, apesar de citar a criação do posto médico feito dentro das instalações da fábrica²⁴⁰. Ou seja, existia por parte de Rangel uma crítica ao poder público e elogios à direção fabril. No dia 26 do mesmo mês, o jornal destacou o atendimento em domicílio dos médicos e o recolhimento dos indigentes doentes²⁴¹.

Figura 12: Os auxílios da Bangu. *Gazeta de Notícias*. 26 de outubro de 1918.



Fonte: Hemeroteca Digital.

²³⁸ RIO DE JANEIRO (Distrito Federal). Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística. Rio de Janeiro: Typografia do Anuario do Brasil, 1922, p. 166-167.

²³⁹ “Impressões de hospital”. *A Noite*, 26 de outubro de 1918. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

²⁴⁰ “No Bangu”. Augusto Rangel. *Gazeta de Notícias*, 22 de outubro de 1918. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional (BN).

²⁴¹ “Os auxílios da Bangu”. *Gazeta de Notícias*, 26 de outubro de 1918. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional (BN).

Além da instalação citada, foi montada “unidade de saúde” na Escola Martins Júnior, construída pela fábrica e cedida a municipalidade em 1917. Somou-se a essas ações o trabalho de Ricardo Barreto, médico e primeiro vice-presidente da ordem católica Vicentina no bairro. Sua atuação foi no tratamento dos doentes na escola citada acima e no treinamento de enfermeiros para o cuidado dos doentes²⁴². Essas ações são, supostamente, reconhecidas por um conjunto de operários que foi até a sede do jornal, agradecer aos diretores da companhia pela postura zelosa com seus trabalhadores.

Todavia, da mesma forma que foram expostos os esforços da Companhia em atender os seus operários e os moradores, apareceram também as fragilidades e o alcance de algumas medidas tomadas. A chegada de alimentos recorrentes na dieta dos doentes em quantidades inferiores ao necessário era um exemplo. No posto de Bangu, no auge da epidemia, as reclamações eram de que “chegavam 10 galinhas para o consumo de 252 doentes”²⁴³.

Postura mais incisiva teve uma comissão de operários da CIPB que foi até a sede do jornal e mostra o seu descontentamento com a situação do bairro durante a crise sanitária, sobretudo com a postura dos diretores da fábrica a respeito do assunto:

Esteve ontem nessa redação uma comissão de operários da Companhia Industrial do Bangu, delegada pela maioria de seus colegas, para protestar contra a nota publicada nos jornais da manhã. Da qual se diz terem os mesmos agradecido os socorros prestados pelos seus patrões, durante a epidemia. Essa comissão pede-nos tornar público a completa falta de auxílio aos seus companheiros, vitimados pela gripe, pelos diretores daquela fábrica.²⁴⁴

Já no dia 9 de novembro, foi a vez de Augusto Rangel retornar à redação da Gazeta de Notícias para falar sobre a localidade. Na oportunidade anterior, as críticas foram direcionadas ao poder público e a direção da fábrica de tecidos local foi poupada. Rangel, inclusive, fez elogios à construção das instalações médicas. Dessa vez, o articulista expõe algumas práticas que, aparentemente, estão longe ser específicas do contexto de instabilidade proporcionado pela “espanhola”. Ao descrever “a epidemia no Bangu”, o líder do Bangu-Jornal demonstra a sua indignação:

“(…)até desse terrível quadro de dor que nos feriu profundamente eles tentam tirar proveito, quer seja promovendo a criação de “postos de socorro”, que servissem de isca para as próximas eleições, como ostentando visitas médicas domiciliárias e a distribuição de gêneros e remédios que, “cavados” na saúde pública ou custeados

²⁴² “Um médico caridoso em Bangu”. A Época. 28 de outubro de 1918. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional (BN).

²⁴³ “posto de Bangu”. A Noite, 7 de novembro de 1918. p.4. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional (BN).

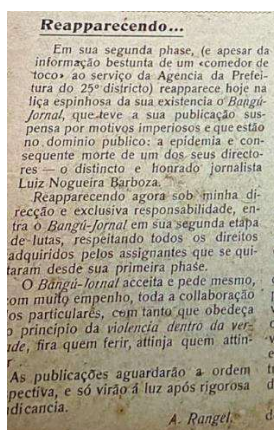
²⁴⁴ “Os auxílios da Bangu”. Gazeta de Notícias, 6 de novembro de 1918. Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional (BN).

pelos cofres da nação, passavam, todavia, como gentilezas de certos figurões aos seus eleitores.”²⁴⁵

A atuação de Augusto Rangel durante a epidemia de gripe espanhola mostrou o posicionamento do autor frente ao contexto que o cercava. Isso porque o periódico local se colocou, desde o seu início, como vimos, de acordo com os interesses de uma elite suburbana semelhante a outras regiões suburbanas. A crise epidêmica, simultaneamente, trouxe a outra faceta do periodismo suburbano mencionada por Clímaco: a defesa do operariado. Ou seja, a crítica direcionada ao corpo diretor da CPIB, o redator se coloca como intérprete, no espaço da imprensa, dos desejos e atitudes dos operários²⁴⁶, que já eram conhecidos, conforme a edição do dia 6 de novembro.

Outro motivo que pode explicar a mudança de postura do articulista, é a morte de Luiz Nogueira Barboza²⁴⁷ um dos fundadores do Jornal, vitimado pela influenza. Além disso, o jornal teve suas atividades paralisadas durante a epidemia, retomando as atividades em abril do ano seguinte. No texto que apresenta o retorno das atividades do periódico, Rangel enfatiza a importância das colaborações para a manutenção do jornal²⁴⁸.

Figura 13: Reaparecendo, Bangu-jornal. 24 de abril de 1919.



Fonte: Seção obras raras. Biblioteca Nacional.

²⁴⁵ “A epidemia no Bangu”. Augusto Rangel. Gazeta de Notícias, 9 de novembro de 1918. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN)

²⁴⁶ MENDONÇA, Leandro Clímaco. A. **Op. cit.** p.114.

²⁴⁷ O nome do jornalista, morto durante a epidemia de gripe espanhola, foi citado em produções historiográficas sobre o associativismo banguense. Nela, o Barboza aparece como um entusiasta dos concursos entre as organizações carnavalescas do bairro. Todavia, no momento em que o periódico local faz isso, em 1920, Barboza já tinha falecido. Ver: SANTOS, Ney Jorge dos. A vida divertida suburbana: Representações, identidades e tensões em um arrabalde chamado Bangu (1895-1929). Tese (Doutorado em Terapia ocupacional). Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Educacional. Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.

²⁴⁸ “Recomeçando”. Augusto Rangel. Bangu-Jornal, 24 de abril de 1919. Seção Obras raras: Biblioteca Nacional (BN).

O contexto epidêmico e a morte de Luiz Nogueira podem ser uma justificativa para a mudança da “linha editorial” de Rangel. Direcionando as críticas ao poder público e à direção da Fábrica de tecidos local, o chefe do Bangu jornal se inseria dentro de um perfil jornalístico que se assemelhava mais aos periódicos que tinham uma postura de questionamento do Governo, como A Época e Correio da Manhã, afastando as suas análises, no contexto da epidemia de gripe, dos jornais que tinham uma postura mais governista.

A carta também apresenta um panorama sobre o desenvolvimento das relações políticas no bairro. O documento denuncia as práticas da fábrica, que de acordo com a fala de Rangel, possuíam tom razoavelmente clientelista. Tal postura ficou latente na seleção dos trabalhadores que recebiam ou não a ajuda médica e farmacêutica. Além disso, a carta de Augusto vai ao encontro do que foi mencionado pela comissão de operários que compareceu a redação do jornal, afirmando a negligência patronal com seus trabalhadores. Isso posto, observamos de que forma o apoio seletivo do patronato aos operários se deu durante a epidemia, com condições diferenciadas para trabalhadores específicos, que se postulassem de acordo com o interesse político das elites patronais.

**Figura 14: A epidemia no Bangu. Gazeta de Notícias.
9 de novembro de 1918.**



Fonte: Hemeroteca Digital.

Três dias depois da carta de Rangel, a Gazeta de Notícias foi à Bangu e fez uma extensa reportagem mostrando o cotidiano dos trabalhadores, para compreender melhor a realidade de seus moradores. Alguns aspectos acabaram chamando a atenção da comitiva do jornal. Um deles foi o temor dos operários em falar com os jornalistas. De acordo com a matéria, os

operários “eram esquivos em dar informações, porque a diretoria da fábrica, quando há aos seus jornais, notícias a desagradá-las, tratava logo de punir aquele que fosse informante”²⁴⁹.

Muito disso, visava diminuir a ação de questionamento da classe trabalhadora de sua exploração e miséria em sentido geral. Todavia, a epidemia de gripe também trouxe preocupações de caráter conjuntural, sobretudo no que diz respeito às ações da companhia durante a epidemia. A fala de uma das operárias entrevistadas, que optou por não se identificar, apresentou mais uma das múltiplas facetas da diretoria durante a crise sanitária, vista também nas fábricas do Jardim Botânico. Segundo a operária:

“(...)a fábrica que anunciou que iria mandar suspender o desconto de medicamentos aos doentes de peste, ordenou que se fizesse o desconto este mês, o que prova que aquele gesto foi apenas uma “isca” dos diretores para impressionar bem a população”²⁵⁰.

Figura 15: A fome nos meios operários.
Gazeta de Notícias. 25 de novembro de 1918.



Fonte: Hemeroteca Digital.

A situação de miséria e exploração era intensificada pelo surto de gripe. Nesse cenário, alguns grupos organizados da classe trabalhadora banguense optaram pela ação direta. Na tarde do dia 18 de novembro, os trabalhadores da Fábrica Bangu, assim como outras fábricas de

²⁴⁹ “A fome nos meios operários”. Gazeta de Notícias, 25 de novembro de 1918. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN)

²⁵⁰ “A fome nos meios operários”. Gazeta de Notícias, 25 de novembro de 1918. Página 2. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN)

tecidos da cidade, paralisaram os serviços, “colocando em prática” o acordo estabelecido com a União dos Operários em Fábricas de Tecido²⁵¹.

No dia seguinte, a imprensa carioca destacava em suas páginas a greve dos operários têxteis. As falas dos operários da CIPB apontam para uma greve de motivações variadas. O que foi entendido como consenso nos depoimentos, era a percepção de que João Ferrer durante a epidemia “não lhes deu nem um pouco de ar enquanto os trabalhadores estiveram *espanholados*”²⁵².

O retorno às atividades começou no dia 26 de novembro, reestabelecendo-se por inteiro no dia 2 do mês seguinte. As deliberações de João Ferrer após a greve enfatizaram as falas dos operários em alguns aspectos importantes, a saber: o cerceamento dos trabalhadores sobre o questionamento da superexploração do trabalho, a situação de miséria da classe trabalhadora local, além das possibilidades e métodos de atuação da companhia durante a crise sanitária. Com o fim da parede, e por causa dela, 50 operários da CIPB foram demitidos²⁵³. Em comparação com outras fábricas de tecidos da cidade, a Bangu ficou atrás apenas da fábrica de tecidos Confiança, em Vila Isabel, que dispensou 52 trabalhadores²⁵⁴.

É razoável percebermos, através deste panorama, que a assistência prestada pelo patronato local durante o surto de gripe não aconteceu na mesma proporção do seu poder e influência no Bairro. Os questionamentos feitos por Augusto Rangel, pelos trabalhadores não organizados e através dos operários que participaram da parede organizada pela União dos Operários em Fábricas de Tecido (UOFT), nesse sentido, estão longe ser uma exceção, que segundo Molinari, seria “compreensível, já que nem todas as famílias ficaram satisfeitas com o tratamento recebido”²⁵⁵.

A ausência de apoio das fábricas, como vimos, foi uma característica do patronato têxtil da cidade. Essa postura se repetiu em Bangu. Isso pode ser visto com a negligência nos cuidados médicos e através dos descumprimentos de suas medidas, como o desconto de medicamentos durante a epidemia, conforme lembrado na fala da operária citada na reportagem da Gazeta de Notícias de 25 de novembro. O que podemos visualizar, através das fontes apresentadas, é a

²⁵¹ SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. *Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920)*. 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2015. p.198

²⁵² “A fome nos meios operários: Bangu e a profunda miséria de seus moradores”. *Gazeta de notícias*, 19 de novembro de 1918. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

²⁵³ A documentação da empresa apresenta um total de 2.733 funcionários no ano de 1918. Ver: FARIA, Fernando Antônio. *Os três apitos: estudo sobre a gênese e a expansão da Companhia Industrial Progresso do Brasil*. Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1985. p.110.

²⁵⁴ SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. **Op. cit.** p. 202.

²⁵⁵ Idem. p.197.

colaboração da burguesia industrial da cidade para a precarização das condições de vida dos trabalhadores naquele contexto, tanto em Bangu, como em outras regiões industriais do Distrito Federal.

Soma-se a isso, outro ponto importante de ser analisado: a tentativa de estabelecer uma comparação entre as dificuldades de empresários e operários no ano de 1918. Carlos Molinari, nesse sentido, procura fazer uma análise conjuntural, explicando os problemas enfrentados pelos trabalhadores banguenses. Logo em seguida, o autor menciona que “o ano de 1918 foi de crise para ambos os lados. A fábrica amargurava um prejuízo acumulado da empresa de 6.218:135\$610”²⁵⁶.

Ao fazer essa conclusão, em 2015, Molinari se utilizou parcialmente dos trabalhos de Márcio Piñon de Oliveira²⁵⁷, produzido nos anos 90. Cinco anos antes do trabalho de Carlos, Piñon fez uma síntese da “trajetória industrial de Bangu”. Nela, foi possível perceber algumas estratégias da Companhia Industrial Progresso do Brasil e os seus efeitos.

Segundo o autor, o modelo de criação e o projeto de expansão da fábrica Bangu nos ajudam a compreender a dinâmica econômica da companhia nos primeiros nas duas primeiras décadas do século XX. Isso porque no momento de sua construção, a CIPB obteve “um prazo de 30 anos para início de seu funcionamento e tinha direito de contrair empréstimos no Brasil e no exterior, tendo como garantia os ativos e os imóveis da companhia até soma igual ao capital emitido”²⁵⁸.

Piñon afirma ainda que esse modelo possibilitou a direção da fábrica a operacionalizar um amplo processo de modificações estruturais no bairro, com o objetivo de aglutinar a maior quantidade de força de trabalho ao redor da fábrica. É assim que podemos observar a construção do mercado permanente, a ampliação do sistema de transporte, a construção da vila operária e a chegada da luz elétrica. O projeto de urbanização e modernização:

“[...] ampliou a escala de produção da fábrica e a sua capacidade produtiva. Isso permitiu, por um lado, que a fábrica expandisse sua produção, ao longo dessa década e, por outro, a melhoria da qualidade e a diversificação dos tecidos, fazendo com que ela atravessasse as duas crises, de 1913 e 1918, sem maiores problemas”²⁵⁹.

²⁵⁶ Idem. p.198.

²⁵⁷ OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/ PPGG. 1991. p.185.

²⁵⁸ OLIVEIRA, Márcio Piñon de. “A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu”. (In) Oliveira, Márcio Piñon de; Fernandes, Nelson da Nobrega; Almir Chaiban El-Kareh... (Orgs.) **150 anos do subúrbio carioca**. Lamparina: Editora da UFF. Rio de Janeiro. 2010. p.95

²⁵⁹ Idem. p.96.

As conclusões feitas por Piñon a respeito do projeto de expansão da fábrica Bangu nos ajudam a redimensionar comparação feita por Molinari. Tendo em vista que, de acordo com o excerto acima, o projeto de alargamento da fábrica fez com que as duas crises da década de 10 fossem ultrapassadas “sem maiores problemas”, o que podemos perceber durante a epidemia seria, no máximo, uma diminuição do lucro, não uma ausência dele. Nesses termos, não parece razoável a colocação em uma mesma situação de dificuldade, entre um empresariado em situação de lucro, seja ele maior ou menor, com a situação de pauperização da classe trabalhadora banguense enfatizada anteriormente.

Assim sendo, a justificativa para a postura negligente da classe dominante, “quase inevitável diante da força epidemiológica”²⁶⁰, perde substância, expondo os interesses imediatos dos proprietários da CPIB e enfraquecendo a noção de que a epidemia e seus efeitos se espalharam “democraticamente” nos diversos grupos sociais. A falta de auxílio à classe trabalhadora têxtil do Distrito Federal, tanto por parte do Estado, como da classe proprietária, como vimos em diferentes partes da cidade, tornou-se muito mais a regra do que exceção nos meses de outubro e novembro, período de pico da doença na capital. Nos restou observar como se deu a organização dos espíritas nesse contexto, sobretudo com Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor, em Bangu.

3.4. De necessitado para necessitado: a atuação do Grêmio de Propaganda Luz e Amor durante a epidemia de 1918.

Diante do flagelo que assolava a capital federal, a Federação Espírita Brasileira teve uma presença atuante nos tratamentos e acolhimentos mais imediatos. O jornal *A Época* de 17 de outubro de 1918, ao falar “dos efeitos funestos da influenza espanhola”, mostra a aglomeração de pessoas pobres na sede da FEB em busca de remédio no combate à doença. Afirmando ainda “ser de mil e quatrocentos pessoas a média no local, diariamente, em busca de medicamentos”²⁶¹. Tal volume, apresentou-se como reflexo da ausência de um sistema de saúde público e deu uma dimensão do reconhecimento popular para com os espíritas no que tange as atividades de assistência social durante a primeira República. Além disso, o amparo aos despossuídos, naquele contexto, se constituiu como um princípio religioso, o que atenuou as relações de tensão entre os espíritas e o poder público.²⁶²

²⁶⁰ SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. **Op. cit.** p. 197.

²⁶¹ “A influenza e os seus efeitos funestos”. *A Época*, 17 de outubro de 1918. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional (BN).

²⁶² GOMES, Adriana. “A secularização do Brasil na Primeira República e a criminalização do espiritismo”. (In) **Cidadania, movimentos sociais e religião: abordagens contemporâneas**. organização João Marcus Figueiredo Assis, Denise dos Santos Rodrigues. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

Como vimos até aqui, os problemas sanitários afetaram os subúrbios de forma mais intensa do que a parte central da cidade. O auxílio prestado pelos espíritas, então, fez-se necessário de forma mais enfática naquela região. O bairro operário de Bangu, que estava em franco processo de urbanização, passou a maior parte dos dois meses de epidemia em um “silêncio” que remetia aos tempos em que a região era conhecida pelo seu ambiente ruralizado. Os espíritas banguenses, nesse contexto, tiveram atuação semelhante aos seus companheiros do centro da cidade, onde fica a sede da FEB.

As páginas de *O Reformador* destacaram o papel do GPELA durante a epidemia de gripe. Em carta ao jornal, os membros do grêmio espírita banguense salientaram a distribuição de medicamentos, em média, para 800 pessoas por dia²⁶³. Os números apresentados pelos membros do Luz e Amor aparentam ser inflados, assim como de outras instituições que organizavam os atendimentos durante a gripe. A informação dada, caracteriza, aproximadamente, o atendimento de 33 pessoas por hora, 1 por minuto. Tais dados são significativos, mesmo que, ao contrário das instituições citadas anteriormente, a reportagem do jornal espírita não esteja mencionando atendimentos médicos, como as instituições fabris anunciavam, ela destinou-se apenas a falar da entrega de medicamentos. Os atendimentos médicos na sede da instituição e em domicílio não foram contabilizados na reportagem.

A primeira reunião da diretoria do Luz e Amor durante a epidemia de gripe ocorreu no dia de 10 de novembro de 1918. Nela o presidente Francisco Maia Braga faz um panorama sobre a epidemia e mostra como ela é vista a luz da doutrina:

“O irmão presidente dá início aos trabalhos a catástrofe de que foi vítima todos os povos não só desta região como de quase todo o universo, dizendo serem estes acontecimentos indispensáveis ao progresso da humanidade, que são tão comentados e anunciados por notáveis profetas que já deixaram de existir no mundo material. Estes sofrimentos, diz ele, vem marcar uma nova fase para a humanidade fazendo-a acordar do seu sono letárgico. Só pelo meio *do dar* poderão corrigirem-se de suas faltas e erros; diz ainda que nós espíritas já esperamos essa fase de transformação universal, porque assim o espiritismo nos vem ensinando a tantos anos. vários tem sido os mensageiros que, vendo grande parte da humanidade falir, baixam dos céus a fim de animarem, encorajarem para a luta que ia se desenrolar”²⁶⁴.

A observação feita pelo presidente do Luz e Amor deixou visíveis alguns aspectos da sua experiência individual, mas também o que se esperava do conjunto dos operários espíritas naquela situação. Quando apresenta a epidemia como “um acontecimento indispensável para o progresso da humanidade, fazendo-a acordar do sono letárgico”, Maia Braga deixa expressa

²⁶³ Ecos da pandemia. *O Reformador*, 16 de dezembro de 1918. Arquivo digital da Federação Espírita Brasileira. Acesso 23/11/2022. Disponível em:

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revreform&Pesq=Bangu&pagfis=4050>

²⁶⁴ Ata da reunião da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 10 de novembro em 1918.

como o Kardecismo se constitui em um sistema formador da sua consciência social e dos membros do Grêmio, reunindo-os em suas experiências em comuns²⁶⁵. É partindo disso, que o líder da associação espírita expõe a forma de ação frente a materialidade, sendo “por meio do dar” o caminho para a “correção dos erros”. Tal doação ocorre, de forma concreta, através da ação solidária com o próximo, forjada pelo conceito de caridade.

Outro ponto que chama atenção na mesma fala é quando são definidos os valores entendidos como opostos e a postura dos indivíduos frente ao flagelo que assolava o bairro, segundo Maia Braga “é preciso sermos dóceis, prudentes e tolerantes (...) enquanto existir o ódio, a inveja, o orgulho, a vaidade a humanidade terá que sofrer porque está ainda na sua imperfeição, logo será indispensável a dor”²⁶⁶. De forma simultânea, a fala do líder espírita direciona um “ataque” a características típicas do individualismo liberal, vistas no primeiro capítulo, como inveja e orgulho, que dentro dos livros de Kardec aparecem sendo valores contrários a “sociedade colaborativa” falada pelo mesmo; e menciona uma postura de moderação frente a uma conjuntura aglutinadora de agitações sociais, como a greve organizada pela União dos Operários em Fábricas de Tecido.

Ainda na mesma assembleia, o presidente do GPELA fala sobre a importância dos tratamentos homeopáticos e a atuação do Grêmio na localidade, outro aspecto chama a atenção:

“[...] continua o mesmo citando que a homeopatia receitada pelos mensageiros do altíssimo, certificando-se o seu efeito seguro, é incontestável que hoje os cientistas oficiais ousem contradizer porque ali ficaram baseados os efeitos sublimes proclamados por todos quando a ela recorriam; dizendo que não foi poupado sacrifício em prol a saúde da humanidade, que durante a epidemia foram aproximadamente assinadas sucedendo a todos quantos se dirigiam a esta casa de caridade. Foi deliberado pela diretoria que a caixa devia conservar pelo mínimo de duzentos mil reis, preocupação esta para enfrentar qualquer doença que possa irromper como a da epidemia e logo que a caixa se acontecasse dessa situação que a faz sentir seria a conservar a referida quantia já dito acima em aprovação da diretoria.”²⁶⁷.

No trecho acima, o Luz e Amor apresenta as suas aproximações e especificidades em relação às demais associações do bairro. A instituição demonstra a preocupação em prestar auxílio, assim como as outras organizações do bairro, sem qualquer tipo de distinção. Estando assim, aberto à comunidade, estimulando consequentemente redes de solidariedades mais amplas²⁶⁸. Do ponto de vista econômico, os números destinados aos atendimentos durante a epidemia chamam atenção. Principalmente, observando o que foi utilizado pela Federação

²⁶⁵ THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981. p. 189.

²⁶⁶ Ata da reunião da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 10 de novembro em 1918.

²⁶⁷ Ata da reunião da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 10 de novembro em 1918. Página 3.

²⁶⁸ PEREIRA, Leonardo Afonso. B. **Op. cit.** p. 286.

Espírita Brasileira durante o período de auge da doença com os cuidados farmacêuticos. Os balanços do mês de outubro da FEB auxiliam nessa questão.

Tabela 4: Receita da FEB em outubro de 1918.

Arrecadação	Valor em Réis
Donativos avulsos	1.067,000,00
Natal dos pobres	10.000,00
Mensalidades	8.061,570
Saldo do mês anterior	1.120,370

**Fonte: O Reformador. 16 de dezembro de 1918.
Arquivo Histórico da Federação Espírita Brasileira.**

Ao olharmos o montante da Federação, observamos certa diferença entre o valor de receita e o destinado aos atendimentos específicos para o contexto epidêmico. Os atendimentos de farmácia tiveram um gasto no valor de quatrocentos e dezoito mil e oitocentos réis²⁶⁹. Ou seja, o Luz e Amor, destinou para a mesma finalidade, quase a metade do valor reservado pela FEB²⁷⁰.

Além disso, a ação do GPELA expõe como o conceito de caridade é vivido pelos seus membros, através das “relações e nos contatos pessoais, mas também em organizações de alcance coletivo”²⁷¹. Desse modo, ao mesmo tempo que os membros do Luz e Amor estão “cumprindo a sua missão”, acabam ocupando um papel político-social relevante na região.

Para falar desta conquista de relevância, mais uma vez é necessário estabelecer algumas comparações com as outras associações da localidade. Tais analogias, principalmente no contexto da epidemia, nos fazem perceber a importância das especificidades funcionais do Grêmio Kardecista. Isso significa dizer que, embora as agremiações carnavalescas de Bangu

²⁶⁹ “Balancete do mês de outubro de 1918”. Assistência aos necessitados. O Reformador, 16 de dezembro de 1918. Arquivo digital da Federação Espírita Brasileira. Acesso 23/11/2022. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revreform&Pesq=Bangu&pagfis=4050>

²⁷⁰ Ao fazer esta observação, consideramos também uma possibilidade: a quantia destinada ao atendimento aos necessitados ser algo particular de cada centro ou agremiação espírita. Por isso, entramos em contato com alguns centros espíritas que já existiam no contexto da epidemia de gripe espanhola. A saber o Centro Espírita Redentor, atualmente chamado de Centro Espírita João Batista, localizado no Meier; e o Centro Espírita União e Caridade, de Realengo. Ambos, ao serem procurados, informaram não possuir documentação referente ao recorte temporal deste trabalho. A segunda instituição, informou através de seu diretor, Ricardo, que a instituição só possui documentação a partir do momento da criação de sua sede própria, em 1930. A documentação do ano de sua fundação (1914) até a fundação da sede se perdeu devido a fatores diversos, como má conservação, segundo Ricardo.

²⁷¹ PRANDI, Reginaldo. **Os mortos e os vivos**: uma introdução ao espiritismo. São Paulo: Três estrelas, 2012 p. 59.

exercçam funções mutuais em alguns momentos, a sua razão de existir é o carnaval²⁷². O Luz e Amor, ao contrário dessas organizações, tem como finalidade a expansão de uma doutrina religiosa que, como vimos acima, tem na caridade “a única forma de salvação”. As atividades de assistência social e os atendimentos médicos e farmacêuticos, constituem-se assim, como mote principal de atuação dos espíritas e, conseqüentemente, membros do GPELA. Elas se assemelham a práticas de outras entidades em diferentes pontos da cidade durante a primeira república.²⁷³

As organizações carnavalescas e esportivas também possuíam caixa beneficente organizada, para que seus membros possam fazer uso em momentos de dificuldade, incluindo questões de saúde. No caso do Luz e amor, todavia, as atividades médicas e o amparo aos que estavam em situação de vulnerabilidade social eram o destino principal de tais receitas. É possível enxergar neste fato um elemento que impulsionou as pessoas a se associarem ao Grêmio Espírita. Isso fica mais latente se levarmos em consideração contexto de crise e, sobretudo, da ausência do Estado e a negligência dos diretores da CPIB, citados anteriormente.

Um possível exemplo do que foi dito acima pode ser visto nas fichas de inscrição do GPELA, sobretudo nos trechos que dizem respeito ao número de inscritos nos anos de 1918 e 1919. O ano da Epidemia registou a entrada de 61 membros. Quase 5 vezes mais do que o ano anterior, com 14 associados. Apenas no recorte posterior ao início da epidemia, o número de novos membros foi de 21²⁷⁴. Ou seja, apenas no período de excepcionalidade, o número de membros foi maior do que todo ano de 1917. Além destas questões de caráter local, pode-se enfatizar inclusive, como em alguns pontos, o Luz e Amor acabou seguindo a “tônica geral” da epidemia no Brasil, sendo uma instituição privada que assumiu a responsabilidade de questões assistenciais e de saúde naquele cenário²⁷⁵.

Através das atas do ano de 1919 é possível ter uma pequena amostragem desta importância do Luz e Amor nos cuidados farmacêuticos da classe trabalhadora local. Em algumas delas verificamos, inicialmente, a preocupação em aumentar o valor destinado a caixa beneficente da organização em cinquenta mil mensais. A justificativa era “em virtude de ter acrescido o número de pessoas que recorrem a farmácia que dia a dia vai se aumentando”²⁷⁶.

²⁷²PEREIRA, Leonardo Afonso. A. **Op. cit.** p.171.

²⁷³ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011. p.188.

²⁷⁴ Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1923).

²⁷⁵ GOULART, Adriana. **Op. cit.** p.109

²⁷⁶ Ata da reunião ordinária da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 16 de fevereiro de 1919.

Esse diagnóstico feito pelos membros da organização pode ser visto tanto pelo número de membros, como pela quantidade de receitas feitas. 76 novos membros adentraram a organização, fazendo o número que era de 175 em 1918 saltar para 251 no ano seguinte²⁷⁷. No que tange as receitas, temos 3 recortes diferentes. O primeiro deles, feito entre os meses de janeiro e abril, aponta para um número de “receitas aviadas” de 5.176, média de 1.294 receitas por mês²⁷⁸. Já nos meses de maio e junho foram 2.327 receitas distribuídas, tendo em média 1.163 mensais²⁷⁹. A ata de reunião da diretoria de 17 de agosto mostrou um total de 1.074 receitas até aquele dia.²⁸⁰

Os números acima podem ser levados em consideração junto a dados de natureza demográfica. Em 1918 “a população de Bangu era de 12.000 habitantes, dos quais 2.733 eram operários da fábrica”.²⁸¹ Usando como base este dado, e contrastando com as médias de receitas aviadas no ano seguinte, pode-se perceber que, se a referência for o total de habitantes, e supondo que cada pessoa tem acesso a uma receita, de 9 a 10% (tendo como referência a média mais baixa e alta, respectivamente) da população do bairro se utilizavam das receitas fornecidas pelos espíritas.

A comparação restrita aos operários torna o impacto da ação do Luz e Amor ainda maior. Quando olhamos o número de operários citado em 1918 e a quantidade de receitas aviadas no ano seguinte, utilizando o mesmo critério da comparação sobre o conjunto populacional do bairro, percebemos que a média dos operários que se utilizaram das receitas oscila entre 39 e 47% dos trabalhadores. Tais números nos auxiliam na apresentação de um cenário em que o Luz e Amor surge como um polo de assistência social feita por trabalhadores e para os trabalhadores locais.

Para além das questões referentes ao surgimento do Grêmio Espírita, suas articulações e redes de solidariedades construídas ao longo do tempo e a sua ação durante a epidemia de gripe, notamos também que a experiência dos associados do Luz e Amor nos oferecem outras possibilidades de observação sobre a história da classe trabalhadora banguense. Voltando à ata do dia 10 de novembro, temos um ponto digno de atenção. Nela, o italiano Atílio Berni, pede:

“(…)que seja levado em ata como sinal de gratidão e heroísmo, de todos o quanto se esforçaram intensamente pela saúde dos nossos semelhantes, a todos os confrades,

²⁷⁷ Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1901-1923).

²⁷⁸ Ata da 1ª reunião ordinária da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 16 de fevereiro de 1919. Página 2.

²⁷⁹ Ata da 6ª Reunião da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 20 de julho de 1919.

²⁸⁰ Ata da 7ª reunião da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 17 de agosto de 1919. Página 2.

²⁸¹ OLIVEIRA, Márcio Piñon de. 1991. **Op. cit.** p.187

que se dedicaram na árdua tarefa, procurando assim um lenitivo a quantos jaziam no carecer do dar diz ainda o mesmo que o irmão presidente foi o que mais se destacou, pondo em execução todas as medidas necessárias, ora ajudando no receituário, ora visitando os enfermos e que enfim foi impecável na luta, visando somente a caridade e o lenitivo para seus irmãos sofredores. Este, na mesma ocasião agradece calorosamente a homenagem, dizendo que não fez senão o que manda os ensinamentos de Jesus, a caridade sem limites, e conclui dizendo que nada fez congratulando-se com seus confrades.”²⁸²

A fala do tesoureiro da organização é representativa de como o conceito de caridade kardecista se faz presente para os associados do GPELA. Ao se colocar a disposição de qualquer indivíduo que fosse até a sede da organização ou em domicílio, em alguns casos, e se colocarem como “heróis” da “luta” travada contra a doença, a ideia de caridade surge em forma de “um imperativo moral aprendido no “hábitus” de viver e na comunidade mais imediata”²⁸³, sendo o Luz e Amor este polo aglutinador.

Já em dezembro, com a epidemia em decadência²⁸⁴, o Grêmio realizou uma assembleia geral. A espanhola continua sendo o assunto a ser comentado. Partes do balanço feito pela diretoria na reunião anterior são repassados ao conjunto dos membros. Além disso, o vice-presidente e escriturário da fábrica Bangu, Francisco Xavier, chama atenção para as consequências gerais da gripe, mas faz questionamentos que deixam evidente o impacto social da epidemia e questionam o fato dela ser entendida como “democrática”:

“(…) Em seguida o irmão Xavier, antecedendo o convite, começa dizendo que a miséria, a dor por toda parte surge com seu doloroso castigo, que a primeira vem evadindo especialmente as classes proletárias, e a segunda vai-se também infiltrando pelo mais sinuoso palácio até a mais humilde choupana, esse que se possa evitar em ambas o seu acesso, bastando o que se viés no auge da dor, que entre ruma de cadáveres não se distinguia o capitalista do proletário porque eram todos iguais provando assim que o seu ouro de nada valia nos últimos momentos de escalação.”²⁸⁵

O discurso nos mostra como os valores religiosos do Luz e Amor estão longe de representar um afastamento da realidade material. Os membros do GPELA veem na ação solidária um interesse que lhe é caro, dentro das condições sociais objetivas. Um exemplo disso é a fala de Xavier que, apesar de apresentar o caráter aleatório vírus, tem a preocupação de destacar as consequências da pauperização do operariado, que já existia e se intensificou com a epidemia, como dramas da classe trabalhadora. Isso nos faz observar a caridade espírita, falada pelos membros do Grêmio Espírita, distante de “uma região autônoma de escolha e das

²⁸² Ata da reunião da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor. 10 de novembro em 1918.

²⁸³ THOMPSON, E.P. 1981. **Op. cit.** p.194.

²⁸⁴ TEIXEIRA, Luiz Antônio. **Op. cit.** p.15.

²⁸⁵ Ata da assembleia geral extraordinária. 1º de dezembro de 1918.

vontades humanas, que surge independente do processo histórico, do vínculo com a vida material”²⁸⁶.

A análise feita nos documentos do Luz e Amor nos auxilia na construção de um novo olhar sobre o desenvolvimento do kardecismo em Bangu. Antônio Pádua, ao tratar dessa questão, apresentou as origens que o levaram a fazer os questionamentos de sua pesquisa. O autor procurou estabelecer um diálogo com Marx e concluiu que a frase “a religião é ópio do povo”, atribuída ao alemão:

“[...] não se enquadra na vertente social e religiosa do espiritismo. A prática espírita pode ser tudo, menos um “ópio alienante” [...] o auxílio ao próximo sem a participação do poder público e de favores políticos é um ato de ousadia humana e não de alienação.”²⁸⁷

Mais adiante, Pádua procurou mostrar que o a doutrina espírita ganhou força no bairro *apesar* da condição social dos operários. Um exemplo disso é a conclusão tirada pelo autor, onde segundo ele:

“homens e mulheres não foram sufocados pelo apelo material ou financeiro; o contrário, trabalharam muito pelo desenvolvimento da fábrica e do bairro, educando os seus filhos segundo a sua fê mas sem se alienar do mundo, fazendo (...) o seu aperfeiçoamento moral, sem que se arrefeçam do seu livre arbítrio, para deliberar o seu destino.”²⁸⁸

A pesquisa de Antônio de Pádua chama a atenção por ser a primeira a tratar da expansão do espiritismo entre os trabalhadores banguenses. Outro ponto que merece destaque, são as premissas teóricas adotadas e, com efeito, as suas conclusões. Ao analisarmos estes dois aspectos, percebemos a necessidade de, pelo menos, fazer alguns questionamentos.

Sobre a questão teórica, o autor estabelece um diálogo com a “teoria marxista”. Antônio procura trazer o ineditismo de seu trabalho para o fato da religião se desenvolver *apesar de Bangu ser um espaço social de maioria operária*. Nesse particular, o trabalho de Pádua “debateu” com uma noção de marxismo que faz uma associação automática entre modo de produção e formação social. Edward Thompson, já nos anos 80, alertava o perigo de fazer uma transposição abrupta entre “um modo de produção, dentro do qual o determinismo surge como absoluto, para as determinações históricas como exercício de pressões”²⁸⁹.

Acredito que, ao fazer esta escolha teórica, o autor acabou por esvaziar o próprio ineditismo de sua pesquisa. Isso porque acaba reproduzindo o arquétipo do operário que

²⁸⁶ THOMPSON, E.P.1981. **Op. cit.** p. 189-193.

²⁸⁷ BORGES, Antônio de Pádua de A. **Op.cit.** p.40.

²⁸⁸ BORGES, Antônio de Pádua de A. **Op. cit.** p.41.

²⁸⁹ THOMPSON, E.P. **Op. cit.** p.181.

necessariamente é um militante revolucionário. Os estudos historiográficos sobre a classe trabalhadora, no contexto em que Antônio Pádua produziu seu texto, já haviam desconstruído este raciocínio apontando, inclusive, a origem rural dos trabalhadores e o seu pouco contato com as correntes políticas socialista e anarquista, como justificativa para a desconstrução do “mito do italiano radical”.²⁹⁰

Foi partindo desta premissa simplificadora que Antônio chega à conclusão de que *mesmo com as condições adversas* ocorreu o florescimento da doutrina religiosa no bairro. Sobre esse assunto, os questionamentos podem ser construídos através de duas vias diferentes e complementares: 1) através, novamente, de indagações de natureza teórica; 2) retomando a questão sobre o surgimento e desenvolvimento do espiritismo na Capital Federal no alvorecer da República. Por essas duas vertentes, podemos visualizar um caminho diferente daquele que foi proposto por Pádua.

O primeiro conjunto de observações possui uma relação íntima com o jeito que se constitui a crítica de Pádua ao pensamento de Marx, citado anteriormente. Além das observações feitas sobre as consequências desta análise em relação a representação dos operários, a construção argumentativa do autor acaba por desconsiderar algo fundamental para o pensamento histórico, a saber, as noções de processo e experiência. Isso marca seu relativo espanto em ver o aparecimento de uma doutrina religiosa em um meio operário. O autor não leva em conta, conseqüentemente, a possibilidade da “tradição marxista”, no sentido proposto por Thompson²⁹¹, mostrar que a religião é uma forma destes indivíduos “viverem as relações produtivas e sociais, criando as suas necessidades e interesses dentro dessas relações, construindo a sua cultura e, conseqüentemente, agindo, de acordo com as circunstâncias materiais presentes”.²⁹²

Soma-se a isso, a experiência concreta no que diz respeito ao avanço do espiritismo kardecista no Rio de Janeiro durante a Primeira República. Sobre este assunto, o trabalho de Dayana Monteiro Gomes, mencionado no primeiro capítulo, faz-se fundamental. Nele, a autora trouxe um novo olhar sobre o crescimento do movimento religioso na capital. É de grande importância, segundo Dayana, reconhecer a diversidade das organizações e da assistência

²⁹⁰ Sobre o “mito do italiano radical”, ver: BATALHA, Claudio H. M. O movimento operário da Primeira República. Zahar. 2000. p.12.

²⁹¹ Thompson diferencia marxismo de “tradição marxista”. O primeiro, para ele, é entendido como uma prisão conceitual, dependente do que ele chama de “economicismo vulgar”. Já o segundo está diz respeito ao emprego dos conceitos marxistas, mas sempre com o entendimento “da natureza provisória e exploratória de toda teoria”. Ver: THOMPSON, E.P. **Op. cit.** p.186.

²⁹² THOMPSON, E.P. **Op. cit.** p.182.

oferecida pelos espíritas “em relação aos problemas sociais privilegiados e do universo de sujeitos históricos atendidos”.²⁹³

A orientanda da professora Laura Maciel apresentou, ainda, a presença de um mesmo grupo participando da criação e organização de diferentes obras de assistência social, inclusive com finalidades distintas. Isto quer dizer, segundo a autora, que o trabalho de assistência social e dos centros espíritas no Rio de Janeiro era pensado a partir do público e do contexto o qual estavam sendo inseridos.²⁹⁴

O pressuposto teórico de Thompson, amplificador da experiência material dos trabalhadores, e o estabelecimento da doutrina de Kardec durante os primeiros anos republicanos nos fornecem meios para trazer novos significados para o Luz e Amor, diferentes dos que foram formulados por Antônio Pádua.

Vimos, como ao longo dos primeiros anos da República, um responsável pelo encapamento de tecidos e um operário da fábrica local criaram uma agremiação, e posteriormente, tiveram crescimento entre outros operários da mesma companhia têxtil. Esta organização acabou ganhando adeptos entre os letrados da região, sobretudo ao trazer para o debate o letramento destes trabalhadores através da doutrina religiosa (e sem ela). Através das fontes do GPELA durante a epidemia de gripe espanhola, conforme demonstrado ao longo deste capítulo, vimos a preocupação com o atendimento médico e farmacêutico e, principalmente, com a situação de miséria vivida, nas palavras de seus membros, exclusivamente pela classe trabalhadora.

Nesse sentido, é razoável inferir, que o crescimento do Kardecismo na localidade estudada se dá *principalmente por ser um meio operário*. As observações de Dayana Gomes nos ajudam na percepção de que, em Bangu, a assistência social dos espíritas, devido ao seu contexto social e os indivíduos envolvidos na sua introdução no bairro, não é *aos* necessitados, como se este, fosse o outro. Entre os membros do Luz e Amor, a prática da caridade parece ocorrer *de necessitado para necessitado*. A presença de nomes importantes do universo espírita em Bangu, como Inácio Bitencourt²⁹⁵, acabam representando o reconhecimento das elites dirigentes da FEB à uma prática que já vem acontecendo deste o final do século XIX pelos operários espíritas.

²⁹³ GOMES, Dayana Monteiro. “**Aí dos pobres do Rio de Janeiro, se não fossem os espíritas**”. Assistência social espírita no Rio de Janeiro (1870-1945). Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2016. p.12.

²⁹⁴ Idem. p.93.

²⁹⁵ “Conferências”. O Reformador. 15 de julho de 1912; Sobre a presença de Inácio Bitencourt no espiritismo no Rio de Janeiro, ver: GOMES, Dayana Monteiro. **Op. cit.** p. 120.

Acredito, assim, que o espiritismo e, mais especificamente, o Luz e Amor, soma-se à outras formas de expressão cultural de partes destes trabalhadores banguenses, como o futebol e as atividades carnavalescas. Isso porque, Nele, diversos trabalhadores de vários setores da Fábrica Bangu, que já compartilhavam experiências produtivas do espaço fabril, passam também a construir outras vivências culturais e fomentando determinadas expectativas e valores (ideia de caridade). Além disso, definiam os seus antagonismos, muitos deles faziam parte do imaginário liberal na transição entre os séculos XIX e XX, como o orgulho, a vaidade e o individualismo exacerbado. Tendo formulado interesses e opositores, os membros do Luz e Amor concretizavam a sua ação, não do ponto de vista revolucionário com piquetes e greves, mas sim com a expansão das atividades assistenciais, médicas e farmacêuticas para os seus pares e toda a localidade.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E APONTAMENTOS FUTUROS.

Através dessa dissertação foi possível averiguar, de acordo com as fontes disponíveis, experiências e formas de organização dos operários da fábrica de tecidos Bangu durante as duas primeiras décadas do século XX. O texto construiu uma observação das vivências dos trabalhadores do subúrbio carioca que, acredito, serem benéficas para os temas do associativismo dos trabalhadores na Primeira República, principalmente no que se refere ao associativismo religioso, campo que veem ganhando adeptos dentro da história social do trabalho. A diversa documentação mostrou, como os operários espíritas e membros do Luz e Amor em geral, estavam em contato com outras regiões do Rio de Janeiro, por motivações igualmente variadas. Além disso, visualizamos de que forma os operários viam a si mesmo e o mundo, suas relações sociais e de trabalho e a sua mobilização pública a partir disto.

Inicialmente, o objetivo era introduzir a temática apresentando trabalhos com algumas características semelhantes e, posteriormente, apresentando os pontos específicos de nossa pesquisa. Foram apresentadas as diferentes formas em que a religião pode servir de como um elo de socialização entre os trabalhadores e participar do processo de formação de sua identidade.

Ao adentrarmos no contexto suburbano e banguense, pudemos observar uma transição gradual na situação dos operários espíritas no bairro, indo de uma situação de risco de vida e de perda do trabalho, para uma situação maior diálogo com os outros setores da localidade, sobretudo devido ao compartilhamento de suas experiências produtivas em comum. A doutrina religiosa, também foi vista como uma das variadas formas feitas no bairro de inserção do trabalhador com a cultura letrada. Isso fez com que alguns membros do Luz e Amor se aproximassem de outros grupos dentro da localidade e em outras regiões do subúrbio carioca.

Foi possível perceber como os trabalhadores do Luz e Amor traziam uma íntima conexão entre os seus valores religiosos e a realidade material. Isso ficou perceptível durante a epidemia de gripe espanhola, onde as redes de solidariedades feitas pelos membros do GPELA, ao longo dos primeiros anos da República, foram não só evidenciadas como também intensificadas, fazendo com que a organização possuísse um importante papel político e social na vida dos trabalhadores locais devido a sua atividade de assistência social.

As conclusões resumidas brevemente até aqui são de caráter preliminar. Isso porque, como boa parte das pesquisas científicas iniciadas a partir de 2020 no Brasil, este trabalho também foi afetado pela pandemia de Covid-19, que assolou o Brasil e o Mundo. Ela dificultou o acesso as fontes, gerando impasses e modificações em várias fases do processo de pesquisa.

Mesmo assim, com a impossibilidade de tratar integralmente questões fundamentais para esta pesquisa, acredito ser de grande importância apontar alguns caminhos futuros. Um deles parte do princípio que já foi tratado neste trabalho: as bases sociais operárias do GPELA. Sendo assim, é preciso observar a organização no que diz respeito aos critérios raciais, para não repetir algumas ausências²⁹⁶ presentes no campo da história social do trabalho.

Este caminho pode ser trilhado observando o fato de Bangu ter sido, antes da fábrica de tecidos, uma grande fazenda que produziu açúcar e café em diferentes momentos e com presença de trabalhadores escravizados.²⁹⁷ Isso pode nos ajudar na investigar se a estrutura racialmente constituída antes da instalação da Companhia Têxtil acabou sendo reforçada por ela.²⁹⁸ Tal investida ganha cada vez mais valor levando em consideração, que a CPIB está localizada na Capital Federal, onde a composição étnica da classe trabalhadora é em grande parte negra.²⁹⁹ A fábrica Bangu, inclusive, possuía esta característica: 58,37% de operários negros e 42,20% de trabalhadores pardos.³⁰⁰

As informações acima, cruzadas com os dados referentes a origens social dos membros do Luz e Amor nos permitem inferir que a maioria dos membros da organização eram negros e mestiços. O livro dos “fundadores do espiritismo em Bangu” conseguimos visualizar indivíduos negros e pardos, tanto como “fundadores”³⁰¹ como nas diretorias da organização. Qual é o impacto da escravidão na composição étnica do proletariado banguense? O Luz e Amor está fora de uma noção de hierarquização social dentro da sua organização? Ou a organização está dentro das organizações tradicionais que mencionam sempre a “não distinção de raça, cor ou nacionalidade”? As respostas para essas perguntas exigem uma pesquisa com tempo e cuidado.

Os aspectos ligados a política também merecem atenção. Inclusive, analisar até que ponto a doutrina kardecista contribuiu para uma participação maior ou menor em movimentos de caráter político, seja os de caráter reivindicatório de classe, como greves e piquetes, ou os

²⁹⁶ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: Contribuições a História Social do Trabalho”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.29, Número 59, p.607-626, setembro-dezembro 2016; Sobre as “justificativas” para a ausência do negro nas pesquisas em História Social do Trabalho, Ver: Série “O que é história social do trabalho”. Episódio com| Álvaro Nascimento. Labuta-LEHMT-UFRJ, 2019. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vyEAT6GSUtw> Acesso em: 22/8.2021.

²⁹⁷ SILVA, Paulo Vitor Braga da. *Fazenda Bangu: a Joia do sertão carioca*. Rio de Janeiro, RJ: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos. 2020. p.268.

²⁹⁸ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo: EDUSC. 1988. p.34-35.

²⁹⁹ Idem. p.150.

³⁰⁰ LOBO, Maria Eulália Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Da Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. 2º Volume. Rio de Janeiro: IBMEC. 1978.

³⁰¹ Sobre Francisco Xavier, o doutor Guarani, Ver: GUIMARÃES, Murillo. Uma rua chamada Ferrer. Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos. 1996. p.32; Sobre Gregório Pereira Lima, ver Capítulo 2. Sobre Lindolfo e Felisberto Fagundes, ver capítulos 2 e 3. Sobre Otávia Barbosa, ver capítulo 2.

de melhoramento local. Os espíritas durante a primeira república procuram se colocar distantes da política em âmbito partidário.³⁰² O presente trabalho mostrou, contudo, que a realidade local acabava fazendo com que a postura dos membros do Luz e Amor, em algumas ocasiões, diferiam daquelas das lideranças da FEB. Assim como o aprofundamento da questão racial, estas duas questões precisam de uma pesquisa e de um tempo maior para que se possa observar mais dimensões da vida dos operários espíritas em Bangu.

³⁰² “Os espíritas e a política”. O reformador. 16 de fevereiro de 1918. Arquivo Digital da Federação Espírita Brasileira. Acesso em 3/4/2023:
<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revreform&pagfis=8292>

FONTES

1.Fontes manuscritas

- Fichas de inscrição do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (Fundadores do Espiritismo em Bangu).
- Livros de ata das assembleias da diretoria do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1918-1919).
- Livros de ata das assembleias gerais do Grêmio de Propaganda Espírita Luz e Amor (1918-1919)
- Arquivo pessoal de Paulo Goulart.

2.Fontes impressas

Biblioteca Nacional Digital – BNDIGITAL

- Gazeta de Notícias (RJ)
- A Época (RJ)
- Jornal do Brasil (RJ)
- Gazeta Suburbana (RJ)
- A Noite (RJ)

Biblioteca Nacional – Seção Obras Raras.

- Bangu-Jornal (1918-1919)

Arquivo Digital da Federação Espírita Brasileira (FEB)

- O Reformador.

3.Fontes online

- DECRETO N 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm

- RIO DE JANEIRO (Distrito Federal) Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil): História e Estatística. Rio de Janeiro. Typografia do anuário do Brasil. 1922.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Maurício de. A evolução urbana do Rio de Janeiro. 3º edição. IPLANRIO. Rio de Janeiro. 1997.

ALVES, Kaio César Goulart. Em Busca das formas de Consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro. (1912-1918). Dissertação de Mestrado, UFOP. 2014.

AMARAL, Deivison Gonçalves. “Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)”. *Horizonte*: Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 56-74, jun. 2007.

AMARAL, Deivison. Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Minas Gerais. 2007.

AMARAL, Deivison Gonçalves. Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941). Tese: Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2015.

AMARAL, Deivisson. Cultura confessional e luta por direitos no mundo do trabalho: Belo Horizonte (1909-1921). *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro). v.28, p.65-85. 2015.

ANDRADE, Maria Lucélia de. “Simples na malícia e prudentes nas boas obras: A Pia União das Filhas de Maria em Limoeiro-CE (1915-1945)”. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

ANDREWS, George Reid. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988). São Paulo: EDUSC. 1988.

ARANTES, Erika. O Porto Negro: cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

BATALHA, Claudio. “A geografia associativa: Associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República”. AZEVEDO, Elciene et. al. *Trabalhadores na cidade: Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa do Rio de Janeiro da Primeira República. In: _____; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário da Primeira República*. Zahar, 2000.

BORGES, Antônio de Pádua de A. *O espiritismo em Bangu – RJ, no século XX: Desenvolvimento e fé num bairro Operário*. Monografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro. 2010.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) *Escritos de Educação*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL, Eric. *Carnavais atlânticos: cidadania e cultura negra no pós-abolição. Rio de Janeiro e Port-of-Spain, Trinidad (1838-1920)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

BRITO, Nara. A. de: 'La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro'. *História, Ciências, Saúde— Manguinhos*, IV (1):11-30 mar.-jun. 1997.

CAMURÇA, Marcelo Alves. *Fora da caridade não há salvação! Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo e suas obras sociais na cidade de Juiz de Fora: 1900-1960*. II Simpósio Nacional de História das Religiões. Mariana- Minas Gerais. 2000.

CANDIDO, T. A. P. “Sertão proletário: pobreza, paternalismo e trabalho no Ceará oitocentista”. *Saeculum – Revista de História*, [S. l.], n. 33, p. 163–182, 2015.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTELLUCCI, Aldrin. “A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930)”. (In) **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

CASTELLUCCI, Aldrin. “Classe e Cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”. **Afro-Ásia**, 41 (2010).

CHAGAS, Camila. “Tradições e Resistência: terreiros, sindicatos e consensos na formação da classe trabalhadora negra carioca (1905 – 1940)”. In: **XVIII Encontro de História da Anpuh Rio: História e Parcerias**, 2018, Niterói.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1986.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. 2ºed – São Paulo: Companhia das letras, 2017.

COSTA, Ana Luiza de Jesus da. Associativismo operário, educação e autonomia na formação da classe trabalhadora em São Paulo (1889-1930). **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 44. 2018.

DAMAZIO, Silvia. Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

EL-DINE, Lorena Ribeiro; MELLO, Vanessa Pereira da Silva. “Fio Cruz em dois tempos: as epidemias de gripe espanhola e da Covid-19”. Especial Covid-19. Casa de Oswaldo Cruz. 2020.

FARIA, Fernando Antônio. Os três apitos: estudo sobre a gênese e a expansão da Companhia Industrial Progresso do Brasil. Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal Fluminense. Niterói. 1985.

FERNANDES, Paulo César da Conceição. As origens do Espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914). 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GIL, Marcelo Freitas. “Trabalhadores, Maçonaria e Espiritismo em Pelotas: 1877-1937”. **REHMLAC**. Vol. 3, Nº 1, Universidad de Costa Rica. 2011.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva; NASCIMENTO, Álvaro Pereira. do. “Como pensar o elemento servil: o lugar dos libertos expectativas das elites após a emancipação”. **Afro-Ásia**, Salvador, n.60, 2019.

GOMES, Adriana. *Problema de saúde pública ou fé? Os caminhos do Espiritismo após o artigo 157 no Rio de Janeiro*. Sæculum – **Revista de História**, v. 26, n. 45, p. 57-72, 2021.

GOMES, Flávio; PIMENTA, Tânia Salgado (Org). Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

GOMES, Dayana Monteiro. “Aí dos pobres do Rio de Janeiro, se não fossem os espíritas”. Assistência social espírita no Rio de Janeiro (1870-1945). Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2016.

GOMES, Adriana. “A secularização do Brasil na Primeira República e a criminalização do espiritismo”. (In) **Cidadania, movimentos sociais e religião: abordagens contemporâneas**. organização João Marcus Figueiredo Assis, Denise dos Santos Rodrigues. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva; NASCIMENTO, Álvaro Pereira. do. “Como pensar o elemento servil: o lugar dos libertos expectativas das elites após a emancipação”. **Afro-Ásia**, Salvador, n.60, 2019.

GOULART, Adriana. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

HENRY, Louis. Técnicas de Análise em Demografia Histórica. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

HERMANN, Jaqueline. “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado”. (In) **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930**. Organizadores: Jorge Ferreira/ Lucília Neves de Almeida Delgado. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2008.

JANE, Jesse. “Os círculos operários e a intervenção da igreja católica no mundo do trabalho no Brasil: Uma discussão historiográfica”. **Revista de História**. 1998.

KALY, Alain Pascoal. “O ensino de história da África no Brasil: o início de um processo de reconciliação nacional?” (in) Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Lepeh UFRJ/Pallas. 2013.

LEWGOY, Bernado. Os Espíritas e as letras: um estudo antropológico sobre cultura e oralidade no espiritismo kardecista. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 2000.

LIMA, Lúcio Renato Mota. O Apostolado dos Patões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religiosos em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891 - 1908). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro. Da Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. 2º Volume. Rio de Janeiro: IBMEC. 1978.

MACIEL, Laura Antunes. “De “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra”. (In) MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. Escravizados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MARQUES, Antônio José. “Trabalho e trabalhadores no Brasil durante a gripe espanhola de 1918”. **Pol. Hist. Soc.** Vitória da Conquista, v. 19, n. 2, p. 241-262, jul.-dez.2020.

MENDONÇA, Leandro Climaco. O jornalismo como missão: Imprensa e militância nos subúrbios cariocas (1900-1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. 2017.

MENDONÇA, Leandro Climaco. Nas Margens: experiências de suburbanos com o periodismo no Rio de Janeiro, 1880 – 1920. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. 2011.

MENEZES, Bezerra de. “O abolicionista do império. A escravidão e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação”. (In) VIOLA, Paulo Roberto. Bezerra de Menezes. O abolicionista do império. 2º edição Associação Editora Espírita F.V. Lorenz. Rio de Janeiro- Brasil. 2009.

MIYASAKA, Cristiane Regina. Os trabalhadores e a cidade: a experiência dos suburbanos cariocas (1890-1920). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. – Campinas, SP. 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”. *Estud. hist. (Rio J.)* [online]. 2016, vol.29, n.59, pp.607-626.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. “A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu”. (In) Oliveira, Márcio Piñon de; Fernandes, Nelson da Nobrega; Almir Chaiban El-Kareh... (Orgs.) **150 anos do subúrbio carioca**. Lamparina: Editora da UFF. Rio de Janeiro. 2010.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/ PPGG. 1991.

PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. “Prazer das morenas: bailes, ritmos e identidade nos clubes dançantes da primeira república”. (in) *Vida divertida: história do lazer no Rio de Janeiro (1830 – 1930)*. Rio de Janeiro. 2010.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: Festa e Identidade nos Clubes Carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922)”. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura**. n.14, Rio de Janeiro: 2006.

PRANDI, Reginaldo. Os mortos e os vivos: uma introdução ao espiritismo. São Paulo: Três estrelas, 2012.

PRIORE, Mary Del. Do outro lado: A história do sobrenatural e do espiritismo. São Paulo: Planeta, 2014.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: da cidade disciplinar e a resistência anarquista- Brasil 1890-1930. 4º edição. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2014.

SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. Bangu: A “questão social” e a construção de um novo modelo de igreja no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília. 1992.

SCHERER, Bruno Cortês. Ações sociais do espiritismo: a sociedade espírita feminina estudo e caridade, Santa Maria – RS (1932-1957) Trabalho de Conclusão de Graduação. Curso de História – Bacharelado e Licenciatura Plena Universidade Federal de Santa Maria. 2013.

SCHMIDT, Benito. “O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 113-126. 2001.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloísa. A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SERNA, Nelson de Castro. O censo de 1906 do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Publicações Pereira Passos. 2012

SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. Mestres estrangeiros; operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do rio de janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. Menores dentro da indústria têxtil: uma análise da Fábrica Bangu durante a Primeira República. XI Congresso Brasileiro de História Econômica. UFES. 2015.

SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. Bangu – a fábrica e o bairro: um estudo histórico, 1889-1930. Instituto de Filosofia de Ciências Sociais (IFCS). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1985.

SILVA, M. J. D. “Questão social é “problema moral”: militância moderno-espiritualista e trabalhadores no Ceará das primeiras décadas do século XX”. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 8, set. 2010.

SILVA, Paulo Vitor Braga da. Fazenda Bangu: a Joia do sertão carioca. Rio de Janeiro, RJ: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos. 2020.

TAVARES, Alessandra. A escola de samba “tira o negro do local da informalidade”: Agências e associativismos negros a partir da trajetória de Mano Eloy (1930-1940). Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História, 2018.

TEIXEIRA, Luiz Antônio. Medo e morte: sobre a epidemia de gripe espanhola de 1918/ (Série estudos de saúde coletiva, nº 59). Rio de Janeiro: UERJ/ IMS. 1993.

THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa, Volume II “A maldição de Adão”. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011.

